

HISTÓRIA

Questões
& Debates

29

Reinvenções
da sociedade do trabalho

Editora
UFPR



HISTÓRIA

Questões
& Debates

HISTÓRIA

Questões & Debates

ANO 15 - N.º 29 - AGOSTO A DEZEMBRO 1998

Editora
UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Editora da Universidade Federal do Paraná

Centro Politécnico – Jardim das Américas – Caixa Postal 19.020

(041) 267-5973 / 361-3380

81531-990 – Curitiba – Paraná – Brasil

Diretor da Editora da UFPR

Luiz Carlos Ribeiro

História: Questões & Debates, ano 15, n. 29, agosto-dezembro/1998

Publicação semestral da Associação Paranaense de História – APAH

Caixa Postal 1538 – 80001-970 – Curitiba – Paraná

Conselho editorial: Luiz Carlos Ribeiro (editor), Aldair T. Rizzi, Carlos A. Faraco,

Carlos R. A. dos Santos, Edson Costa, Euclides Marchi, Magnus P. de Mello,

Marionilde D. B. de Magalhães, Márnio T. Pinto, Plínio J. Smith, Renan Frighetto,

Sérgio O. Nadalin, Silvia Maria P. de Araújo

Conselho consultivo: Ana Cleide Cesário (UEL), Caio Cesar Boschi (UFMG),

Celso Fonseca (UnB), Eni de Mesquita Samara (USP), Edgar Salvadori De Decca (Unicamp),

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), Luis Reis Torgal (Universidade de Coimbra),

Pedro Paulo de Abreu Funari (Unicamp), Ronald José Raminelli (UFF),

Renato Janine Ribeiro (USP), Sandra Jathay Pesavento (UFRGS)

Coordenação editorial: Marildes Rocio Artigas Santos

Revisão de texto: Mariana Martins Villça

Revisão de textos em inglês: Eva Dal Molin

Editoração eletrônica: Reinaldo Cezar Lima

Capa: Cecília Yojo, a partir das obras: “Sin pan y sin trabajo”, de Ernesto De La Carcova;

“La sopa de los pobres” de Reinaldo Giudici – 1884,

Museo Nacional de Bellas Artes – Buenos Aires – Argentina

Série Revistas da UFPR, n. 63

História: Questões & Debates poderá ser obtida, em permuta,

junto à Biblioteca Central da UFPR/Seção de Intercâmbio

Caixa Postal 19.051 – CEP 81531-990 – Curitiba – Paraná – Brasil

Pedidos pelo Reembolso Postal: Editora da UFPR

ISSN 0100-6932

Ref. 227

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Publicado com o apoio do Programa de Pós-Graduação

em História da Universidade Federal do Paraná.

PRINTED IN BRAZIL

Curitiba

1999

PEDE-SE PERMUTA

WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

O dossiê deste número da *História: Questões & Debates* está profundamente comprometido com a história presente. Ao eleger o tema “reinvenções da sociedade do trabalho” — assim mesmo, no plural! —, a revista realiza uma complexa referência à historiografia recente: resgata o tema do trabalho no campo da história — particularmente rico no Brasil dos anos 80 com as contribuições teóricas da nova esquerda inglesa — e, com ele, o tema da “invenção da sociedade do trabalho”, tão cara aos estudos sobre o século XVIII e XIX.

Mas, ao fazê-lo pelo forte viés de uma história presente, obrigatoriamente “reinventa” de maneira aberta e inacabada esta sociedade. Por isso a reinvenção apresenta-se no plural. Ao mesmo tempo, ao se abrir para a possibilidade de reinvenções, de uma certa forma questiona — mas sem fazê-lo explicitamente — a unicidade dada à invenção original.

E vai ao seu limite, pergunta o que é a categoria trabalho na sociedade neoliberal do desemprego estrutural. Consta como esta situação compromete categorias até então consolidadas na sociedade do trabalho, tais como estado, democracia, sindicato, mercado de trabalho, entre outras.

É esse o itinerário das inquietações presentes na discussão sobre o regime de oito horas entre os Socialistas Fabianos, sobre o novo sindicalismo brasileiro dos anos 60/70, e principalmente sobre as novas relações no mundo do trabalho dos anos noventa.

Talvez por conta do abandono do tema no campo da história, é forte a presença, nesses artigos, de uma sociologia do trabalho. Ou, ainda, talvez reflita a tendência da história de buscar nas ciências vizinhas os seus modelos teóricos, como esse da nova sociedade do trabalho.

Fora do eixo temático, o texto de C. Haroche toma como referência a problemática do assédio sexual para discutir a diferença entre a política do respeito às diferenças e a democracia cotidiana na sociedade contemporânea, particularmente na norte-americana.

O artigo de V. Costa discute a capacidade dos objetos tecnológicos exercerem — no Brasil do início do século — um imaginário de fascínio e poder.

Com esses assuntos pouco usuais, *História: Questões & Debates* no seu décimo quinto ano de existência reafirma sua postura ensaísta e polêmica, tão salutar nas ciências humanas.

Luiz Carlos Ribeiro

EDITOR

SUMÁRIO

Dossiê: Reinvenções da sociedade do trabalho

- 11 Os Socialistas Fabianos e a jornada de trabalho de oito horas
Josué Pereira da Silva
- 25 Igreja e movimento operário nas origens do novo sindicalismo no Brasil (1964-1978)
Iram Jácome Rodrigues
- 59 O trabalho subvertido no jogo capitalista: a racionalidade técnica e a lógica social
Benilde M. Lenzi Motim, Katya Cristina Picanço, Silvia Maria P. de Araújo, Sônia Izabel Wawrzyniak, Sônia Satomi Obara
- 83 As estratégias de gerenciamento do trabalho nas organizações modernas
Sidney Nilton de Oliveira
- 93 Sindicalismo e políticas de trabalho na Itália da década de 1990
Silvia Maria P. de Araújo

Artigos

- 129 O assédio sexual: uma questão sensível
Claudine Haroche
- 141 Olhares mutantes: faces antagônicas na imagem da máquina no começo do século XX – o caso da canhoneira alemã “Panther”
Vidal Antônio de Azevedo Costa

Resenha

- 175 Impostures intellectuelles
Helenice Rodrigues da Silva

Dossiê: *Reinvenções da
sociedade do trabalho*

OS SOCIALISTAS FABIANOS E A JORNADA DE TRABALHO DE OITO HORAS

Josué Pereira da Silva*

RESUMO

O artigo analisa, a partir da experiência histórica dos Socialistas Fabianos, a problemática da jornada de trabalho de oito horas. O autor apresenta os principais argumentos e as estratégias propostas pelos Fabianos para a conquista da jornada de oito horas.

Palavras-chave: fabianismo, jornada de trabalho, socialismo, trabalho.

ABSTRACT

This paper analyses the problematic of eight-hour journey from the historic experience of “Fabianos” socialist. The author presents the main arguments and the proposed strategies by the “Fabianos” to get the journey of eight hours at work.

Key-words: “fabianismo”, journey of work, socialism, work.

O título deste artigo sugere duas questões iniciais: por que a jornada de trabalho de oito horas? Por que a visão dos Socialistas Fabianos sobre o assunto? Estas duas questões podem ser respondidas da seguinte forma: em primeiro lugar, porque a jornada de trabalho de oito horas foi provavelmente a única reivindicação assumida simultaneamente pelas principais correntes do movimento operário do mundo industrializado na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Acredito que esta seja uma razão suficiente para justificar sua importância como um objeto de estudo. Em segundo lugar, porque os Socialistas Fabianos, cujo importante papel na política britânica principalmente depois da Primeira Guerra Mundial tem sido reconhecido por diversos historiadores (McBriar, 1966; Hobsbawm, 1966), abordavam o problema da jornada de trabalho de oito horas de um ponto de vista bem particular.

* Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

É importante chamar a atenção para a particularidade da visão dos Fabianos sobre o problema porque sua análise se constituiu numa alternativa à abordagem marxista da duração da jornada de trabalho, justamente no momento em que a luta pela conquista do dia de trabalho de oito horas era mais intensa, durante as duas últimas décadas do século XIX. Cabe lembrar aqui que a abordagem marxista do problema baseia-se em dois pressupostos dos quais os Fabianos discordam: a teoria da mais-valia e a luta de classes (Marx, 1967).

A análise marxista do dia de trabalho é bastante conhecida principalmente em decorrência do importante papel que os historiadores marxistas desempenharam nos estudos sobre a história do movimento operário. O ponto de vista Fabiano, por outro lado, a despeito de suas importantes contribuições ao estudo desse problema, é pouco conhecido atualmente, em parte porque os estudos sobre a jornada de trabalho de oito horas produzidos por eles parecem ter sido esquecidos juntamente com a reivindicação de uma jornada de trabalho mais curta (Hannicutt, 1989; Silva, 1996).

Hoje em dia, porém, quando a chamada “revolução microeletrônica”, e seus efeitos sobre o nível de emprego, impõe-nos a necessidade de rever a questão da duração do trabalho (Gorz, 1980), parece-me importante investigar como esse problema era analisado em épocas passadas por diferentes correntes de pensamento, incluindo os Fabianos.

A Sociedade Fabiana foi fundada por um grupo de nove intelectuais de classe média em Londres, em outubro de 1883. E esta composição social inicial permaneceu como uma característica da Sociedade Fabiana até pelo menos 1906 (McBriar, 1966, p. 1 - 6; Hobsbawm, 1967, p. 316-17).

“A escolha do nome ‘Fabiano’ para a sociedade”, escreve McBriar, “pode ser pensada como uma forma de demonstrar o princípio cardeal do gradualismo” (McBriar, 1966, p. 9). A ligação do nome Fabiano ao princípio do gradualismo, ou reforma, refere-se à tática militar do general romano Fabius Maximus em sua guerra contra Aníbal, que consistia em evitar a luta direta e esperar um melhor momento para atacar o inimigo (McBriar, 1966).

É interessante enfatizar a importância dessa ligação entre o nome da Sociedade e suas táticas políticas porque essa atitude reformista foi sempre parte das ações dos Fabianos no movimento pelo dia de trabalho de oito horas na Inglaterra, durante as duas últimas décadas do século XIX.

Pode-se argumentar, evidentemente, que a jornada de trabalho de oito horas já expressa em si uma demanda reformista (Cross, 1988), mas o principal problema em relação a essa reivindicação do movimento operário reside mais na maneira de atingir esse objetivo do que na reivindicação em si (Silva, 1996).

Todavia, o objetivo deste artigo é mostrar como os Socialistas Fabianos apresentavam e analisavam esse problema em um contexto específico, no qual o dia de trabalho de oito horas aparecia provavelmente como o principal objetivo do movimento operário em diversos países, incluindo a Inglaterra.

A esse respeito, McBriar escreve que a proposta de uma jornada de trabalho legal de oito horas foi

geral entre todos os corpos socialistas e em alguns círculos radicais de trabalhadores, desde o período owenita, e levantada inicialmente no Congresso das Sindicatos em 1879 por Adam Weiler, um velho marxista, parece ter angariado a simpatia dos Fabianos depois da primeira palestra de Tom Mann na Sociedade em abril de 1886. A adição original e controvertida dos Fabianos foi um método para conquistá-la (McBriar, 1966, p. 26).

A reivindicação de uma jornada de trabalho de oito horas surgiu no início do século XIX quando os trabalhadores ingleses, influenciados pelos seguidores de Robert Owen, decidiram fazer uma greve com este objetivo (Rae, 1894; Langenfelt, 1954).

Mas foi apenas na década de 1880, principalmente depois do evento da praça Haymarket em Chicago, EUA, em 1886, que o movimento por um dia de trabalho de oito horas se generalizou (Nelson, 1986), incorporando novos adeptos, entre eles os Socialistas Fabianos, cujas idéias sobre este assunto serão apresentadas a seguir.

Começarei apresentando a concepção Fabiana de um dia de trabalho normal e como essa reivindicação surgiu historicamente. Em seguida, mostrarei a análise Fabiana dos argumentos prós e contra o dia de trabalho de oito horas, seu método para conquistá-lo e, finalmente, alguns aspectos da Lei dos Fabianos para o dia de trabalho de oito horas.

Em seu clássico livro *Industrial Democracy*, Sidney e Beatrice Webb, membros fundadores da Sociedade Fabiana, afirmam que

depois da tabela de remuneração do trabalho, a mais universal das regulamentações dos sindicatos é o que denominamos a jornada normal, a determinação de um tempo máximo uniforme para todos os membros de uma profissão (Webb; Webb, 1965, p. 324).

Todavia, dada a dificuldade em estabelecer uma regra comum para fixar um dia de trabalho padrão para trabalhadores de diferentes setores da indústria, este assunto permaneceu como ponto de desacordo entre os próprios trabalhadores. Como não havia “limite para o número de horas que cada homem pode trabalhar ou que o empregador pode requerer” (*ibidem*, p. 332), era natural que desacordos aparecessem em relação a uma regra comum para a duração do trabalho industrial.

Em outro livro, *The Eight Hours Day*, escrito por Sidney Webb e Harold Cox e publicado em 1891, a idéia de uma jornada normal de trabalho está estreitamente relacionada ao dia de trabalho de oito horas. Aliás, o objetivo do livro é demonstrar que uma jornada de trabalho normal deve ser de oito horas.

Mas, segundo os Webb, o desacordo entre os trabalhadores a respeito da adoção de uma jornada de trabalho padronizada era mais profundo durante o século XVIII que durante o século XIX, porque o grau de disciplina requerida para se postular uma dia de trabalho padronizado era mais fraco no século XVIII que no XIX (Webb; Webb, 1965, p. 326).

Deve-se acrescentar que, além do argumento aventado acima, há o fato de as atitudes dos trabalhadores em relação ao dia de trabalho dependerem também da maneira que eles recebiam seus salários.

Para o trabalhador por tempo – pago por dia, semana ou mês –, a jornada normal é obviamente uma parte de sua negociação de uma tabela de remuneração. O trabalhador por peça ou por hora estará mais ou menos disposto a insistir na necessidade de regras comuns fixando o tempo de trabalho, na medida em que as circunstâncias de sua indústria e suas observações pessoais o convencem que horas de trabalho desregulamentadas tendem a reduzir a taxa de remuneração da classe como um todo (Webb; Webb, 1965, p. 334-35).

É em problemas como esse que reside, segundo os Webb, a chave para se entender a complicada posição dos sindicatos em relação à jorna-

da normal e ao desenvolvimento histórico do movimento pela redução do tempo de trabalho durante esse período. Para tanto, eles comparam os movimentos pela diminuição das horas de trabalho durante os séculos XVIII e XIX com o objetivo de mostrar a mudança nas atitudes dos sindicatos em relação ao problema da duração do trabalho.

Eles afirmam que “durante o século XVIII o tipo predominante de tradeunionista era o artesão que trabalhava como um produtor individual” (Webb; Webb, 1965, p. 335). Para o artesão doméstico que trabalhava em seu próprio domínio, qualquer regulação coletiva das horas de trabalho seria vista como uma limitação de sua liberdade pessoal. Assim, os Webb concluem que essa é a razão pela qual as “tentativas para impor uma regra comum fixando as horas de trabalho para todos os membros de uma profissão estão, portanto, confinadas aos trabalhadores pagos por dia ou semana, e trabalhando na propriedade de seus empregadores” (Webb; Webb, 1965, p. 335-36).

Por outro lado, a situação durante o século XIX foi muito diferente da do século precedente: “Com a introdução de maquinaria movida a vapor, e o rápido desenvolvimento do sistema de fábrica, os trabalhadores nas novas indústrias têxteis perderam todo controle individual sobre a jornada de trabalho” (Webb; Webb, 1965, p. 337).¹

Desde o início do século XIX, “a indiferença generalizada em relação às horas de trabalho que marca o tradeunionismo de século XVIII” foi substituída por uma crescente agitação pela restrição legal do dia de trabalho. Como bons exemplos da nova atitude em relação à jornada normal, os Webb indicam “o grande levante dos trabalhadores da construção em 1933-34” e “uma luta de oito meses” dos engenheiros de Londres com seus empregadores, em 1936, pelo estabelecimento de uma jornada normal definitiva (Webb; Webb, 1965, p. 337-40). Desde então, a luta pela diminuição das horas de trabalho tornou-se cada vez mais generalizada, e “já em 1844-47 encontramos Martin Jude, o líder dos mineiros, tornando ‘uma lei das oito horas’ um dos objetivos prioritários da Associação dos Mineiros da Grã-Bretanha e da Irlanda” (Webb; Webb, 1965, p. 339).

Esta não foi certamente a primeira vez que a jornada de trabalho de oito horas foi reivindicada pelos trabalhadores, como tem sido mostrado por vários estudiosos, inclusive os Webb (Rae, 1894; Langenfelt, 1954).

1 É interessante mostrar aqui como essa abordagem é semelhante a algumas análises contemporâneas que relacionam a luta pela diminuição das horas de trabalho com a perda de controle pelos trabalhadores do seu tempo de trabalho (Thompson, 1967; Cross, 1988).

No entanto, há um certo consenso entre os estudiosos de que 1833-34 marcam o início da luta efetiva dos trabalhadores por uma jornada de trabalho de oito horas (Marx, 1967; Webb; Cox, 1891; Langenfelt, 1954).

No que diz respeito à origem da idéia de um dia de trabalho de oito horas como jornada normal, porém, há divergência entre os estudiosos (Silva, 1996). Webb e Cox (1891), por exemplo, não concordam com a crença tradicional segundo a qual a origem histórica da divisão tripartite das vinte e quatro horas do dia em três partes iguais – oito horas para trabalhar, oito para dormir e oito para lazer – vem do século X e é atribuída ao rei Alfredo, o Grande, da Inglaterra. Webb e Cox consideram esta tese da origem alfrediana da divisão tripartite do dia um tanto “fantasiosa” e aceitam como “mais sugestiva” a idéia de que as práticas do século XV originaram essa divisão. Langenfelt, que tem um ponto de vista diferente sobre o assunto, defende, num livro muito bem documentado, a tese de que a divisão tripartite do dia deriva da tradição alfrediana (Langenfelt, 1954, p. 74).

Além da discussão sobre a origem da divisão tripartite do dia, Webb e Cox sustentam que o dia de trabalho de oito horas representa nada mais que o simples desejo de uma jornada de trabalho mais curta, o que implicaria em mais lazer, saúde e bem-estar para a comunidade. Isso é de fato, segundo os autores, o que expressam “os motivos que inspiram os defensores de lei das oito horas” (Webb; Cox, 1891, p. 1).

A necessidade (e possibilidade) de adotar uma jornada de trabalho de oito horas na Inglaterra foi defendida pelos Fabianos em diversos livros, principalmente nos “Tracts” números 16 e 23, assim como no já mencionado *The Eight Hours Day* de Sidney Webb e Harold Cox.²

Em todos esses trabalhos, a justificativa para uma jornada de trabalho mais curta reside em dois pressupostos principais: de um lado, a necessidade de melhorar a condição dos trabalhadores, que praticavam uma jornada de trabalho cuja extensão era considerada “prejudicial à saúde”. E, de outro lado, o fato de que a adoção de uma jornada de trabalho de oito horas não teria qualquer efeito negativo sobre a economia britânica (Tracts 23, p. 9).

Baseados em dados que revelavam as duras condições de trabalho das classes trabalhadoras na maioria das ocupações modernas na In-

2 Os “Tracts” eram panfletos sobre diversos assuntos, elaborados para intervenção pelos Fabianos. Esses “Tracts” foram reunidos em vários volumes.

glaterra, onde os trabalhadores labutavam diariamente por doze ou mais horas, os Socialistas Fabianos lançam o seguinte alerta:

Em todos os lugares, os homens e mulheres que trabalham por salários estão cada vez mais cansados de ser apenas burros de carga. Eles querem se divertir, assim como trabalhar; colher os frutos, assim como arar o solo; usar os tecidos, assim como tecê-los (Tracts 23, p. 3).

As novas possibilidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual que existem nesta civilização criada pelo trabalho são “negadas à grande massa dos trabalhadores”. Ainda assim, os trabalhadores estão se tornando “conscientes da crueldade de um sistema que os condena a uma quase ininterrupta rotina de trabalho monótono” (Tracts 23, p. 3).

Para os Socialistas Fabianos, a demanda por lazer emerge dessa crescente tomada de consciência:

A maioria dos homens e das mulheres trabalhadoras está a cada ano vendo mais claramente que é apenas por meio do encurtamento de seu dia de trabalho que eles poderão partilhar dos benefícios da civilização que eles labutaram para criar (Tracts 16, p. 1).

Essa demanda por lazer representa, segundo os Fabianos, a oportunidade para os trabalhadores melhorarem sua educação, uma vez que uma jornada de trabalho mais curta lhes deixaria mais tempo para ler, pensar e aproveitar a vida. Em outras palavras, “a nova demanda é, de fato, a demanda por uma nova vida” (Tracts 16, p. 1).

Depois de sustentarem que a reivindicação pela redução da jornada de trabalho baseava-se em necessidades reais dos trabalhadores, os Socialistas Fabianos passam a analisar os possíveis efeitos econômicos de adotar um dia de trabalho de oito horas. O objetivo da análise é mostrar aos oponentes da jornada de trabalho de oito horas que eles não tinham motivo para temer as consequências de sua adoção na Inglaterra. A análise explica os possíveis efeitos do dia de trabalho de oito horas sobre a produção, a exportação, o emprego, os salários e os preços.

Em primeiro lugar, os Fabianos afirmavam que “a quase universal experiência do passado indica que a diminuição das horas de trabalho

é compatível com a manutenção do atual produto agregado do trabalho” (Webb; Cox, 1891, p. 4). Esse tipo de afirmação está baseado no fato de que durante todo o século XIX ocorreram reduções na jornada de trabalho nas indústrias de diversos países e sua consequência não foi o decréscimo da produção industrial mas, ao contrário, seu crescimento (Tracts 16, p. 2; Tracts 23, p. 10). Para fundamentar esse argumento, eles lembram que em muitas situações diferentes o trabalhador pode produzir mais em oito que em dez ou doze horas de trabalho. Um tal crescimento na produção resultaria do emprego de mais energia, maior uniformidade, maior rapidez do trabalho ou do melhoramento da maquinaria e da mudança nos métodos de produção (Webb; Cox, 1891). Embora não considerem isso uma regra geral, Webb e Cox afirmam que a “experiência mostra que, na aritmética do trabalho, como na dos costumes, o resultado de dez menos dois nem sempre é oito, mas freqüentemente onze” (Webb; Cox, 1891, p. 4). Como a experiência dos “Factory Acts” ingleses tem mostrado, a redução no número de horas do trabalho individual “resultou em maior eficiência e portanto em produção maior” (Tracts 16, p. 2).

O mesmo pode ser dito em relação às exportações, porque as sucessivas reduções da jornada de trabalho “nas fábricas têxteis têm sido seguidas pelo rápido crescimento das exportações de produtos têxteis” (Tracts 16, p. 2). Dessa forma, os Socialistas Fabianos afirmavam que o argumento da competição estrangeira vinha sendo usado em diferentes países, inclusive a Inglaterra, “como um truque para atemorizar os trabalhadores” (Tracts 23, p. 11). Para provar que a adoção de uma jornada de trabalho de oito horas não teria efeitos depressivos sobre a indústria britânica, eles lembravam que quando o “Factory Act” das dez horas havia sido adotado, os mesmos argumentos foram utilizados contra ele. Como enfatizavam os Fabianos, a consequência daquela medida – o “Factory Act” das dez horas – não significou um deslocamento das mercadorias britânicas pela competição estrangeira. Pelo contrário, sua consequência foi “a introdução de maquinaria mais desenvolvida por meio da qual a produção foi aumentada, de forma que, neste momento, mais trabalho é produzido do que quando as fábricas funcionavam por setenta horas semanais” (Webb; Cox, 1891, p. 29).

Outro problema diretamente relacionado à redução da jornada de trabalho refere-se aos seus efeitos sobre a variação nos níveis de salário e emprego. Quanto a esse assunto, os Fabianos parecem concordar com o tradicional argumento dos trabalhadores segundo o qual um dia de trabalho mais curto pode aumentar o emprego e, conseqüentemente, au-

mentar também os salários (Silva, 1996). A lógica do argumento é muito simples e é apresentada como segue:

Tem sido dito repetidamente aos assalariados que quando os salários caem é porque dois trabalhadores estão procurando um patrão. Quando dois patrões estão procurando um trabalhador, os salários sobem (Tracts 23, p. 9; Tracts 16, p. 3).

Segundo esta lógica, a adoção de uma jornada de trabalho de oito horas representava para a classe trabalhadora uma dupla vitória. Em primeiro lugar, porque contribuiria para reduzir o nível de desemprego e eliminaria a competição entre os trabalhadores. Em segundo lugar, como resultado direto da diminuição da oferta de força de trabalho, a competição entre os patrões por aumentaria e, conseqüentemente, os salários também.

O último argumento sobre os efeitos econômicos da adoção de uma jornada de trabalho de oito horas refere-se ao problema dos preços. Os Fabianos sabiam que os patrões temiam uma alta nos preços e uma queda na demanda, caso fosse reduzida a jornada de trabalho. Contra esse temor dos industriais, os Fabianos alegavam que poderia ocorrer uma mudança na composição da demanda, por causa do maior poder de compra dos trabalhadores. Mas, para os capitalistas, afirmavam os Socialistas Fabianos, não tinha grande importância o fato de “três senhoras elegantes gastarem menos com suas excentricidades enquanto trinta artesãs gastam mais com seus confortos, o ‘mercado’ não seria pior por isso” (Tracts 23, p. 11; Tracts 16, p. 2). Portanto, como “no agregado, produção e demanda não são alteradas”, não havia razão para acreditar que o nível geral de preços fosse subir.

Essa era, em poucas palavras, a abordagem dos Fabianos do problema dos possíveis efeitos econômicos da adoção de um dia de trabalho de oito horas na Inglaterra. Para os Socialistas Fabianos, o problema principal nesse assunto da jornada de trabalho de oito horas não era seus efeitos sobre a economia britânica. Pelo contrário, para eles o problema mais sério parece estar relacionado aos métodos empregados para se obter o dia de trabalho de oito horas.

Para tornar claro o que consideravam ser o melhor método para obter a jornada de trabalho de oito horas, os Fabianos analisam quatro formas de atingir esse objetivo. O primeiro é a *ação voluntária dos em-*

pregadores, o segundo é a *opinião pública*, o terceiro é a *ação dos sindicatos* e, finalmente, o quarto é a *ação legislativa* (Tracts 23, p. 6-8).

Para os Socialistas Fabianos, sabia-se muito bem que algumas reduções da jornada de trabalho já tinham ocorrido durante o século XIX. Mas, entre esses casos passados, pouco havia sido conseguido por meio da ação voluntária dos indivíduos empregadores, apesar de muitos deles terem declarado estar de acordo com um dia de trabalho mais curto. Por “medo da competição de seus rivais”, nenhum empregador teve a coragem de começar uma redução em sua própria empresa. Portanto, segundo os Fabianos, a experiência passada assegura que não há razão para se ter esperança em alcançar a jornada de trabalho de oito horas por meio da ação voluntária dos empregadores (Webb; Cox, 1891, p. 12-65).

No caso da opinião pública, o segundo possível método para conseguir estabelecer uma jornada de trabalho de oito horas, os Fabianos não a consideravam “suficiente para realizar o acordo voluntário para reduzir as horas de trabalho” (Tracts 23, p. 6). Obviamente, eles não negavam a importância de ter a opinião pública a favor da jornada de trabalho de oito horas. Porém, ela não era vista como capaz, por si só, de garantir um dia de trabalho mais curto. A prova disso é que a maior parte do movimento que inicialmente acreditava conseguir esse objetivo por meio da opinião pública passou a demandar outros métodos mais efetivos (Tracts 23, p. 6; Webb; Cox, 1891, p. 212-237).

Um método mais efetivo que a opinião pública foi a ação dos sindicatos, reconhecida pelos Fabianos por seu importante papel no movimento para conquistar a jornada de trabalho de oito horas. Assim, eles afirmam que o movimento pelas oito horas não foi de forma alguma um ato de poucos agitadores; pelo contrário, foi o resultado direto da “crescente prosperidade e inteligência dos trabalhadores manuais por todas as partes do mundo civilizado” (Webb; Cox, 1891, p. 238).

Entretanto, os membros da Sociedade Fabiana afirmavam que os fatos freqüentemente lembrados, segundo os quais os trabalhadores ingleses tinham conseguido o dia de trabalho de nove horas e os trabalhadores australianos o dia de trabalho de oito horas, por meio da ação dos sindicatos, não eram razões suficientes para se acreditar que os sindicatos poderiam conseguir a jornada de trabalho de oito horas apenas por eles mesmos (Webb; Cox, 1891, p. 12-65).

A desconfiança dos Fabianos na eficiência dos sindicatos para conseguir estabelecer a jornada de trabalho de oito horas baseava-se, em primeiro lugar, no fato de que “apenas um em nove dos assalariados in-

gleses está organizado em algum tipo de sindicato, e um número ainda menor pertence a um sindicato forte o bastante para impor qualquer redução nas horas de trabalho” (Tracts 23, p. 7). Em segundo lugar, o fator provavelmente mais importante para justificar a desconfiança dos Fabianos na efetividade da ação dos sindicatos é a seguinte afirmação, segundo a qual “se um dia de oito horas é conquistado pelos sindicatos, ele somente pode ser conquistado após uma série de greves, cada uma envolvendo enorme desconforto e perda para a comunidade como um todo” (Webb; Cox, 1891, p. 8).

Este último argumento fundamenta-se na visão geral dos Fabianos sobre o problema da mudança política e social. Neste ponto, os Fabianos estão certamente mais próximos de uma concepção reformista que revolucionária. Além disso, eles acrescentam que “greves organizadas são combatidas com *lock-outs* organizados. A união dos trabalhadores pela consolidação do capital” (Webb; Cox, 1891, p. 239). Aceitar isso seria aceitar o método da luta de classes que, para os Fabianos, estava fora de questão, como fica claro em praticamente todos os seus escritos.

Para apresentar um caminho alternativo, os escritores Fabianos começam mostrando que o trabalhador possui um novo poder para lutar contra a injustiça. Seu novo poder resulta do fato de que “ele não é mais um mero trabalhador; ele é também um eleitor”. Portanto, “o poder do Estado agora é seu” (Webb; Cox, 1891, p. 239-40).

Obter uma jornada de trabalho de oito horas por meio de seu voto ou por ação legislativa é o quarto caminho possível e, segundo os Socialistas Fabianos, o mais efetivo deles. Mas este quarto método para obter a jornada de trabalho de oito horas será objeto do próximo item.

Todos os argumentos apresentados pelos Socialistas Fabianos pareciam ter o objetivo de mostrar que nenhum dos três métodos mencionados acima seria capaz de efetivar a jornada de trabalho de oito horas sem a assistência da lei. Em outras palavras, eles asseguravam que na questão das horas de trabalho “nenhum outro poder que não seja o do parlamento pode garantir uma redução efetiva” (Webb; Cox, 1891, p. 239).

Obviamente, os Fabianos reconheciam que havia na população, assim como entre os parlamentares, muitos oponentes à intervenção do Estado na questão das “horas de trabalho dos homens adultos” (Tracts 23, p. 8). Todavia, para eles, esse ponto de vista estava baseado numa “total incompreensão do movimento pelas oito horas” (Webb; Cox, 1891, p. 212). Esse movimento, como eles afirmavam, começou como um desejo espontâneo dos trabalhadores para diminuir as horas de trabalho e adqui-

riu sua extensão e forma definitivas com os “Factory Acts” limitando as horas de trabalho dos menores e das mulheres. Por outro lado, dada a ligação entre o trabalho das mulheres e crianças e o trabalho dos homens adultos, a limitação das horas, embora nominalmente aplicável apenas às mulheres e crianças, afeta na prática também a duração do trabalho dos homens adultos (Tracts 23, p. 9).

Com base na argumentação desenvolvida acima, os Socialistas Fabianos concluem pela necessidade de uma legislação sobre as horas de trabalho. Assim, eles sugerem, na forma de uma emenda aos “Factory Acts”, um plano para uma Lei das Oito Horas (McBriar, 1966, p. 18-37), no qual eles estabeleciam o seguinte:

Em contratos de trabalho ou no emprego de serviços pessoais de qualquer tipo, um dia deve, a menos que especificado de outra forma, ser considerado como um período de *oito* horas de trabalho, e uma semana ser considerada como um período de *quarenta e oito* horas de trabalho (Tracts 9, p. 4).

As palavras “a menos que especificado de outra forma”, na citação acima, são uma clara indicação de que os Fabianos reconheciam a dificuldade de se aplicar uma lei geral a atividades específicas. Mas, argumentando que isto poderia ser resolvido por avaliação particular de cada situação, eles sustentavam que uma lei geral regulamentando a jornada de trabalho em oito horas era “absolutamente necessária” (Tracts 48, p. 3).

Como foi dito no início deste artigo, a participação dos Socialistas Fabianos no movimento por uma jornada de trabalho de oito horas ocorreu num contexto envolvendo a maioria dos trabalhadores organizados dos países industrializados, o que conferiu características internacionais ao movimento (Cross, 1988). Por outro lado, deve-se dizer também que o final do século XIX é conhecido como uma época durante a qual fortes tendências reformistas emergiram no interior do movimento socialista europeu (Nettl, 1965; Hobsbawm, 1967). Neste sentido, os Socialistas Fabianos não foram uma exceção.

Na verdade, todos os argumentos dos Fabianos sobre o problema das horas de trabalho tendiam a provar a necessidade de mudança, mas mudança sem nenhum conflito aberto. Portanto, do ponto de vista deles, os problemas sociais – como a quantidade diária das horas de trabalho –

deviam ser resolvidos pacificamente através da lei ao invés da ação direta, ou seja, da luta de classes.

Como se sabe, a jornada de trabalho de oito horas não foi adotada na Inglaterra nessa época, a despeito de toda a energia empregada pelas diversas forças sociais. Foi apenas depois da Primeira Guerra Mundial, quando a Conferência de Paz em Versalhes criou uma Comissão para a Legislação Internacional do Trabalho, que uma lei geral sobre as oito horas de trabalho se tornou possível (Silva, 1996).

Mas, ironicamente, e em contraposição ao principal argumento dos Fabianos – de acordo com o qual a melhor forma de obter o dia de trabalho de oito horas seria a ação legislativa – a Grã-Bretanha, juntamente com os Estados Unidos da América, “foram os únicos grandes países industrializados que não conseguiram aprovar uma lei das oito horas” (Cross, 1988, p. 166). No entanto, a despeito de não conseguir aprovar a lei das oito horas, por volta de 1920 “toda a indústria pesada e 80% dos restantes trabalhadores industriais obtiveram a jornada de oito horas à revelia da lei” (Cross, 1988, p. 166). Em outras palavras, os trabalhadores conquistaram a jornada de trabalho de oito horas por meio da ação sindical, ou seja, lutando contra seus patrões.

Para concluir, é necessário dizer que pelo menos na Inglaterra, e provavelmente também nos Estados Unidos da América, os argumentos dos Fabianos sobre a eficácia da ação parlamentar para se conseguir uma redução das horas de trabalho diário devem ser levados em conta apenas relativamente porque, como ficou claro nas citações acima, a adoção das oito horas de trabalho na Inglaterra resultou basicamente da ação dos próprios trabalhadores.

Referências Bibliográficas

- CROSS, Gary. *Worktime and Industrialization*. Philadelphia: Temple University Press, 1988.
- FABIAN TRACTS 48. Eight Hours by Law: A Practical Solution, *Fabian Tracts*, n. 48, London, June 1895.
- FABIAN TRACTS 16. A Plea for an Eight Hours Bill, *Fabian Tracts*, n. 16, London, 1884-1896.
- FABIAN TRACTS 9. An Eight Hours Bill, *Fabian Tracts*, n. 9, London, May 1890.
- FABIAN TRACTS 23. The case for an Eight Hours Bill, *Fabian Tracts*, n. 23, London,

may 1891.

GORZ, André. *Adieu au Prolétariat*. Paris: Galilée, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. *Labouring Men*. New York: Anchor Books, 1967.

HUNNICUTT, Benjamin K. *Work without End*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

LANGENFELT, Gosta. *The Historic Origin of the Eight Hours Day*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1954.

MARX, Karl. *O Capital*, v.1. New York: International Publishers, 1967.

McBRIAR, A. M. *Fabian Socialism and English Politics 1884-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

NELSON, Bruce. We can't get them to do Agressive Work: Chicagos's Anarchists and the Eight-hour Movement. *International Labor and Working Class History*, n. 29, Spring 1986.

NETTL, J. P. The German Social Democrats, 1890-1914 as Political Model. *Past & Present*, n. 3, 1965.

RAE, John. *Eight Hours for Work*. London: Macmillan, 1894.

SILVA, Josué Pereira da. *Três Discursos, uma Sentença. Tempo e Trabalho em São Paulo – 1906-1932*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996.

THOMPSON, Edward P. Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism. *Past & Present*, n. 38, december 1967.

WEBB, Beatrice; WEBB, Sidney. *Industrial Democracy*. New York: Augustus M. Kelley, (original de 1897) 1965.

WEBB, Sidney; COX, Harold. *The Eight Hours Day*. London: W. Scott, 1891.

IGREJA E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS ORIGENS DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL (1964-1978)*

Iram Jácome Rodrigues**

RESUMO

Este artigo trata do surgimento, no final da década de 70, do chamado novo sindicalismo no Brasil. Este movimento teve um impacto muito grande no espectro sindical e político. Além disso, o processo que levou ao seu aparecimento foi responsável pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – hoje, a central sindical mais importante no Brasil – e deu origem também ao Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente, o principal partido de oposição. Neste estudo é discutido o papel dos principais setores que estavam na raiz do novo sindicalismo: a parte progressista da Igreja Católica, representada, principalmente, pelas Comunidades Eclesiais de Base, a Oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Palavras-chave: trabalhadores, sindicato, oposição.

ABSTRACT

This paper deals with the outcome of new Unions in Brazil in the beginning of the seventies. This movement had a great impact on both political and syndical sectors. Moreover, the very process which was responsible for its outcome was also responsible for the creation of A Worker's Central (CUT) which is the most important Union in Brazil at present; this Union started the Labor Party (PT), which is the main opposition party in the country. In this paper, the role of the main sectors which were presented at the very start of a new Union in dealt with: the progressist party of the Catholic Church which is represented by the Ecclesiastic Base Communities, the Union opposition of metallurgic

* Este artigo está baseado em parte do capítulo II da minha tese de doutorado *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a trajetória da CUT*, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1993.

** Professor do Departamento de Economia da FEA/Universidade de São Paulo. Doutor em Sociologia, pós-doutor/Centre of Latin American Studies da Universidade de Cambridge, Inglaterra.

workers in São Paulo and the Union of metallurgic workers in São Bernardo do Campo.

Key-words: workers, Union, opposition.

Introdução

O movimento grevista iniciado em 1978, em São Paulo, deixou traços profundos no cenário político brasileiro. A retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pelo autoritarismo militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas das classes trabalhadoras que desde 1964 não conseguiam se fazer ouvir na sociedade brasileira.

Esse foi, sem dúvida, o segundo momento importante no processo de transição política pelo qual passava o país. O primeiro protesto de massas ocorreu em 1974 com as eleições parlamentares de novembro, quando o único partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), obteve uma vitória esmagadora nos grandes centros urbanos, principalmente na região Centro-Sul.

A avalanche de votos oposicionistas nas eleições de 1974 foi o primeiro grande protesto vivo, de amplitude até então desconhecida, contra o autoritarismo no pós-64. E o grande centro desta contestação eleitoral contra o regime militar foi São Paulo, em particular a Capital e a Grande São Paulo. De certo modo, as camadas médias e pobres reagiram, enfim, contra o regime autoritário e sua política econômica através do voto plebiscitário. Aparentemente, o povo brasileiro se posicionou contra um modelo que, naquele momento, excluía a grande massa da população de seus benefícios.¹

Em alguma medida, os acontecimentos de 1974 funcionaram como um bumerangue: ao mesmo tempo em que atingiu o centro do po-

1 Nas eleições de 1974, o MDB elegeu 16 dos 22 senadores, somando 60% dos votos do eleitorado de todo o país. Além disso, conquistou 160 das 364 cadeiras da Câmara Federal, elegendo 44% dos deputados federais, e ainda obteve maioria nas Assembleias Legislativas em seis Estados. Ver a respeito FLEISCHER, D. "O novo pluripartidarismo: perfil sócio-econômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)". In: FLEISCHER, D. (Org.). *Da Distensão à Abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

der por sua extensão e profundidade, trouxe à tona formas variadas de organização da sociedade civil. Foi um impulso importante, com um efeito multiplicador considerável nos anos seguintes, para a definição dos destinos da incipiente abertura.

Os acontecimentos de novembro de 1974, no entanto, foram “preparados” por vários eventos. No plano estritamente econômico, destaca-se a crise do petróleo em 1973 e seu impacto no país. No plano político, foram relevantes a luta dos parlamentares brasileiros do MDB, notadamente a sua ala mais progressista e democrática, e a “anticandidatura” de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência e à vice-presidência da República em 1973, que serviu de pretexto a uma pregação cívico-democrática por todo o país, na qual denunciavam o regime militar autoritário e conclamavam a sociedade civil à luta pela democracia. Finalmente, no plano sindical, vale lembrar as mudanças ocorridas desde a primeira metade dos anos 70, que se manifestaram mais claramente a partir de 1978.

Em setembro deste mesmo ano, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram seu primeiro congresso. Nesse evento, foram definidos os principais pontos programáticos de atividade sindical: o contrato coletivo de trabalho, liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que contemplasse seus direitos fundamentais.²

Embora este movimento possa ter um significado qualitativamente diferente da vitória da oposição emedebista de quatro anos antes, ambos fenômenos estão relacionados. Os trabalhadores, enquanto expressão de uma certa organização da sociedade civil, procuram se afirmar na crítica à política econômica do governo, na luta contra os baixos salários e pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com o patronato e pela autonomia e liberdade sindical, trazendo para a esfera da política amplos contingentes, que até então pareciam adormecidos, e expressando um forte sentimento oposicionista ante o regime militar.

As grandes greves, precedidas de assembleias plebiscitárias dos operários no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, mostravam a existência de um outro ator, até aquele momento excluído do cenário político, mas que queria participar. Esse foi, sem dúvida, o sentimento mais geral da emergência dos trabalhadores a partir de 1978, no Brasil. Esse fato desempenhou um papel importante na transição política naquele momento: as classes trabalhadoras queriam ter uma participação mais

2 ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo: Editora Unicamp/Ensaio, 1988. p. 17.

significativa nas novas regras do jogo que estavam sendo gestadas no país. Oriundos dos setores industriais mais modernos da economia nacional, esse movimento social, que em seu desenvolvimento se transformou em movimento político, representou, naquele momento, uma novidade na cena política brasileira.

Do ponto de vista dos setores trabalhistas, e até de uma parcela significativa do empresariado, o que se buscava, a partir das demandas colocadas para o conjunto da sociedade, era uma redefinição de suas identidades coletivas. E essa questão era bastante pertinente para as classes trabalhadoras: eram atores à procura de sua identidade coletiva como forma de obterem um espaço de intervenção na esfera pública. É nesse sentido que ganham importância os contornos do nascimento do novo sindicalismo brasileiro, base posterior de toda a atividade sindical no Brasil e que deu origem tanto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem dúvida a mais importante central sindical no Brasil, como ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Representativa, em alguma medida, das aspirações trabalhistas por direitos sociais, políticos e econômicos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu defendendo um lugar para os trabalhadores na sociedade brasileira. Com forte presença na sociedade civil, a CUT tem tido um importante papel na condução das demandas de amplos setores assalariados e trouxe para a esfera pública temas que antes não tinham espaço na agenda política.

De outra parte, a trajetória do chamado novo sindicalismo e, por extensão, da CUT não pode ser dissociada da demanda mais geral das classes populares por direitos democráticos. Surgindo no período de declínio do autoritarismo militar, esse movimento se consolidou enfrentando o regime de exceção e defendendo a democratização no Brasil, mudanças sociais e econômicas que fossem benéficas aos trabalhadores, e associando estas reivindicações mais gerais com a defesa de melhores condições de vida e trabalho para os assalariados e aos temas mais diretamente ligados ao cotidiano do trabalho.

Esse estudo procura traçar um quadro das origens do novo sindicalismo no Brasil, mostrando as várias vertentes que durante os anos 60 e 70 foram fundamentais para o seu surgimento.

Como já dissemos em outro estudo,³ a partir de 1977, com a luta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC pela reposição salarial, descor-

3 RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Editora Cortez/Fase, 1990. p. 49.

tinaram-se, no panorama das relações de trabalho, elementos novos da prática operária.

Evidentemente, nada acontece por acaso. Em 1978, as greves por empresa que, começando por São Bernardo, se alastraram por toda a Grande São Paulo, não surgiram do ar. Em São Bernardo, por exemplo, no período imediatamente anterior, já haviam ocorrido duas pequenas paralisações, na Mercedes-Benz e na Ford: respectivamente em 30 de março e em 10 de maio de 1978. Na Mercedes, os operários paralisaram suas atividades em quatro áreas da fábrica, por discordância com a política da empresa de aumento salarial por mérito para alguns empregados escolhidos pelas chefias em detrimento de outros trabalhadores. Na Ford, cerca de cem horistas do setor de estamparia paralisaram suas atividades pedindo reajuste salarial de 20%.⁴

Vale dizer, esse movimento foi espontâneo em certo sentido, mas, em alguma medida, foi fruto de todo o trabalho miúdo no interior das fábricas no período de resistência (1969-1977), época em que muitas pequenas lutas foram travadas pelos trabalhadores dentro das empresas. Assim, essa irrupção dos trabalhadores ao primeiro plano da cena política não se deu como “um raio caído em céu azul”.

Nesse aspecto, são significativas algumas notícias de movimento dentro das empresas, nesse período que, em nível mais geral, se caracterizou pela ausência de movimentos de massa dos trabalhadores, e no qual a luta dos trabalhadores, ainda que de forma incipiente e fragmentária, se voltou primordialmente para o interior da empresa.

Notas esparsas dando conta da movimentação trabalhista e sindical apareciam esporadicamente em alguns jornais e/ou revistas da chamada grande imprensa, bem como na imprensa alternativa e em pequenos jornais e boletins sindicais ou de grupos de trabalhadores como, por exemplo, aqueles ligados à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Há notícias, retiradas dos jornais e boletins de grupos operários ou de sindicatos, bem como da imprensa alternativa, que dão conta de pequenos conflitos no interior das empresas. Mesmo nos momentos mais difíceis – de completo fechamento político –, os trabalhadores fabris, ainda que de forma isolada e, no mais das vezes, esparsa, davam vazão ao seu descontentamento em relação às condições de vida e trabalho a que

4 RAINHO, Luis Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. p. 65-66.

estavam submetidos, nessa época. Isto é, o operariado, em todos esses anos de regime autoritário, realizou, no seu dia-a-dia, lutas defensivas, elaborando assim sua resistência a partir desses pequenos embates: luta por melhorias das condições de trabalho, como a parada de 15 minutos para o café; contra o autoritarismo das chefias; por aumentos salariais; contra atrasos de pagamento; pela diminuição do ritmo de trabalho etc.

Em outras palavras, foram essas lutas “diminutas”, consideradas muitas vezes “sem importância”, no cotidiano da produção que, em certo sentido, possibilitaram o surgimento do movimento grevista de 1978, ao mesmo tempo em que criaram parte das condições que levariam ao surgimento de um sindicalismo diferenciado daquele que se conhecia no pré-64: um padrão de ação sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com sua organização a partir das empresas.

Além disso, é a partir da experiência da derrota de 1964 que vai ocorrer uma reaglutinação do movimento operário e sindical. E essa reorganização desembocará na estruturação – durante um longo período de gestação – de dois pólos distintos, mas complementares, no interior do movimento operário e do sindicalismo brasileiro: a *Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*, na Capital paulista, e o *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*, na Grande São Paulo.

Começava a surgir uma nova camada de ativistas no interior das empresas, principalmente entre os trabalhadores metalúrgicos. A atuação desse grupo consistia, em parte, nesses pequenos embates que caracterizaram as lutas operárias no período 69-77, e na crítica à prática do sindicalismo populista pré-64.

Esses ativistas, que se forjam na luta contra o regime autoritário e que estão presentes no cotidiano das empresas naquelas pequenas lutas, durante esse período, aparentemente têm mais sensibilidade para o que está acontecendo no interior da classe trabalhadora, pois são parte dessa reorganização do movimento operário e, além disso, pelo menos em parte significativa dessa vanguarda, está sendo feita a crítica à prática sindical do período pré-64, bem como à ação de pequenos grupos que, com seu voluntarismo, procuraram substituir a ação de massas, como ocorreu com a experiência de um setor da esquerda que defendia a luta armada. Isso leva a que militantes de partidos políticos de esquerda – na época clandestinos –, na tentativa de conseguirem uma maior ligação com o movimento de massas, cheguem às fábricas e aos bairros da periferia das grandes cidades, particularmente na Grande São Paulo.

É esse processo que traz para o sindicalismo duas vertentes distintas que no caminho se encontram – quando dos acontecimentos de 1978 –, o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esses aspectos explicam a sensibilidade que esses segmentos operários tiveram diante da criatividade dos trabalhadores no momento da eclosão das greves.”⁵

As concepções desses dois movimentos e suas práticas criarão as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como *novo sindicalismo*, em contraposição à atividade sindical vigente no período anterior a 64. Como já sublinhamos, é essa nova *praxis* sindical que, em larga medida, mostrará sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-78 e que está na origem do surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A oposição sindical

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo surge após o golpe militar de 1964. A primeira aglutinação mais orgânica dos ativistas que posteriormente formarão esse movimento, ocorre durante as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967.

Nesse ano, um grupo de trabalhadores oriundos de organizações de esquerda, bem como de setores ligados à Igreja Católica, formam uma chapa em oposição à diretoria do Sindicato, encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade. É o primeiro momento no pós-64 que ativistas dispersos conseguem se articular para se contrapor, de forma mais organizada, ao sindicalismo levado adiante pela diretoria sindical.⁶ Este era um sindicalismo que normalmente estava distante do conjunto das demandas da classe

5 RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 153.

6 Sobre a política do sindicato no período 78-83, ver NOGUEIRA, Arnaldo. *Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.

trabalhadora na capital paulista, bem como da defesa de reivindicações relacionadas às melhorias das condições de vida e trabalho dos metalúrgicos.⁷

Funcionando como uma frente de trabalhadores, a Oposição Sindical – com uma significativa influência da Igreja e de militantes de movimentos de esquerda que foram paulatinamente se distanciando, e mesmo rompendo, com suas organizações no início dos anos setenta –, por todo o período do regime autoritário teve como uma de suas principais bandeiras a defesa da organização pela base dos trabalhadores nas unidades de produção. Além disso, também defendia a constituição de comissões de empresa no interior das fábricas (influenciada pela experiência das *comisiones obreras* na Espanha e pelos conselhos de fábrica italianos), o fim da estrutura sindical atrelada ao Estado, a liberdade e autonomia sindical, ou seja, “um sindicalismo de massas e democrático”.

Como mostra Hamilton Faria,⁸ entre 64 e 68 a participação de núcleos de trabalhadores mais organizados no movimento operário é muito pequena, “com exceção dos grupos de origem católica”. Ainda segundo este autor, as críticas que eram feitas por estes grupos à esquerda ortodoxa, particularmente ao Partido Comunista Brasileiro e, por extensão, ao padrão de ação sindical vigente em nosso país antes de 1964, se relacionavam a três aspectos básicos. Em primeiro lugar, à concepção política do PCB no que tange às alianças: ao privilegiar a burguesia nacional em seu programa, deixava ao largo os interesses classistas do operariado; um outro tema dizia respeito à visão considerada “cupulista” do movimento sindical, naquele período sob forte hegemonia do PCB, que relegava a segundo plano a organização pela base do movimento operário; e, finalmente, embora com menor ênfase, a crítica à estrutura sindical. Não havia ainda, nesse momento, uma formulação crítica mais contundente ao sindicalismo atrelado ao Estado; como iremos conhecer posteriormente no âmbito da Oposição Sindical.

De outra parte, aqueles setores oriundos da Igreja Católica desempenharam, no início da estruturação da Oposição, um papel mais re-

7 Ver sobre esta questão: GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1991a. p. 22-25; GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991b. p. 13-20; SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 167-178; FARIA, Hamilton Barreto de. *A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esse trabalho é o mais amplo e minucioso estudo da Oposição Sindical.

8 FARIA, *op. cit.*, p. 66-68.

levante do que os vários grupos esparsos de esquerda que se aproximavam de uma prática mais ligada ao movimento de massas e, principalmente, de um trabalho com os operários no interior da fábrica. Isso ocorre por vários fatores, entre os quais, segundo Faria, podem ser mencionados: “a proximidade desses núcleos [católicos] em relação ao movimento operário, a sua atuação organizada, [e] o espaço existente para o trabalho da Igreja nos anos que se seguiram ao golpe”.

Inicialmente, esses grupos católicos são compostos de militantes da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC), que no decorrer dos anos sessenta desenvolvem uma atividade de aproximação com o movimento operário tanto na Capital paulista quanto no ABC e, o que é mais importante, possuem uma prática de relacionar o trabalho fabril com a organização nos bairros, experiência que se desenvolverá com grande rapidez em meados dos anos setenta.

É importante ressaltar o surgimento, no início dessa década, da Pastoral Operária que, agregando militantes tanto da JOC quanto da ACO, de certa maneira compreende a luta no local de trabalho e no local de moradia como uma unidade. Ou seja, em decorrência da prática dos grupos católicos, a Oposição conseguirá agregar, no decorrer dos anos setenta, o bairro à fábrica. Essa foi uma das novidades dos conflitos urbanos durante esta década. Além do mais, esta será uma das *singularidades* da prática da Oposição Sindical, fortemente influenciada pela Igreja Católica durante o percurso de sua formação.

Nesse sentido, no caso específico de São Paulo, a Pastoral Operária desempenhou um papel fundamental para a reorganização do movimento operário e do sindicalismo, contribuindo pois, durante um largo espaço de tempo, para a afirmação da Oposição Sindical Metalúrgica como uma força representativa do sindicalismo na capital paulista. “A articulação bairro-fábrica será uma marca característica de toda a atuação da Pastoral Operária no movimento dos trabalhadores; ela já nasce como fruto dessa relação”. Por outro lado, aqueles ativistas vindos de organizações de esquerda “ainda estavam num momento de rearticulação de suas vidas, perseguidos pela polícia política e pela interventoria [sindical]. Além do mais, pela experiência do sindicalismo anterior estavam mais próximos das articulações sindicais que propriamente da base operária”.⁹

Dois anos após o golpe militar de 1964 iniciam-se as primeiras articulações para se formar uma chapa de oposição à diretoria de

9 FARIA, *op. cit.*, p. 233, 71-72.

interventores.¹⁰ As eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967, foram um marco para essa frente de trabalhadores que, a partir de então, passou a ter contornos mais delineados como uma corrente, com concepção e prática sindicais singulares, que a distanciarão cada vez mais daquele sindicalismo que guardava relações estreitas com todo o período anterior a 1964.

De outra parte, o movimento grevista iniciado em maio de 78 em São Bernardo do Campo vai encontrar a Oposição Sindical em franca atividade eleitoral: a disputa pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que se realizaria em junho. A campanha começara em março¹¹ e, de certo modo, a chapa 3 encabeçada pelo metalúrgico e ativista da *Oposição Sindical* Anísio Batista de Oliveira era expressão da maturidade organizativa da Oposição. Esta era a terceira eleição da diretoria do sindicato em que havia uma participação própria da Oposição: as duas anteriores foram nas disputas de 67 e 72. Nesse momento, essa corrente sindical já possuía um trabalho significativo no interior das principais empresas metalúrgicas na Capital, como demonstram os fatos relacionados à cloração das greves em São Paulo.¹²

Em outras palavras, já estava consolidada enquanto organização que expressava a aspiração de ponderáveis contingentes de ativistas sin-

10 *Ibid.*

11 A chapa 3, da Oposição Sindical, apresentou oficialmente seus candidatos e seu programa na noite de 4 de abril de 1978, uma terça-feira. CARVALHO, Murilo. A noite dos metalúrgicos. *Jornal Movimento*, 10 abr. 1978, p. 6. No entanto, a campanha já ganhara as fábricas desde o mês anterior.

12 Como analisa Heloísa de Souza Martins, “a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nasce como movimento que aglutina diferentes posições, durante a formação da primeira chapa de oposição a Joaquim dos Santos Andrade, encabeçada por Valdemar Rossi, nos idos de 1967. Desde o início, essas posições se uniram em torno da proposta de combate à estrutura oficial do sindicato e da organização da classe operária na base, ou seja, na fábrica. Essa proposta de atuação na base contrastou, em muitas ocasiões, com a preocupação de ocupar o aparelho sindical. A ênfase na disputa eleitoral prejudicava um trabalho mais efetivo, nas fábricas, de organização da categoria metalúrgica em torno das propostas da oposição. O que se via, no momento de enfrentar a diretoria do sindicato, durante as eleições, era a inexistência de uma base de oposição. Mesmo porque, é bom não esquecer, qualquer atuação no movimento operário e sindical, (e não só) nos anos que vão de 1969 a 1975, tinha de enfrentar os órgãos de repressão do regime militar. *Nesses anos de perseguições, prisões, torturas e mortes, a oposição sindical dirige seu trabalho de mobilização e organização da categoria metalúrgica, para os bairros, além das fábricas. A ligação da oposição sindical metalúrgica com a Igreja Católica que vem desde o seu início, com essa saída para os bairros, se solidifica.*” [sem grifo no original]. MARTINS, Heloísa de Souza. Da união à divisão: a eleição dos metalúrgicos de São Paulo. In: *Trabalhadores Urbanos no Brasil (1981) – Aconteceu*. Rio de Janeiro: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Especial 11, p. 20, julho 1982.

dicais e com razoável penetração junto aos trabalhadores metalúrgicos. É interessante notar que, nas eleições sindicais de 78, a Oposição ganhou nas grandes e médias empresas, perdendo nas pequenas – que possuíam um número bem maior de sócios do sindicato – e entre os eleitores aposentados. De todo modo, mesmo com as denúncias de fraudes feitas pela Oposição, essa agrupação operária conquistou cerca de 20% dos votos.¹³

Esses aspectos corroboram a idéia de que no primeiro semestre de 1978 a Oposição já era uma referência relevante, do ponto de vista sindical, de parcelas significativas de trabalhadores. É nesse contexto que ganha amplitude o movimento paredista na Capital. Nos dois primeiros meses, por exemplo, de paralisações por empresa, neste município, 75 metalúrgicas ficaram sem trabalhar. Além disso, 60 outras fábricas fizeram acordo com seus empregados “apenas com a ameaça da greve... A resistência patronal, que nas vinte primeiras greves, levou mais de três dias e meio em média, para aceitar um acordo, se reduziu e nas cinquenta greves seguintes essa média baixou para um dia e meio”.¹⁴

Cerca da metade das empresas do setor metalúrgico que fizeram greve ou apenas ameaçaram paralisar suas atividades “possuíam mais de 500 operários; 30% tinham entre 200 e 500 operários; 10% entre 100 e 200 operários e, as restantes, 10% menos de 100 operários”.¹⁵

Observa-se, pois, que as paralisações ocorreram preponderantemente entre as grandes e médias empresas, onde o trabalho desse agrupamento ganhava força. De outra parte, das dez empresas que inicialmente paralisaram suas atividades na Capital, em oito havia algum tipo de atividade da Oposição. E entre aquelas primeiras trinta metalúrgicas que entraram em greve “a metade possuía militantes da Oposição Sindical trabalhando nelas; dois terços dos membros da Chapa 3 da Oposição Metalúrgica trabalhavam em fábricas com mais de 500 operários, e *todas elas entraram em greve ou conseguiram aumentos ameaçando parar*.”¹⁶ [sem grifo no original]. Esses dados demonstram uma implantação desta corrente sindical quando da explosão grevista em 78, o que reflete a concepção que norteia esses militantes sindicais de se estruturarem no interior das fábricas, buscando organizar pela base o movimento operário.

13 FARIA, *op. cit.*, p. 333.

14 *EXPANSÃO do ciclo de greves entre maio-novembro 1978 (elementos de propagação)*. São Paulo: Oposição Sindical Metalúrgica, mimeo., p.1, s/d.

15 *Op. cit.*, p. 3.

16 *Ibid.*

Estavam dadas as bases para uma formulação mais estruturada desta nova corrente sindical que já vinha participando ativamente das experiências dos trabalhadores, a partir do período imediatamente posterior a 64, tanto no dia-a-dia da fábrica quanto no cotidiano do bairro.

Em março de 1979, posteriormente à onda grevista que ocorrera em nosso país e, em particular, no Estado de São Paulo, a Oposição Sindical Metalúrgica realizou o seu primeiro congresso.

O que chama a atenção nesse programa aprovado no I Congresso da Oposição Metalúrgica é a similitude, por um lado, com as pautas de reivindicações das campanhas salariais e eleitorais desse mesmo agrupamento sindical desde o final dos anos sessenta. Por outro, a proximidade com grande parte das demandas defendidas, ao longo dos anos setenta, pela concepção e prática sindical que estavam sendo paulatinamente implementadas pelo sindicalismo de São Bernardo, o que levará a uma aproximação *cada vez mais estreita, e ao mesmo tempo tensa, entre essas duas praxis sindicais*.

A primeira, tentando transformar a estrutura sindical de fora para dentro; a segunda, tentando aboli-la de dentro para fora. A oposição, apoiada na crítica mais *politicizada* da estrutura sindical e na experiência da derrota de 64, procurava se posicionar como uma alternativa ao sindicato CLT. De outra parte, o sindicalismo que se desenvolvia em São Bernardo apoiava-se basicamente na sua experiência concreta no interior da “máquina” para apontar seus limites e buscar superá-los. Usando a expressão popularizada pelo pensador italiano Antonio Gramsci: para atingir seus objetivos, em São Paulo, uma corrente sindical defende a *guerra de movimento*; já em São Bernardo do Campo, aquele agrupamento que vai ser um dos principais pontos de apoio do *novo sindicalismo* propugna a *guerra de trincheira*.

De um lado, “o assalto ao palácio de Inverno”, de outro, uma “guerra de desgaste” para, paulatinamente, ir minando as forças adversárias (?): a estrutura sindical brasileira. Em larga medida, serão essas as duas vertentes de sindicalismo que, no início dos anos oitenta, desaguarão na formação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, trazendo para o interior da Central as ambigüidades e tensões que estão presentes em suas práticas cotidianas e que, por vezes, explodem em divergências quase incontornáveis, como demonstram inúmeros fatos nos últimos dez anos.¹⁷

17 Ver capítulo IV de minha tese de doutorado.

A experiência do sindicalismo de São Bernardo do Campo e Diadema

O ano de 1978 foi emblemático da luta dos trabalhadores, quando tiveram início as primeiras greves por fábrica na região do ABC Paulista, depois de dez anos sem movimentações significativas do sindicalismo. A sociedade civil, em nosso país, foi tomada de surpresa. De repente, os trabalhadores que raramente eram mencionados nos jornais da chamada grande imprensa e que, quando se faziam presentes apareciam apenas nos cadernos de *economia*, passam a ocupar as primeiras páginas de todos os periódicos, bem como os noticiários de rádio e televisão e, com seu feito, conseguem se colocar – de um momento para outro – no centro das atenções políticas do país inteiro.

A movimentação grevista, que se inicia em São Bernardo, em maio de 78, posteriormente se alastra por todas regiões do Brasil e perpassa um amplo espectro de assalariados, se transformando em um fato político fundamental que iria mudar, a médio prazo, a geografia do poder ao trazer, para o centro do debate, uma nova agenda política onde sobressaíam as demandas dos trabalhadores.

As greves, para além de seu significado mais específico de reivindicações pela melhoria das condições de vida e trabalho do operariado, colocam para o debate nacional novos temas extremamente caros às classes trabalhadoras. Situam pela primeira vez, de forma concreta, o tema dos direitos de cidadania para os trabalhadores.

Ora, quem era essa direção sindical que, em São Bernardo, estava na origem das reivindicações trabalhistas? Como se formara? Que preocupações tinha? Enfim, qual sua real experiência e que perspectivas perseguiam?

O sindicalismo de São Bernardo do Campo possui uma experiência *sui generis*. Como analisa Maria Hermínia Tavares de Almeida,

nos quadros do movimento sindical brasileiro, a luta pela elevação de salários segundo os incrementos de produtividade, pela negociação coletiva sem a mediação do governo, pela organização sindical no interior das unidades fabris, configura uma problemática inédita, que vem sendo incorporada pelos trabalhadores do setor mais moderno do parque industrial brasileiro, a partir dos primeiros anos desta década [de setenta].

Ela envolve três ordens de questões relacionadas entre si e em torno das quais é possível que se definam novas pautas de ação sindical.

Segundo a autora, uma primeira questão se relaciona à junção das demandas salariais com reivindicações que dizem respeito às condições de trabalho, a segunda, à tentativa de buscar negociações descentralizadas e, finalmente, uma preocupação do sindicato mais voltada para o interior da empresa “e mais preocupada em aumentar o controle dos assalariados sobre o processo de trabalho”.¹⁸

Com uma prática amplamente amparada nos temas que surgem no cotidiano fabril, esse sindicalismo, aparentemente, dava voz àquelas demandas mais sentidas do operariado em seus locais de trabalho. Tal sindicalismo havia nascido em uma região de alta concentração industrial, onde a grande maioria dos operários trabalhava nas indústrias automobilísticas do município – cerca de 60% da mão-de-obra estava concentrada nas montadoras aí instaladas –, o que será um fator decisivo para a nova forma de atuação trabalhista que estava sendo gestada no ABC paulista.

Defendendo um padrão de ação sindical distinto daquele que fora hegemônico antes de 64, o sindicato de São Bernardo, durante os anos setenta, vai definindo sua atividade e desenvolvendo o perfil de um sindicalismo de massas que procura dar conta da resolução dos problemas trabalhistas no interior das empresas. Nesse sentido, tem preocupações que se aproximam bastante daquelas já observadas na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, sendo a mais importante delas, sem dúvida, a questão da organização de base do operariado. Neste aspecto, “uma reconstituição mais minuciosa da história do sindicato de São Bernardo mostra que a partir de 1969 [...] já começa a manifestar-se uma certa combatividade nas negociações com o patronato. Um exemplo é a luta pela antecipação salarial (outubro de 1971), a despeito das condições pouco favoráveis dentro das quais ela se desenvolve”. Com as eleições realizadas em 1972, Lula passa a fazer parte da diretoria e, juntamente com outros dirigentes, “revelando sensibilidade para o que se passa nas fábricas”, criam um instrumento chamado Conselho de Coordenação dos trabalhos de Base, que tinha por objetivo “estabelecer uma ponte entre a luta do sindicato e

18 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Desarrollo capitalista y acción sindical. *Revista Mexicana de Sociología*, México, p. 469, abr./jun. 1978.

aquela que se desdobra dentro da empresa”.¹⁹ Havia, pois, uma percepção desses sindicalistas com relação à organização dos trabalhadores nas unidades de produção. De todo modo, esta é uma temática que em nível internacional está presente na prática sindical desde meados dos anos sessenta.²⁰

A experiência do sindicalismo de São Bernardo, assim como a dos ativistas da Oposição, leva à retomada do local de trabalho como o lugar privilegiado do conflito entre empregados e empregadores. Essa é uma especificidade que está presente tanto na região do ABC quanto na Capital paulista.

Em várias ocasiões, no início da década de setenta, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tentou obter um dissídio em separado dos outros sindicatos do interior, à exceção de Santo André e São Caetano. Isso ocorreu em 1970, 72 e 73, mas o Sindicato não obteve êxito. As principais ponderações na defesa dessa proposta eram as de que os trabalhadores do ABC, pelo tipo de estrutura industrial aí presente, possuíam demandas diferenciadas do restante dos operários metalúrgicos do interior, além do fato de desenvolverem, segundo seus dirigentes, um nível de produtividade que estava muito acima da média dos empregados metalúrgicos. Observa-se, aqui, um componente corporativista importante que está no nascedouro da *praxis* sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Por essa razão, reivindicavam tratamento salarial diferenciado e nesse sentido, entre outros aspectos, níveis salariais mais altos. Operários que, em larga medida, estavam alocados na indústria automobilística ou nas fábricas de autopeças dessa região tinham, por outro lado, uma grande preocupação com as demandas referentes às condições de trabalho. Em 1972, por exemplo, os trabalhadores sindicalizados das três maiores montadoras de automóveis representavam cerca de 60% (59,8%) do total de associados do Sindicato: “12,9% trabalhavam na Mercedes-Benz do Brasil; 22,3% na Ford-Willys do Brasil e 24,6% na Volkswagen do Brasil. Nos quadros do sindicalismo brasileiro, o sindicato de São Bernardo constitui um dos raríssimos casos de corporação classista, onde os empregados de grandes empresas são a esmagadora maioria”.²¹

19 GARCIA, Marco-Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. *Desvios*, São Paulo, n. 1, nov. 1982.

20 Ver, por exemplo, CROUCH, Coulin; PIZZORNO, Alessandro (Orgs.). *El Resurgimiento del Conflicto de Clases en Europa Occidental a partir de 1968*. v. 1. Madrid: Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989. A edição original dessa obra, que é composta de dois volumes, é de 1978.

21 ALMEIDA, *op. cit.*, 1978, p. 484.

Reivindicando

liberdade e autonomia sindicais, fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos; reconhecimento da organização dos trabalhadores no interior da empresa, através de comissão de fábrica; direito de greve, negociação direta entre trabalhadores e empresários sem a intervenção do Ministério e da Justiça do Trabalho [e] mudança da política salarial, de forma a permitir a negociação direta dos índices de reajuste e aumento,²²

o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo vai se distanciando cada vez mais daqueles sindicalistas que tanto no campo conservador, quanto nas fileiras da chamada esquerda ortodoxa tinham uma ação sindical que não privilegiava um contato maior com os trabalhadores nas empresas e, além disso, defendiam a permanência do Estado na esfera das relações entre capital/trabalho.

Aliado a esse tema, outra singularidade desta nova corrente sindical refere-se à organização pela base dos operários na empresa e às demandas relacionadas às questões do ambiente de trabalho na fábrica. Esses aspectos tinham sido deixados de lado pelo sindicalismo que se desenvolvera no país até 64 e que, em decorrência de uma dada concepção e prática sindicais, não tinha como meta central os temas mais estreitamente ligados aos empregados que estavam no cotidiano da produção, vale dizer, “ao pé da máquina”. Era uma visão de sindicalismo que contemplava, primordialmente, os grandes problemas nacionais: a reforma do sistema bancário, a reforma agrária, a defesa de um governo nacional-popular etc., sem uma contraposição daqueles problemas que são inerentes ao movimento trabalhista na sua especificidade.²³

É nesse panorama, mais geral, que surge um padrão de ação sindical que está mais atento, em um primeiro momento, àquelas demandas propriamente sindicais e/ou trabalhistas, que traziam para o interior do sindicato preocupações consideradas, por vezes, “sem importância” para

22 KELLER, Vilma. *Os processos de negociação coletiva e a difusão das comissões de fábrica no setor metalmeccânico paulista*. São Paulo: Cebrap, 1986, p. 2.

23 Para uma discussão do sindicalismo desse período ver, entre outros, NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1981, e COSTA, Sérgio Amad. *A CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.

certos dirigentes sindicais, tais como o autoritarismo das chefias, as várias formas de despotismo no interior das empresas, diminuição de faixas salariais, plano de carreira, diminuição do ritmo – em muitos casos extenuante – do trabalho de fábrica, treinamento da mão-de-obra pelo empregador, transporte da companhia para a ida ao trabalho, enfim, pontos relacionados fundamentalmente com aquelas aspirações mais sentidas pela base operária.

É, pois, a partir dos temas relacionados às condições de trabalho e salário, bem como às condições de vida em que viviam os metalúrgicos no final da década de sessenta e início de setenta, que o surgimento dessa nova *praxis* sindical altera, sobremaneira, a correlação de forças no interior do sindicalismo, resgatando, para os trabalhadores, a luta por direitos a partir do local de trabalho. E é esse fato, sem dúvida, que causará um grande impacto junto ao conjunto dos metalúrgicos, no primeiro momento e, posteriormente, junto às amplas parcelas das classes trabalhadoras, funcionando como um ponto de irradiação que se inicia em São Paulo.

O depoimento do maior expoente desta corrente sindical, Luís Inácio Lula da Silva, ilustra como foi se formando esta simbiose entre liderança e liderados, base e direção. Ou seja, como foi se aguçando essa sensibilidade para aqueles problemas que faziam parte do dia-a-dia do operário na fábrica.

E foi aqui no Departamento Jurídico do sindicato que eu senti que realmente a classe trabalhadora está numa situação negra, está vivendo uma situação de desespero. Aparecia cada caso aí que eu dentro da Villares não imaginava que existisse dentro das outras empresas. Comecei a me deparar com o problema da neurose existente dentro de uma grande empresa como a Volkswagen, como Mercedes, como Ford. Comecei a atender *trabalhador que depois de 30 dias de trabalho não recebia nada no pagamento* porque a Cooperativa da empresa tinha tomado todo o dinheiro dele. Comecei a conhecer trabalhadores que tinham vindo do interior do Estado ou do Nordeste, pensando encontrar o paraíso em São Bernardo do Campo e foram cair em favelas na periferia de São Bernardo do Campo. E isso me abriu os olhos e eu acho que na época eu fui um bom dirigente sindical porque *eu sentia pena do pessoal*, eu sabia que não podia resolver os problemas de todos, mas os problemas daqueles que me procuravam, eu procurava resolver. De-

pois, aí a presidência do sindicato. E aqui realmente é onde a gente sente a coisa realmente...²⁴ [sem grifo no original].

Essa entrevista dá bem a dimensão das mudanças que estavam ocorrendo, do ponto de vista subjetivo, no início dos anos setenta, naquela liderança que começava a se formar. E denota um grau muito grande de sensibilidade para o que acontecia, na realidade, com os trabalhadores. Esta sensibilidade de uma parte significativa de ativistas sindicais para com os problemas mais prementes da base operária se traduz, aos poucos, numa nova forma de ver a atuação do sindicato e vai influenciar o surgimento dessa corrente.

Por outro lado, esse depoimento ressalta alguns aspectos das condições de vida e trabalho dos metalúrgicos, condições extremamente duras e difíceis, principalmente para aquela parcela da mão-de-obra que não possuía qualificação: os operários da linha de montagem.

Como analisa José Álvaro Moisés,

as questões levantadas por essa nova corrente de sindicalistas, que viriam a se tornar os expoentes dos sindicatos do ABC nos anos seguintes, traduziam, no plano dos sindicatos (isto é, no plano institucional), os problemas que estavam presentes nas bases do movimento operário desde a época das grandes greves de 1968 [...] O movimento já demonstrara a tendência de organizar os trabalhadores a partir do plano e dos problemas das empresas.²⁵

Apesar do clima político reinante no país no final dos anos sessenta e início dos setenta, observa-se uma certa movimentação dos sindicatos brasileiros, que realizam reuniões, congressos, seminários etc., visando discutir a situação dos trabalhadores.²⁶

24 Entrevista concedida a Luís Flávio Rainho, em 5 de novembro de 1976. In: RAINHO e BARGAS, *op. cit.*, p. 51

25 MOISÉS, José Álvaro. *Lições de Liberdade e de Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 95.

26 Um fato que vai marcar esse período é o assassinato do sindicalista Olavo Hansen, membro do então clandestino Partido Operário Revolucionário (Trotskista) - POR(T), em maio de 1970, após participar, com outros trabalhadores, das comemorações do primeiro de maio, no campo de esportes Maria Zélia, na Vila Maria, em São Paulo. O militante sindical Olavo Hansen foi morto nas dependências do DEOPS em decorrência das torturas a que foi submetido e encontrado oito dias

Além disso, como mostra Annez Troyano, referindo-se ao ano de 1972: “os congressos nacionais realizados pelos sindicatos no decorrer do ano, firmaram resoluções que demonstram sua insatisfação ante as amarras legais existentes” e reivindicam a divisão “do bolo”. Quatrocentos delegados, representando 1.200.000 metalúrgicos do Brasil, declararam querer a “participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional e dos bens por eles produzidos”. Reivindicaram também a preservação dos princípios democráticos, repudiando qualquer tipo ou forma de governo totalitário: “a participação dos trabalhadores em igualdade de condição na solução de problemas de natureza econômica, política e social e a garantia e liberdade plena no exercício do mandato de representação sindical”.²⁷

O regime militar, se conseguiu por certo período paralisar a oposição política, não conseguiu paralisar completamente a sociedade civil. E o sindicalismo, como parte desta, expõe de forma clara sua inconformidade com os destinos do país reivindicando liberdades democráticas; ao mesmo tempo em que critica o regime ditatorial, defende uma maior participação dos trabalhadores na renda nacional. São, pois, demandas por direitos políticos, sociais e econômicos para o conjunto das classes trabalhadoras.

Relacionado a esses temas e em consonância com essas questões é que aparece, a partir de São Bernardo do Campo, o que foi chamado de “novo sindicalismo”.

depois em um terreno baldio próximo ao Museu do Ipiranga, na capital paulista. A repercussão desse assassinato, perpetrado por agentes de segurança, foi muito grande na imprensa, no Congresso Nacional e, principalmente, nos sindicatos. Papel destacado no âmbito político de denúncia deste assassinato e exigência de apuração deste crime teve o então deputado Franco Montoro. Foi, possivelmente, o primeiro momento depois do AI-5 em que o movimento sindical articulou uma campanha nacional exigindo do governo federal esclarecimentos sobre o assunto e punição para os assassinos e torturadores. Olavo Hansen trabalhava na indústria de fertilizantes IAP como programador de computador, morava em Mauá (município da Grande São Paulo) com a família, e era membro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de Santo André. Entre 65 e 69 Olavo Hansen trabalhou em várias metalúrgicas na capital paulista, tendo participado das campanhas salariais dos metalúrgicos nesse período. Era um ativista de oposição bastante conhecido no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nessa época. Seu assassinato foi amplamente noticiado pela imprensa. Até o golpe de 64, Olavo Hansen era estudante de engenharia da Escola Politécnica da USP. Ver, por exemplo, jornal *Correio da Manhã*, 20 maio 1970 e o jornal do Sindicato dos Bancários de São Paulo, *Folha Bancária*, p. 5, maio de 1970; *Folha de São Paulo*, 29 ago. 1970; *Diário Popular*, 29 ago. 1970; Ver também o discurso do deputado Franco Montoro, falando como líder do MDB, em sessão de 21 maio 1970, exigindo “a punição exemplar dos culpados.”

Esse fato é uma demonstração de que mesmo no auge da ditadura militar, sob o comando do general Médici, setores da sociedade civil, de alguma forma, conseguiam se mobilizar, denunciar etc., e ter certa acolhida junto à opinião pública.

27 TROYANO, Annez. O arrocho salarial. *Jornal Opinião*, 1º jan. 1973.

Preocupados com a organização dos trabalhadores em sua base territorial, os sindicalistas de São Bernardo realizaram, nos dias 7 e 8 de setembro de 1974, seu primeiro congresso. O que é interessante observar é a ampla participação daqueles funcionários mais qualificados, ao passo que os trabalhadores desqualificados praticamente não participam do congresso. Essa questão é generalizada no mundo do trabalho. Os mais qualificados tecnicamente, profissionalmente, na maioria das vezes, são os que estão à frente das lutas de sua classe ou grupo social. Essa camada de ativistas, que no dobrar da década de sessenta esteve impulsionando as reivindicações trabalhistas, possuía, em geral, mais escolaridade e, pela condição de trabalho na empresa – função especializada – tinha mais segurança no emprego. Eram, vale dizer, trabalhadores mais estáveis. O acesso à informação dessa camada era muito maior e, em decorrência de um melhor padrão de vida, mesmo que eventualmente fossem demitidos, não era óbice para esse grupo de trabalhadores conseguir um novo emprego.

Analizando a mobilização operária e as mudanças tecnológicas na indústria automobilística, Gérald Assouline observa que a rotatividade da mão-de-obra, ao mesmo tempo que permitia reduzir os custos salariais, dava também condições para a demissão ou manutenção dos funcionários que as empresas desejassem. Nesse sentido, nos anos 70, essa política com relação à mão-de-obra levava, de um lado, a uma maior intensidade do ritmo de trabalho e a um incremento significativo da produtividade e, por outro, fazia com que o salário médio não alcançasse esse índice de produtividade. Por conseguinte, em decorrência da escassez de mão-de-obra qualificada no mercado, apenas os operários qualificados tinham condições de resistir à pressão patronal ou de abandonar voluntariamente seu emprego. Por isso, esses trabalhadores altamente qualificados na indústria automobilística podiam conseguir salários mais altos e fazer frente à rotatividade que estava mais restrita aos trabalhadores semiquualificados e aqueles sem nenhuma qualificação.²⁸ Esses fatos, em seu conjunto, nos ajudam a entender a participação majoritária em todo o período de reorganização do movimento sindical de um setor que, afora outros aspectos, possuía, preponderantemente, um nível mais elevado de qualificação.

De outra parte, o nascimento dessa nova forma de atuação sindical está, em certo sentido, associada à contestação do modelo implantado

28 ASSOULINE, Gérald. *Mobilisation de la force de travail et mutations industrielles: le cas de l'industrie automobile au Brésil*. IREP/CERCID, 1985, p. 6-7.

no Brasil a partir dos anos trinta. Esta oposição já se mostra em 1970 e nos anos seguintes, quando o sindicato de São Bernardo propõe fazer o dissídio em separado e, além do mais, esse padrão de ação sindical já começara a se esboçar no final dos anos sessenta. Em alguma medida, vários dos pontos apresentados nesta Declaração de São Bernardo aparecem esparsamente em declarações, manifestos, congressos, seminários e nos programas de chapas de oposição à diretoria de sindicatos pelo país afora. Havia certa confluência de correntes, no movimento dos trabalhadores, que caminhava decididamente – a partir da crítica da experiência pregressa (pré-64) – para um novo patamar de ação sindical. E São Bernardo fazia parte desse movimento, assim como a Oposição Metalúrgica de São Paulo.²⁹

Diante do vazio criado pelo golpe de 64 junto ao movimento sindical, esse padrão de atuação começa a encontrar formas para se estruturar e ocupar um espaço relevante no interior da sociedade civil, na luta contra a estrutura sindical e, por extensão, contra o regime autoritário. É nesse contexto que vai se afirmando a identidade de uma nova corrente no movimento sindical.

Já o III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em outubro de 1978, se desenvolve sob a égide dos grandes movimentos grevistas daquele ano e com a direção sindical já reconhecida e legitimada em nível nacional. Representa, pois, uma nova etapa na construção dessa concepção e prática sindicais, ou seja, sua consolidação e posterior hegemonia junto ao sindicalismo brasileiro.

Neste congresso, o tema central da discussão girou em torno da estrutura sindical. Aparentemente, os sindicalistas reconheciam que o principal obstáculo à atuação mais desenvolvida dos sindicatos era a sua dependência do Estado. A resolução tirada neste conclave diz:

Com este III Congresso, os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema querem dar sua contribuição ao debate dos demais companheiros de base e de todos aqueles que sentem

29 Por exemplo, a chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nas eleições realizadas entre 3 e 7 de julho de 1972 e presidida por Valdemar Rossi, como já mencionamos anteriormente, defendia, em seu *Manifesto-Programa*, melhoria das condições de trabalho no interior das empresas, direito de greve “como é reconhecido no mundo inteiro”, isto é, nos países democráticos, a organização e reconhecimento das comissões de fábrica, sindicalização permanente nas portas das fábricas, organização de cursos de orientação sindical para os trabalhadores, promoção de cursos profissionais etc. *Manifesto - Programa de Oposição - Chapa Verde*, mimeo., 3p.

necessidade da classe trabalhadora decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino. Ou seja, partindo do princípio de que a organização da classe trabalhadora deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado, tendo o seu começo, meio e fim decididos pelos próprios trabalhadores [...] Na verdade, o avanço da organização do trabalhador na luta em defesa de seus mais legítimos interesses é barrado por uma estrutura sindical que foi justamente montada, há mais de 40 anos, com este objetivo: impedir a organização da classe trabalhadora independentemente da tutela do Estado.³⁰

Alguns setores do sindicalismo começam a aumentar, em muito, o diapasão das críticas à velha estrutura sindical atrelada ao Estado. Este é um dos principais fatores de aproximação do sindicalismo de São Bernardo com a Oposição Sindical.

Este encontro, realizado num momento de declínio acentuado do regime militar e de ascensão do movimento de massas – cuja expressão maior foram as greves por empresa em 1978 –, defendeu a autonomia e a liberdade sindical, incorporando, neste aspecto, a implementação do contrato coletivo de trabalho, o direito de greve irrestrito e a ratificação da Convenção 87 da O.I.T. Além disso, ao mesmo tempo em que defendia a unidade na prática, do movimento sindical, o encontro corroborava a idéia que está contida na Convenção 87 sobre pluralismo sindical.

Este congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realiza-se em um momento em que a Oposição Sindical desenvolve uma experiência importante, dirigindo o movimento grevista na Capital paulista, onde organizou dezenas e dezenas de comissões de empresa. Em resumo, existia certa convergência de concepção e prática sindicais, no momento em que eclodiram as greves, entre estas duas correntes sindicais que serão o estuário por onde vão correr as águas do “novo sindicalismo”.

Isso se deu: 1) mesmo sem manterem contato de forma mais direta; 2) pelo menos até as greves de maio de 1978 ; 3) a partir de suas práticas cotidianas de negação e/ou crítica da estrutura sindical vigente etc. Entre outros aspectos, esses fatos levaram a que esses dois setores do sindicalismo brasileiro terminassem se aproximando e, como já tivemos oportunidade de observar, fossem elementos fundamentais para a formação, alguns anos depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

30 *Idem*, p. 208-212.

Igreja e movimento operário

De um lado, havia ativistas da Oposição Sindical que faziam parte de grupos de ideologia socialista, vindos, na sua grande maioria, de tendências de esquerda e que procuraram, no dobrar da década de sessenta, mas, principalmente, no início dos anos setenta, fazer um ajuste de contas com seu passado militante, tentando chegar às massas, fosse através das atividades nos bairros, fosse pela incursão no trabalho de fábrica. De outro, havia um punhado de sindicalistas que construía sua crítica à estrutura sindical, às condições de vida e de trabalho em que viviam ponderáveis parcelas das classes trabalhadoras a partir das condições concretas da vida cotidiana, ou seja, da prática. As discordâncias, deste segundo grupo, com vários aspectos da política que regia o aparelho sindical se dava em decorrência da experiência no interior da “máquina”. Salvo raríssimas exceções, estes sindicalistas não tinham maiores relações com a esquerda e, normalmente, se auto-intitulavam independentes.³¹ Daí a sua visão pragmática inicial, que posteriormente se politiza. Apesar de todas as diferenças entre esses dois padrões de ação sindical, aparentemente o que os aproxima em suas formas de atuação é a estreita relação com a Igreja Católica em ambas as correntes do movimento operário.

A Igreja exerceu uma influência muito grande junto aos ativistas sindicais durante todo o chamado período de resistência ao regime autoritário. Esse fato é fundamental, em primeiro lugar, para a compreensão da mudança na temática reivindicativa e, em segundo lugar, pela idéia de “ir às bases”, isto é, pensar no trabalhador de forma mais integral: vendo-o não apenas como operário no interior da fábrica, mas como pessoa no cotidiano do trabalho e também como cidadão no âmbito da sociedade.

É essa estreita relação com movimentos católicos que levará essas duas correntes a terem práticas muito próximas durante todo um período. Heloisa de Souza Martins afirma que

a emergência de uma classe operária organizada e combativa, bem como de um sindicalismo autêntico, não se deu como que por acaso, a partir das greves de 1978, nem exclusivamente a

31 Ver, por exemplo, entrevista com Paulo Vidal Neto, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no jornal *Opinião* de 16 de setembro de 1974, p. 3.

partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo [...] É preciso considerar, também, ao lado de outras forças, a atuação dos militantes cristãos no movimento operário e sindical e perceber a sua influência nos rumos do sindicalismo autêntico, especialmente na região do ABC. Militantes estes que, em sua prática política, enunciavam muitas das características que hoje são atribuídas aos “novos” movimentos sociais.³²

Ainda com relação à participação da Igreja junto ao movimento operário, especificamente junto ao sindicalismo do ABC paulista, é necessário salientar que

o apoio da Igreja ao movimento operário no ABC não surgiu com as greves de 1979 e 1980. Pelo contrário, havia na história das lutas operárias no ABC uma destacada participação de militantes cristãos e de setores da hierarquia da Igreja. Mais especificamente, desde 1954, com a criação da diocese e a ida de D. Jorge Marcos de Oliveira para lá, iniciara-se uma aproximação entre a Igreja e o movimento operário.³³

No caso brasileiro, observa-se, pois, a atuação da Igreja Católica, que vem de muito antes do golpe de 64 e que, sem dúvida, ajudou na formulação de um novo padrão de ação sindical presentes tanto no sindicalismo de São Bernardo quanto na atividade da Oposição de São Paulo.

O que representa essa nova visão da Igreja e o que permite sua influência junto às classes trabalhadoras? As explicações são várias... Para Michael Löwy, por exemplo, alguns eventos das últimas décadas – entre eles “o novo movimento operário e popular no Brasil – são incompreensíveis e inexplicáveis se não se levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por

32 MARTINS, Heloisa de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC: as raízes do sindicalismo autêntico e de base no Brasil*, XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 15 a 18 de outubro de 1991, mimeo., p. 5. É interessante notar, como ressalta a autora, não ser “apenas na região do ABC que os sinais de um sindicalismo atuante se faziam evidentes. A Oposição Sindical Metalúrgica vinha assumindo, ao lado dos chamados sindicalistas ‘combativos’ da região do ABC, uma posição de destaque, especialmente nos encontros ‘dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical’”. Acompanhando esses encontros percebi a presença de militantes cristãos entre os operários da oposição sindical. Ao que tudo indicava, a origem desta estava nos movimentos e nos grupos que se organizavam no interior da pastoral católica.” *Idem*, p. 15-16.

33 MARTINS, *op. cit.*, p. 10-11.

importantes setores da Igreja, de temas essenciais do marxismo”.³⁴ Utilizando o conceito weberiano de afinidade eletiva que serviu para compreender a relação de reciprocidade entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Löwy destaca algumas áreas de correspondências recíprocas entre marxismo e cristianismo, quais sejam: 1) a libertação dos escravos e oprimidos; 2) a valorização do pobre; 3) o universalismo; 4) a crítica do individualismo; 5) a valorização da comunidade; e 6) o anticapitalismo.

Estes aspectos que, de certa forma, possuem bastante aproximação tanto no marxismo quanto na doutrina cristã seriam, pois, pontos de convergência que ajudaram a construir o que o autor define como uma afinidade eletiva entre esses dois campos de pensamento aparentemente opostos.

Esse processo, especificamente latino-americano, que começa a se desenvolver na década de 50, estará ancorado em dois movimentos distintos: às condições criadas pelo capitalismo que leva a uma industrialização e urbanização crescentes, “que aprofundam as contradições sociais tanto na cidade como no campo” e à revolução cubana (1959-60), “primeira vitória popular contra o imperialismo na América Latina e primeira revolução socialista no continente”.³⁵ É essa conjuntura mais geral que ajuda a entender as mudanças que estão ocorrendo nas sociedades latino-americanas, ao mesmo tempo em que um processo similar está ocorrendo no interior da Igreja Católica, especificamente com a escolha do Papa João XXIII em 1958, com o Concílio Vaticano II (de 62 a 65) e a Conferência da CELAM em Medellín (1968).

Contudo, esse processo dentro da Igreja Católica é mesmo anterior ao Vaticano II.³⁶ No tocante à discussão no interior da Igreja, esses

34 LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 5, nov. 1989.

35 LÖWY, *op. cit.*, p.10.

36 Para a realidade de nosso país, Heloísa de Souza Martins, por exemplo, faz a crítica do que ela considera “certos cortes temporais feitos nas análises da Igreja, que estabeleciam o Concílio Vaticano II como o marco divisório entre uma Igreja sacramental, comprometida com as classes dominantes, e uma Igreja dos pobres e oprimidos, comprometida com a libertação das classes subalternas”, pois, conforme esta pesquisadora, as propostas que apareciam como “inovadoras” no Concílio “eram expressão de uma prática existente em alguns movimentos da Igreja, especificamente os movimentos de Ação Católica especializada e o Movimento de Educação de Base, desde o início da década de 60.” MARTINS, *op. cit.*, 1991, p. 20-21. Talvez pudéssemos nos expressar com mais propriedade se dissessemos que as mudanças que estavam ocorrendo no corpo da doutrina católica também podiam ser entendidas como expressão dos movimentos na sociedade, bem como das práticas – mesmo que embrionárias – já levadas a cabo por militantes católicos.

três eventos tiveram um impacto muito forte que, combinados com as condições em que vivia a América Latina, naquele período, funcionaram como um campo fértil para o surgimento do que se conheceu, posteriormente, como a teologia da libertação.³⁷

São visíveis pequenas mudanças no comportamento da Igreja brasileira, já a partir do início dos anos sessenta, que expressam um processo mais amplo de reorientação da Igreja Católica.³⁸

As Comunidades Eclesiais de Base

No Brasil surge, a partir do início de 1960, uma grande novidade, do ponto de vista organizativo, que tem origem na Igreja Católica: as *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*. De acordo com Frei Betto,

as comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinqüenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos

37 Segundo Michael Löwy, “a América Latina é o continente católico por excelência, onde a grande maioria da população é imersa, desde o seu nascimento, na cultura religiosa romana. Mas, ao mesmo tempo, ela é o elo fraco da corrente católica, porque o agravamento da dependência econômica e da miséria popular, e a vitória da revolução cubana provocam no continente uma onda de lutas sociais e de tentativas revolucionárias que não cessou, de 1960 até os nossos dias. É nessas condições que todo um setor da Igreja acabará por se reunir à causa dos pobres e à sua luta de libertação.” LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p.40.

38 Ver MARTINS, Heloísa de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC (1954-1975)*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

domingos para celebrar o culto. São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas.³⁹

Ainda de acordo com o autor, existiriam no Brasil cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base, onde participariam aproximadamente dois milhões de pessoas “crentes e oprimidas”.⁴⁰

O autor, em entrevista a Márcia Regina Berbel, analisa o papel desempenhado por estes organismos na reorganização do movimento popular em nosso país.

As comunidades eclesiais de base, que haviam se iniciado em 1960, a partir de 1964 passam a ter um novo caráter: em primeiro lugar deixam de ser mera extensão do trabalho clerical, passando a ter um caráter mais laico; em segundo lugar, *transformam-se praticamente na única forma de reorganização do movimento popular (...)* E, realmente, nessa coisa que a repressão tratava com indiferença, muita gente de esquerda foi se hibernar. Sobretudo setores populares, que tinham um pequeno nível de consciência e politização, encontraram nas CEBs um lugar de rearticulação. *Em 1970, essa esfera pastoral já havia se transformado na grande sementeira dos movimentos populares como ainda é hoje.* O grande impacto que sofreu quando saí da cadeia (em 1974), depois de uma autocrítica do nosso processo, foi descobrir *que o Brasil estava coberto por uma grande rede de movimentos populares, que não tinha*

39 FREI BETTO. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 1.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 16-17.

40 *Ibid.*

*sido criada pela esquerda tradicional ou armada (...) Era, predominantemente, trabalho da Igreja, com setores residuais da esquerda e uma grande massa de católicos.*⁴¹ [sem grifo no original].

O que sobressai de todas essas observações é o papel extremamente relevante da Igreja, desde meados dos anos sessenta, procurando chegar às periferias das grandes cidades, às zonas rurais, enfim, tentando ser um canal por onde pudesse expressar um sentimento coletivo mais amplo de revolta contra as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos amplos setores dos trabalhadores em nosso país, e de crítica à ordem política vigente.

Nesse aspecto, as CEBs exerceram um papel de organizador coletivo desses contingentes que, desgarrados e espoliados em seus direitos básicos de cidadania, tanto no campo como na cidade, procuravam organizar suas demandas tendo em conta os direitos democráticos, amparados em suas práticas de vida cotidiana.⁴²

O que é importante reter desta discussão é o papel da Igreja, durante o período do regime autoritário, como fator organizador de determinadas demandas populares e, por extensão, do movimento operário e sindical. Desde o início dos anos setenta a Igreja já está em oposição ao regime militar,⁴³ o que tornava mais viável a tarefa que terminou por realizar: ser um dos centros de reaglutinação do movimento de oposição. Exemplo, nesse sentido, são as CEBs, as várias pastorais (Pastoral Operária, da Terra, do Migrante etc.), a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC), os grupos de jovens, clubes de mães,

41 Entrevista concedida a Marcia Regina Berbel por Frei Betto em 20 de dezembro de 1989. In: BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. p. 39-40. Sobre a relação entre a Igreja e o movimento operário ver p. 34-44.

42 Como mostra Vera Silva Telles, “no seu ancoramento nas experiências de vida cotidiana, as comunidades de base transformavam-se em lugares onde os sentimentos de injustiça e privação eram elaborados como experiências coletivas. No incentivo à reivindicação e luta por direitos, instituíam novos significados aos espaços onde é recuperada uma certa noção de liberdade, enquanto possibilidade de interferir e alterar os destinos de suas existências através da ação coletiva.” TELLES, Vera Silva. “Anos setenta: experiências e práticas cotidianas”. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. p. 48.

43 DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE; MAINWARING, *op. cit.*, p. 17-21.

movimentos de custo de vida, grupos de casais, de teatro, bem como tantos outros movimentos que foram surgindo pela periferia das grandes cidades e nos campos, durante a década de setenta.⁴⁴ Estas são organizações, inicialmente moleculares, que foram se espraiando no interior da sociedade civil e que “formaram lideranças do movimento sindical, popular e partidário da década de setenta e foram responsáveis pela formação política de um grande contingente de trabalhadores”.⁴⁵

No dia 8 de fevereiro de 1978, portanto três meses antes do surto grevista que eclodiu no nosso país, foi lançada a Campanha da Fraternidade daquele ano pela Igreja Católica, cujo tema era *Fraternidade no Mundo do Trabalho*. Um analista observa: “é possível que em toda a sua existência no Brasil nunca a Igreja Católica tenha feito um esforço tão grande de aproximação das camadas (sic) mais pobres da população”,⁴⁶ como estava fazendo com aquela campanha.

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheider, dizia, à época, que aquele “era um movimento que [visava] atingir os trabalhadores do campo e da cidade, enfatizando suas reivindicações básicas, quais sejam: salários justos, participação nas decisões das empresas e liberdade de associação”.⁴⁷

Se, por um lado, o documento vê o lado positivo do progresso técnico, da dignidade do trabalho e do trabalhador, bem como da existência de uma legislação trabalhista, por outro, critica o que considera nega-

44 O cotidiano de uma militante desses movimentos explicita as práticas dos movimentos populares, bem como o papel desempenhado, nesse período, pelas mulheres. Trata-se de Maria Clara, 30 anos, moradora de uma casa em construção em uma rua ainda sem calçamento. “Está grávida de nove meses, cuida da casa e dá aulas pela manhã. Domingo da semana passada esteve numa reunião com 110 moradores de um bairro da zona norte de São Paulo. Segunda trabalhou na Pastoral do Mundo do Trabalho. Terça conversou sobre política: as eleições de 78. Na quarta alfabetizou moradores da zona sul. Quinta: coordenação de uma paróquia. Treinou alfabetizadores da periferia na sexta. Sábado reuniu-se com a Comissão do Movimento do Custo de Vida. E ontem dedicou o dia a discussões sobre a educação dos filhos no clube de mães [...] Participa há oito anos dos movimentos comunitários e acredita, junto com a maioria do pessoal, que todos os trabalhos devem estar integrados: alfabetização, custo de vida, transporte, saúde... Quando eram ligados às reivindicações específicas atingiam mais gente.” AZEVEDO, Licínio. “Fugindo das quatro paredes”. In: *Jornal Movimento*, 5 jul. 1977. É apenas um exemplo de como viviam e atuavam esses militantes, por vezes anônimos, que nas periferias das grandes cidades ou nas zonas rurais faziam, durante o período de resistência, todo o *trabalho miúdo, fragmentário*, e de *conscientização*, para amplas parcelas da população que habitavam essas localidades. De outra parte, essas práticas mostram a *visibilidade* do trabalho da Igreja católica no “seio do povo”.

45 BERBEL, *op. cit.*, p. 40.

46 BRAGA, Teodomiro. “O novo papel da Igreja”. In: *Opinião*, p. 6, 6 mar. 1978.

47 *Ibid.*

tivo: o êxodo rural, as distorções da sociedade de consumo, as dificuldades para a imensa maioria dos trabalhadores nas empresas, as discriminações no trabalho e a inexistência de sindicatos livres. “Os sindicatos de classe são uma conquista básica do mundo do trabalho. Sua função é uma necessidade vital no tipo de sociedade em que vivemos. Sua existência não pode ser reduzida ao mero assistencialismo. Precisam ser livres e suficientemente fortes para reivindicar os direitos de seus associados”.⁴⁸

A Igreja, certamente, não foi a única responsável pela reorganização do movimento operário e do sindicalismo no Brasil no período de 64 a 78.

Nossa hipótese é a de que essa instituição, em decorrência de seu enraizamento na sociedade brasileira e em consonância com as transformações que estavam ocorrendo no interior da sociedade civil, foi capaz de perceber e de ter sensibilidade para os problemas mais prementes que afligiam a amplos setores da população trabalhadora. Não foi a Igreja como um todo, mas aquela parcela mais comprometida com as demandas das classes populares.⁴⁹

A Igreja Católica, pela sua capacidade de organização junto aos pobres, desempenhou, por um largo período, o papel de catalisadora das aspirações populares e, desse ponto de vista, foi uma das responsáveis pela reorganização do movimento popular e sindical no Brasil depois de 1964.⁵⁰

No que tange aos vários movimentos de base surgidos no país, nesse período, a Igreja funcionou como um ímã, a um só tempo centro irradiador e aglutinador dos multifacetados organismos de base que se desenvolviam por todos os lados em nosso país.⁵¹ E, junto com estes vai

48 *Ibid.*

49 Segundo Scott Mainwaring, a explicação para as mudanças da Igreja não estariam apenas na “intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só.” Para este estudioso, “é a função de uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que a explica. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo.” MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 134.

50 Ver, por exemplo, DOIMO, Ana Maria. Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. In: KRISCHKE; MAINWARING, *op. cit.*, p. 101-129.

51 Como analisa Ricardo Abramovay, “a Igreja soube (e pôde) fazer aquilo que o golpe de 1964 impediu a outras organizações populares: manter o ‘contacto cultural com os simples’ (Gramsci) e elaborar, a partir deste contacto, um grande projeto, uma grande esperança, uma mística social.” ABRAMOVAY, Ricardo. Marxistas e cristãos: aqui e agora. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9 (27), 1980, p. 135.

ajudando a criar uma concepção que também existe em outras correntes de pensamento, tais como: formas de ação direta, pouco valor dado à representação, sindicalismo mais voltado para as bases, defesa dos sindicatos livres, formação de comissões de empresa nos locais de trabalho, enfim, um discurso que fala da dignidade do trabalhador. Isto é, ver o indivíduo não apenas como instrumento para criar riquezas, mas como pessoa.

Em um dado momento, final dos anos sessenta e início dos setenta, esse discurso e essa prática encontraram no caminho segmentos da esquerda e um sindicalismo com matizes inovadoras que estava se esboçando em São Bernardo. É da confluência dessas “três matrizes”, como analisa Eder Sader,⁵² mas também de seus entrechoques, que se tornou possível o surgimento do chamado “novo sindicalismo” que, por sua vez, não era tão novo assim, pois agregava práticas que já estavam sendo desenvolvidas antes – presentes em vários grupos católicos e também na esquerda – e além disso, em uma de suas vertentes a luta contra a estrutura sindical não era para destruí-la, mas para reformá-la.⁵³

No entanto, é importante frisar que com esse tipo de ação reivindicativa nos bairros, sindicatos, empresas ou na zona rural começou a surgir uma *praxis* sindical diferente daquela que era conhecida até 64. É essa união entre católicos, esquerda e sindicalistas que aproximará os dois principais grupos responsáveis pela entrada novamente dos trabalhadores na esfera pública: os sindicalistas de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A confluência dessas três correntes (e também suas tensões) desembocará no surgimento do *novo sindicalismo* e na organização da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Conclusões

O conjunto das questões abordadas neste estudo procuraram dar conta dos elementos que, molecularmente, estavam transformando o sindicalismo brasileiro e, em larga medida, modificando as práticas coti-

52 SADER, *op. cit.*

53 Ver, por exemplo, BOITO JR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

dianas dos movimentos populares. No entanto, mesmo para aqueles que acompanhavam mais de perto o movimento sindical, ao longo desses anos, surpreendeu a rapidez com que se deu sua reorganização.

A passagem de uma luta extremamente defensiva e localizada, em que sua expressão maior é o período de resistência (onde conflitos surdos ocorriam e pequenas demandas eram levadas adiante pelos ativistas do movimento operário e do sindicalismo), para o final dos anos 70 e início dos 80, quando os conflitos começam a eclodir por todos os lados, com grandes greves por categorias, por fábricas, e mesmo greves gerais, constitui um salto. O verdadeiro ponto de inflexão foram as greves por fábrica que, iniciando-se em São Bernardo, em maio de 1978, se estenderam, em seguida, praticamente pelo país inteiro. Tendo como ponto de partida as paralisações iniciadas em maio de 1978, os sindicalistas conseguem em cinco anos (78/83) um avanço significativo na experiência trabalhista em nosso país.

Vários fatores concorreram para essa rápida reorganização do movimento sindical no Brasil⁵⁴ e para o aparecimento da prática do novo sindicalismo. Em primeiro lugar, uma esquerda que se manteve atuante nos pequenos embates cotidianos, seja em fábricas nos principais centros industriais do país e, neste caso, o sul/sudeste do Brasil se sobressai, seja em certas regiões rurais como Norte e Nordeste. Era uma esquerda dispersa, em muitos casos, sem contatos com suas organizações de origem e/ou em dissidência com estas. Em segundo lugar, o padrão de ação sindical que começara a se expandir no início dos setenta, em larga medida, tinha como principal referencial o sindicato de São Bernardo. São novas lideranças sindicais autodenominadas independentes que, por todo o país, vão paulatinamente ocupando o vazio do aparelho sindical, anteriormente dirigido por sindicalistas estreitamente vinculados ao governo e aos patrões, os chamados pelegos e seus aliados mais próximos. Nesse aspecto, à medida em que os grandes sindicatos tinham condições econômicas e financeiras, além do peso estritamente sindical e político destes, estavam dadas as condições para o financiamento de grande parte do esforço de reorganização que consistia em congressos, encontros, seminários, cursos para formação de lideranças, viagens por todo o país para contatos etc. Em terceiro lugar, foi importante o papel desempenhado pelos setores da Igreja Católica mais ligados às lutas dos trabalhadores. Neste caso,

54 Uma análise desse processo, suas várias etapas e as explicações mais gerais é realizada por Leôncio Martins Rodrigues em *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*, In: BOITO JR., *op. cit.*, 1991, p. 13-42.

a Igreja, pela capacidade de ampliar teias de sociabilidade, construiu um movimento de proporções inéditas por todo o país e foi um dos pilares dessa reorganização, como assinalamos anteriormente. É esse processo, pois, que está na raiz do surgimento do novo sindicalismo no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Marxistas e cristãos: aqui e agora. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 9 (27), 1980.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Desarrollo capitalista y acción sindical. *Revista Mexicana de Sociología*. México, abril-junio de 1978.
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho*. São Paulo: Editora Unicamp/Ensaio, 1988.
- ASSOULINE, Gérald. *Mobilisation de la force de travail et mutations industrielles: le cas de l'industrie automobile au Brésil*. IREP/CERCID, 1985.
- AZEVEDO, Licínio. Fugindo das quatro paredes. *Jornal Movimento*, 5 jul. 1977.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1991
- BOITO Jr., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr., Armando. (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BRAGA, Teodomiro. O novo papel da Igreja. *Opinião*, 6 mar. 1978.
- COSTA, Sergio Amad. *A CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.
- CROUCH, Coulin; PIZZORNO, Alessandro (Orgs.). *El Resurgimiento del Confli to de Clases en Europa Occidental a Partir de 1968*. V. I, Madrid: Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.
- DOIMO, Ana Maria, Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.
- FARIA, Hamilton Barreto de. *A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, PUC de São Paulo, 1986.
- FLEISCHER, D. O novo pluripartidarismo: perfil sócio-econômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983). In: FLEISCHER, D. (Org.). *Da Distensão à Abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

- FREI BETTO. *O Que é Comunidade Eclesial de Base*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GARCIA, Marco-Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. *Desvios*, n.1, São Paulo, novembro de 1982.
- GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT Ontem e Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991b.
- _____. *CUT Por Dentro e Por Fora*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991a.
- KELLER, Vilma. *Os processos de negociação coletiva e a difusão das comissões de fábrica no setor metalmeccânico paulista*. São Paulo: Cebrap, abril de 1986.
- LÖWY, Michael. "Marxismo e cristianismo na América Latina". *Lua Nova*. São Paulo, novembro de 1989.
- _____. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINS, Heloísa de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC: as raízes do sindicalismo autêntico e de base no Brasil*. XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 15 a 18 de outubro de 1991.
- _____. *Igreja e Movimento Operário no ABC (1954/1975)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.
- _____. Da união à divisão: a eleição dos metalúrgicos de São Paulo. In: *Trabalhadores Urbanos no Brasil (1981) – Aconteceu*. Rio de Janeiro: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Especial 11, julho de 1982.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de Liberdade e de Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1981.
- NOGUEIRA, Arnaldo. *Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.
- RAINHO, Luis Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Editora Cortez/Fase, 1990.
- _____. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- TELLES, Vera Silva. Anos setenta: experiências e práticas cotidianas. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.
- TROYANO, Annez. O arrocho salarial. *Jornal Opinião*, 1º jan. 1973.

O TRABALHO SUBVERTIDO NO JOGO CAPITALISTA: A RACIONALIDADE TÉCNICA E A LÓGICA SOCIAL*

Benilde M. Lenzi Motim**
Katya Cristina Picanço***
Sílvia Maria P. de Araújo**
Sônia Izabel Wawrzyniak****
Sônia Satomi Obara*****

RESUMO

A partir da discussão sobre a centralidade do trabalho no mundo atual, este artigo discute o peso dado à racionalidade técnica nas explicações da Sociologia do Trabalho. Demonstra como a variável técnica tem sido priorizada em detrimento da lógica social presente nas mudanças próprias do “mundo do trabalho”. A inserção de vários atores sociais no processo de organização da produção capitalista é contemporizada diante do papel do Estado, da tecnologia e da ciência em diferentes conjunturas na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, no período pós-guerra.

Palavras-chave: trabalho, racionalidade técnica, racionalidade social.

ABSTRACT

This paper studies the importance which is given to the technical rationality in the explanation of the Sociology of Work, starting from the polemics about work core in the present world. It shows how the

* Este artigo constitui uma parte dos resultados da pesquisa intitulada “Organização do Trabalho e dos Trabalhadores – perspectivas concretas e representações” (Banpesq nº 93003178), desenvolvida pelo GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, coletivo que, na Universidade Federal do Paraná, tem reunido pesquisadores com abordagens interdisciplinares sobre a temática do trabalho.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

*** Professora do Colégio Estadual Paulo Leminski.

**** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

***** Professora do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

technical variable is taking priority over the social logic, which exists in the proper changes of the “world of work”. The insertion of many social actors in the process of organization of the capitalist production is updated due to the role of the State, technology and science in different conjunctures in Europe, in the USA, and in Brazil, after world war II.

Key-words: work, technical rationality, social rationality.

O presente artigo visa recuperar um debate teórico presente nas análises sociológicas, especialmente na Sociologia do Trabalho, referente à discussão sobre a racionalidade técnica e a racionalidade social, bem como à interação de ambas na determinação das mudanças do e no trabalho.

O trabalho, enquanto objeto, permite abordagens multidisciplinares, o que resulta em uma diversidade de análises complementares, que poderão esclarecer as principais tendências das relações entre essas racionalidades. Esta discussão emblemática representa a própria razão constituidora da Sociologia. Surge da polêmica, da confrontação e da negação de paradigmas e de princípios explicativos clássicos, que são parcialmente retomados nas proposições teóricas dos estudos sociológicos atuais.¹

Em sua maioria, as análises partem da centralidade do trabalho na vida social. Ainda que muitos autores questionem essa centralidade, ela é o referencial teórico e empírico das confrontações entre os pesquisadores. Alguns estudos mencionam o fim do trabalho, e em decorrência disto, o término da centralidade da categoria trabalho para a análise das formas de reprodução das estruturas sociais.² Esta indagação é pertinente, se refletir a sociedade industrial moderna calcada sobre o trabalho — como forma organizativa primordial — em transição para um padrão de sociabilidade mais compatível com o conhecimento, a comunicação, a informação, neste fim de século.

A dupla temática da racionalidade técnica e da racionalidade social está presente nos estudos sobre processo de trabalho, mas não está circunscrita à esfera da produção.³ Insere-se neste debate, as múltiplas implicações entre tecnologia e trabalho, técnica e política tecnológica, reestruturação produtiva, atuação das entidades sindicais na determinação das tendências desta reestruturação, entre outros desafios.

As diversas formas de organização constituem a expressão de como, na sociedade contemporânea, a racionalidade se torna um valor ou uma norma, capaz de conformar os indivíduos. Exemplificando, diríamos que a racionalidade do agir econômico identifica-se com o desenvolvimento do capitalismo. A concepção de racionalidade técnica diz respeito à lógica racional orientada pelos procedimentos técnicos. A técnica,

bem como o avanço técnico, responde a uma necessidade, demanda ou exigência de um grupo ou de segmentos da estrutura social, no sentido de estabelecer uma mediação primeira entre o homem e a natureza e/ou entre os homens, para atingir determinados fins. Os procedimentos técnicos correspondem ao cumprimento de normas ou seqüência de normas de conduta racional, sempre tendo em vista um objetivo final ou intermediário da ação desencadeada. No processo produtivo, os procedimentos técnicos têm sido supervalorizados, não apenas em busca da produtividade, mas sobretudo, no controle do processo moderno de produção. Também, para o plano da interpretação, o imperativo da racionalidade técnica é transposto e se faz aqui tema de reflexão.

Abordar a racionalidade somente enquanto técnica, remete a um aspecto atomizado e individualizado de leitura do real. Apesar de serem vistas como manifestações distintas, a racionalidade técnica e a racionalidade social estão intimamente relacionadas.

Os estudos sociológicos têm dado pouca atenção à técnica em geral, concentrando-se quase exclusivamente sobre a tecnologia moderna. Esta, entendida como aplicação da ciência à técnica de produção e organização industrial e, ainda, de projeto de produtos, pode ser ilustrada pela automação. Quando a técnica é aplicada instrumentalmente na busca de um melhor resultado como volume, qualidade, quantidade, economia de tempo e recursos, ou mesmo de um resultado algumas vezes irrealizável, diz-se da obtenção de um progresso técnico. Do ponto de vista sociológico, a invenção de uma técnica é menos relevante que a sua adoção e difusão em uma coletividade, a inovação. O capitalismo, por exemplo, como uma ação racional, para poder firmar-se necessitou da adoção generalizada da técnica de mensuração do tempo, da técnica, do direito e da administração.

A técnica produzida pela ciência transforma a sociedade, mas também retroativamente, a sociedade tecnologizada transforma a própria ciência. No capitalismo, os interesses econômicos e os do Estado cumprem papel ativo nesta direção política por meio de suas finalidades, programas e subvenções. A instituição científica suporta as coações técnico-burocráticas próprias dos grandes aparelhos econômicos e estatais, os quais utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá. A ideologia tecnocrática de expressivos grupos dominantes manifesta-se na valorização máxima do planejamento, organização, eficiência, conhecimento técnico e científico e tem, muitas vezes, como contrapartida a anulação do conhecimento obtido na prática do trabalho cotidiano e o desprestígio da criatividade nas diferentes esferas da vida.

Apresenta-se como uma tendência considerar a tecnologia capitalista avançada como forma necessária de organização do processo de trabalho, quaisquer que sejam as relações de produção. A tecnologia tem sido considerada, por algumas correntes, como elemento neutro em relação às classes sociais e, a sua natureza autoritária e hierárquica, como uma função das relações de produção predominantes.⁴ É sob a aura ideológica de verdade inquestionável com respaldo da ciência, que a tecnologia se desenvolve no âmbito das relações sociais e políticas.

O que caracteriza a sociedade moderna é a possibilidade crescente do agir racional com respeito a *fins* colocar em questão os fundamentos cosmológicos da legitimação da dominação. Como o modo de produção capitalista requer uma ampliação contínua das forças produtivas, a introdução de novas tecnologias e estratégias é institucionalizada. Amplia-se, desta forma, a esfera dos subsistemas do agir racional com respeito a fins que, por sua vez, põe em questão a supremacia tradicionalista do quadro institucional.

Nas sociedades modernas, o modo de produção capitalista tem como fundamento de legitimação, num primeiro momento, a promessa de justiça da equivalência das relações de troca. As novas formas de legitimação pretendem-se científicas, retirando das consciências públicas as relações de violência inerentes às relações de troca do sistema capitalista. E, desse modo, constituem-se em ideologias.

A concepção da tecnologia “neutra” contribui para promover a incorporação tecnológica na vida econômica e social de modo “tranquilo”, numa visão linear, em que o processo de expansão tecnológica é visto como natural e irreversível no processo de modernização da sociedade.

À medida em que a ciência e a técnica tornam-se ideologias, há que se considerar o paradigma da sociabilidade, reconhecido no interior do processo de produção e extensivo às atividades organizativas da classe trabalhadora.⁵ A sociabilidade se apresenta na relação que se estabelece entre a produção de idéias, a atividade material e o intercâmbio entre os homens, através da linguagem da vida real.⁶

Para precisar a influência do progresso técnico e científico no quadro institucional em vias de modernização, Habermas propõe categorias de análise diferentes das de Weber e Parsons.⁷ Procura determinar o significado da racionalidade técnica e científica, como expressão de uma forma de vida específica, entendida paradoxalmente como “totalidade histórica” do mundo da vida. Para tanto, faz a distinção entre “trabalho” e “interação”, caracteriza as mudanças estruturais no quadro institucional

da sociedade tradicional em transição para uma sociedade moderna. Nesta, o trabalho – o agir racional em relação a fins, ou seja, o agir instrumental mais escolha racional – e a interação – o agir comunicativo mediatizado simbolicamente – são sistemas sociais classificados conforme neles predomine uma ou outra forma de ação.

Habermas observa que, a partir do final do século XIX, duas tendências de desenvolvimento podem ser notadas: um maior intervencionismo estatal para garantir a estabilidade do sistema e uma maior interdependência entre pesquisa e técnica, transformando a ciência na principal força produtiva. Essas duas tendências abalaram o fundamento da legitimação do domínio do capitalismo liberal – a idéia de que o modo de produção burguês poderia se auto-regular.⁸

Assim, a antiga legitimação é substituída por outra que atribui ao Estado o papel de compensar as distorções da troca livre e garantir o bem estar geral da população. O objetivo principal do Estado seria então o de prevenir e corrigir as distorções da oferta e demanda, com vistas à estabilidade do sistema. Teria, portanto, objetivos de natureza técnica. Como as questões técnicas não exigem discussão pública, a política de intervencionismo estatal implica na despolitização das massas, quando faz com que a ciência e a técnica assumam o papel de ideologia. Muda-se o enfoque do social para o tecnológico.⁹ Neste segundo, os indivíduos passam a ser incorporados pela tecnologia, como se fossem a continuidade dos instrumentos, ligados uns aos outros por relações de produção e não como membros de uma sociedade.

O mundo capitalista mascara as manifestações humanas, transforma a realidade em simples reflexos na proporção que

o impacto da sociedade sobre o indivíduo é levado adiante mediante [*sic*] a forma social das coisas. Esta objetivação, ou “reificação” das relações de produção entre as pessoas sob a forma social de coisas, dá ao sistema econômico maior durabilidade, estabilidade e regularidade. O resultado é a “cristalização” das relações de produção entre as pessoas.¹⁰

Esta relação reificada torna a técnica possuidora de vida própria, ocultando os reais processos de exploração que permitem manter a desigualdade na sociedade capitalista e o próprio capitalismo. Há uma inversão das relações: personificam-se as coisas e materializam-se as relações

entre as pessoas, o que Marx afirmou como “as relações materiais entre as pessoas e as relações sociais entre as coisas”.¹¹ Esta inversão transforma os seres humanos em coisas, que se comportam de acordo com as leis do mundo coisificado.

Esse mundo é controlado em todos os níveis – político, cultural e econômico – pelos interesses dominantes. Para Marcuse, não é permitido ao homem determinar a vida, pois está submetido ao aparato técnico pela ilusão da liberdade de consumo, forma eficaz de coesão social e de aumento da produtividade do trabalho.¹²

Ainda, no âmbito da tradição da escola de Frankfurt, Habermas concebe a teoria como crítica em relação ao presente, capaz de vislumbrar perspectivas para o futuro. Ao analisar o papel da ciência e da técnica no capitalismo tardio, demonstra os interesses subjacentes aos projetos científicos e técnicos da sociedade moderna. Percebe o progresso técnico-científico como ideologia legitimadora da dominação capitalista, e critica a postura positivista de valorização da técnica. A sua preocupação é a de que o potencial tecnológico em contínuo desenvolvimento, por princípio e necessariamente, não produziria a emancipação humana.

A cientificização da técnica, verificada a partir do final do século XIX, indica que o progresso técnico e o progresso científico encontram-se em íntima circulação, inseridos que estão no mesmo sistema. Habermas aponta o fato de que o desenvolvimento do sistema social parece estar determinado pela lógica do progresso técnico-científico, ou seja, atribui-se a este o caráter de fator determinante na manutenção do crescimento econômico.

Dessa forma, legitima-se a perda da possibilidade de manifestação da vontade democraticamente formada, substituída pelas decisões tomadas por equipes administrativas. O que se verifica, portanto, é a substituição progressiva da esfera do agir comunicativo pela esfera do agir racional com respeito a fins. Neste sentido, o homem não percebe a diferença entre uma e outra forma de agir, sendo progressivamente dominado por regras técnicas que promovem a sua adaptação a um mundo cada vez menos compreendido por determinações culturais específicas. O mundo do viver social passa a ser compreendido em função dos modelos científicos e técnicos.

A racionalização institucionalizada da ciência e da técnica, tanto para Marcuse como para Habermas, constitui o fundamento da legitimação da dominação econômica e política, na medida em que a submissão dos homens a um aparato técnico e científico é apresentada como necessidade

para a promoção do bem-estar geral da população, apesar de perpetuar um modo de produção econômico que restringe e oprime a liberdade dos próprios homens.

Por Marcuse entender a racionalidade da técnica e da ciência como um padrão, propõe uma mudança nos valores que dirigem o progresso técnico e científico como solução para o problema de a ciência e a técnica servirem à dominação sobre os homens e a natureza. Habermas nota que Marcuse não percebe a necessidade de mudar o próprio padrão de racionalidade e não apenas os valores que a orientam, visto que ela está vinculada ao incremento das forças produtivas que legitimam as relações de produção opressoras e restritivas.

A partir da utopia da sociedade do trabalho, que alimentou o desenvolvimento do ocidente, Habermas propõe a tese de que os projetos de formas racionais de vida fundem o controle racional da natureza e a mobilização de energias sociais. Segundo essa utopia, a razão instrumental originária das forças produtivas em expansão, juntamente com a razão funcionalista, deveria atingir a dimensão emancipatória. É esse esgotamento de uma energia utópica, dada a falência do Estado do bem-estar social, que garantiria o trabalho na forma de emprego, por meio de políticas intervencionistas. Logo, o projeto do Estado social perdeu o trabalho como seu ponto de referência.

O raciocínio habermasiano prossegue à medida em que analisa como o pensamento histórico está saturado de experiências e descarta o pensamento utópico. Neste limiar do século XXI, diz Habermas,

desenha-se o panorama aterrador da ameaça mundial aos interesses da vida em geral: [...] o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raíais das [sic] catástrofes, dão as palavras-chave que invadiram a consciência pública através dos meios de comunicação de massa. As respostas dos intelectuais refletem uma perplexidade não menor que a dos políticos.¹³

Transpostas essas preocupações como utopias que impulsionam a realidade histórica, para o plano das interpretações, Habermas considera a mudança de paradigmas da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação. Para ele, a utopia da sociedade do trabalho perdeu a sua

capacidade de persuasão como força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Importante marcar que o trabalho abstrato não é uma maneira de reduzir os trabalhos heterogêneos à dimensão comum do tempo, através das relações entre mercadorias no processo produtivo, mas tem uma existência real na realidade da troca.¹⁴

É apenas no processo de troca que os trabalhos heterogêneos se tornam abstratos e homogêneos, e o trabalho privado se revela como trabalho social. É o mercado que realiza isso e, portanto, não pode haver uma determinação *a priori* do trabalho abstrato. A troca é então entendida como uma forma do próprio processo de produção. Apreender a totalidade do social, no que diz respeito à constituição do capital, deve permitir a caracterização do peso desta totalidade sobre o indivíduo, enquanto sujeito histórico. Esta constituição não se expressa somente na racionalidade instrumental, mas também na razão social.

Existe uma lógica organizadora dos homens em sociedade que ultrapassa a matriz do processo de produção material, com prerrogativas inclusive, de anteceder-lá e até de superá-la, em muitas situações. Referimo-nos à esfera do social, que diz respeito a todas as formas de sociabilidade e não apenas àquelas específicas da sociedade capitalista. A dimensão social está na origem do sujeito que se constrói sob a égide do processo de institucionalização dos procedimentos humanos compartilhados. Está, também, na condição desse sujeito histórico ser o produtor de todos os aparatos que organizam a vida em sociedade. Temos, assim, na base das ações desencadeadas para produzir a sobrevivência material e, produzir-se, socialmente, o homem, as relações sociais que configuram o processo de trabalho, o amparo jurídico de relações de trabalho, a participação do trabalhador no processo decisório, as manifestações em políticas do trabalho, de produção, de emprego e industrial, além da atuação das associações de defesa do trabalhador.

As análises que fazem com que o social apresente-se subsumido pela tecnologia retiram da esfera da produção o seu movimento constituintor. Subsumir o sujeito histórico da constituição da técnica, da tecnologia e da própria ciência é privilegiar a neutralidade ou a inexistência do sujeito histórico.

A constituição do capital deve, se possível, ser apreendida na sua totalidade, não nas partes. Perder isso é perder o real e o histórico. Esta perspectiva permitiria equacionar o peso da razão instrumental sobre os indivíduos. Aliar a análise dos aspectos instrumentais da racionalidade técnica ao aspecto social passa por analisar o papel da ideologia, mais precisamente a neoliberal.

Vivemos hoje o império da busca do racional, da rapidez da comunicação, da minimização dos custos no setor público e no privado. Como tudo no real tem o seu contrário e a sua superação, o irracional se revela, hoje, na separação entre os incluídos e os excluídos do mercado de trabalho e de consumo. Essa lógica do real que deveria se impor aos nossos olhos, é escamoteada pelo discurso ideológico neoliberal que acentua a idéia de que todos têm igualdade de condições. Prevalece, então, o discurso que privilegia a racionalidade instrumental, expressa na atual fase da reestruturação produtiva, através dos programas de qualificação, introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão do processo de trabalho. Essa força ideológica do discurso neoliberal demonstra o quanto o capital precisa, ainda, manter a separação entre os produtores e os proprietários dos meios de produção.¹⁵

Portanto, a interpretação marxista da organização do trabalho ainda não esgotou. Basta referenciar a expressão “organização do trabalho”, para identificar o seu caráter instituído, duradouro, formulador de bases concretas de relações entre os homens. Estes laços de sociabilidade são os parâmetros da mudança social. Quando se imputa, exclusivamente, à técnica e à tecnologia a responsabilidade pelas alterações processadas no interior do mundo do trabalho – processo de produção mais relações sociais que legitimam a regulamentação do trabalho – e, por decorrência, os interesses que giram ao seu redor, corre-se o risco de maximizar tais categorias, reificando-as. Técnica e tecnologia são frutos de relações de poder, seja do homem em dominar a natureza, seja em gerar novas formas que mediatizem as suas relações sociais.

Quando se legitimam processos de trabalho e formas de organização da produção que priorizam o uso da tecnologia como solução para se atingir objetivos de produtividade, competitividade e lucratividade, parece haver uma tendência em valorizar mais os procedimentos ou os atos executados no processo do trabalho, independentemente das consequências sociais ou da consideração das variáveis sociais que intervêm no processo. Os procedimentos são adotados de forma padronizada, a partir de bases técnico-científicas, sem a devida crítica.

Embora alguns pesquisadores reconheçam a influência ou o predomínio da “lógica social” sobre a “racionalidade técnica”, na prática da produção acadêmica predominam as análises referentes aos setores tecnologicamente mais desenvolvidos e, portanto, insuficientes para explicar a amplitude e heterogeneidade das mudanças.

Nos quadros que seguem, procuramos demonstrar como esta abordagem, que faz da variável técnica a prioritária na explicação das mudanças no “mundo do trabalho”, aparece em diversas conjunturas históricas. Eventualmente, firmam-se abordagens que priorizam os aspectos sociais, mais especificamente, as estratégias dos atores sociais. Esta mudança de paradigmas tende a seguir um movimento pendular, refletindo condições sociais, políticas e econômicas específicas das diversas conjunturas.¹⁶

Apresentamos a situação desta discussão em alguns países europeus, Estados Unidos e Brasil, considerando a representatividade dos mesmos na literatura recente da Sociologia do Trabalho.

QUADRO I – Enfoques/abordagens predominantes na Sociologia do Trabalho, conforme diversas conjunturas – França.

FRANÇA	ENFOQUES	CONJUNTURAS
Década de 50	Racionalidade técnica: Apologia do progresso técnico; crença na libertação dos trabalhadores pela técnica.	Sindicatos: visaram garantir participação por produtividade, aumentos salariais, expansão de benefícios. Processo produtivo: mudanças técnicas e organizacionais.
Década de 60	Ênfase na racionalidade técnica e questões sociais: Visão mais crítica sobre implicações sociais das novas tecnologias.	Atuação sindical que segue tendência anterior no início da década. O final da década é marcado por grandes mobilizações e por fortes movimentos sociais.
Década de 70	Ênfase na racionalidade social: Enfoque crítico, influenciado pelos movimentos de 68; análise do comportamento dos atores e causas dos conflitos; reconversão produtiva.	Estado favorece mudanças tecnológicas e, prevenindo efeitos sociais negativos, amplia políticas sociais.
Década de 80	Ênfase na racionalidade técnica: Novas tecnologias seriam agentes das transformações. Estudos omitem contexto de reestruturação, atores e forças em conflito.	Governo Socialista: Acordos coletivos e grupos de ação direta (conteúdo, organização, condições de trabalho); Comitês de empresa (consultas e sugestões sobre inovações tecnológicas). Na prática, sem negociações.
Década de 90	Estudos voltados à reestruturação produtiva e ao aumento do desemprego.	– Aumento do desemprego estrutural e de mobilizações dos trabalhos e de outros setores.

Fontes: LEITE e SILVA (1994); CASTRO e LEITE (1994); LARANGEIRA (1994); Debates GETS (1998).

QUADRO II – Enfoques/abordagens predominantes na Sociologia do Trabalho, conforme diversas conjunturas – Alemanha

ALEMANHA	ENFOQUES	CONJUNTURAS
Década de 50 e Década de 60	Racionalidade técnica: Sociologia do Trabalho segue o ritmo dos estudos europeus centralizados no avanço técnico.	Sindicatos: Visão otimista da técnica, mas preocupavam-se com aspectos qualitativos do trabalho e com uma orientação social que deveria ser dada à política tecnológica.
Década de 70	Racionalidade técnica: Primeiras críticas à ênfase no paradigma tecnológico para análise do trabalho. Exigências interpretativas e críticas com relação a greves e redução da jornada. Voltam-se para questões internas à empresa e para uma abordagem social mais geral.	Legislação: Maior poder aos conselhos de fábrica (maior participação quanto às novas tecnologias); sindicatos não negociaram sobre inovações. 1974 - Humanização do trabalho e tecnologia de produção: sem resultados concretos quanto à política tecnológica. Sindicatos: revêem sua posição, no final dos anos 70.
Década de 80	- Questiona-se a centralidade da categoria trabalho para a explicação sociológica; - Discute-se conceitos de modernidade e pós-modernidade, e a crise de paradigmas;	- Cresce o desemprego e a aplicação da microeletrônica.
Década de 90	- Questiona-se a natureza do trabalho e o neoliberalismo; - As análises voltam-se cada vez mais para questões do desemprego e da segmentação do mercado de trabalho; Indagações sobre a qualidade de vida na atualidade - relação trabalho, lazer e desemprego.	- Intensifica-se a competitividade e observa-se a diminuição das mobilizações, aliada à insegurança frente ao desemprego.

Fontes: LARANGEIRA (1994); OFFE (1989); KURZ (1998); Debates GETS (1998).

Na França, na década de 50, os sindicatos apoiavam as mudanças técnicas e organizacionais e os estudos, de uma maneira geral, enfatizavam a racionalidade técnica – verdadeira apologia do progresso técnico. No final da década de 60 e durante os anos 70 – período de intensas mobilizações populares – emerge uma visão mais crítica, que incorpora o debate sobre as implicações sociais do desenvolvimento tecnológico, analisa os conflitos e a reconversão produtiva, enfatizando portanto a racionalidade social. Percebe-se, nesse período, uma reação do Estado que, se por um lado, apóia e favorece as mudanças tecnológicas, por outro, procura prevenir seus efeitos negativos, ampliando as políticas sociais.

QUADRO III – Enfoques/abordagens predominantes na Sociologia do Trabalho, conforme diversas conjunturas – Itália.

ITÁLIA	ENFOQUES	CONJUNTURAS
Antes de 1950 e Década de 50	Racionalidade técnica e Racionalidade social: Além dos estudos demandados pelos empresários, desenvolve-se a sociologia estrutural da empresa (análise crítica da empresa industrial).	- Sindicalismo italiano define a forma de sua organização a partir de 1948, através de processo de cisão em três organizações.
Década de 60	Racionalidade social: - Ênfase na estratégia dos atores sociais, pela sociologia crítica do trabalho, predomina até o início dos anos 70. É uma sociologia do trabalho engajada que analisa relações sociais e organizações informais visando transformação do sistema.	- Década de contestação social, com o chamado “outono quente” de 1969, no movimento sindical.
Década de 70	Racionalidade técnica: - Na segunda metade dos anos 70, voltam a predominar enfoques positivistas e deterministas com ênfase na técnica. A maior parte, análises estruturais funcionalistas. - As demais abordagens são sufocadas pela ênfase na organização da produção e adaptação à crise.	Europa: - Crise do Estado do Bem-Estar e predomínio de concepções neoliberais. - Estatuto dos Direitos dos Trabalhadores. - Processo de reestruturação produtiva a partir da metade da década.
Década de 80	Racionalidade social: - Preponderam estudos sobre as inovações tecnológicas, produtivas e organizativas do trabalho, relacionando-as com novos padrões ordenadores das relações de trabalho.	- Advento da “concertazione”, isto é, um período de negociações gerais e acordos. - Período de enfraquecimento dos sindicatos.
Década de 90	Racionalidade técnica e social: - A literatura especializada sobre o trabalho, as relações industriais, o sindicalismo, o mercado de trabalho e o direito do trabalho tratam dos condicionamentos históricos das organizações de trabalhadores, das políticas do mercado de trabalho e do tratamento jurídico da regulamentação das atividades da mão-de-obra e suas variações em termos de qualificações.	- Tendência à descentralização contratual. - Pronome de adaptação das relações de trabalho às novas exigências de flexibilidade da produção. - Preocupações com coordenação social, dada a conjuntura de união da comunidade européia.

Fontes: BARISI (1985); ARAÚJO (1998); Debates GETS (1998).

As grandes inovações tecnológicas, ocorridas nos anos 80, marcaram os estudos teóricos, enfatizando a racionalidade técnica. Buscando amenizar o impacto das inovações, há acordos tripartites entre o governo, os patrões e os sindicatos. Os anos 90 são marcados por um aumento do desemprego em decorrência da reestruturação produtiva que se aprofunda.

Na Alemanha, a situação dos estudos sobre o trabalho e mesmo as conjunturas não são muito diversas do restante da Europa. Neste país – nos anos 50 e 60 – paralelamente à visão otimista da técnica pelos sindicatos, houve uma preocupação com uma certa orientação social para a política tecnológica. Na etapa seguinte, após mobilizações e negociações que envolvem tecnologia e humanização do trabalho, os sindicatos revêem suas posições, fazendo mais exigências e críticas. Voltam-se para questões internas à empresa, além de preocupar-se com questões mais gerais da sociedade.

De alguma forma, essa conjuntura influenciou os estudos dos cientistas sociais, filósofos e outros teóricos, os quais passaram a questionar o alcance de suas explicações sobre a sociedade, sobretudo a questão da natureza do trabalho e a idéia de modernidade.

Por tradição de uma sociedade politizada e bem definida em termos de representação político-partidária, sobretudo do movimento sindical de linha socialista, a Itália tem a sua Sociologia do Trabalho marcada pela interpretação teórica acoplada à dimensão de intervenção na realidade operária. Todas as propostas da então designada Sociologia Industrial distanciava-se, desde os anos 40, de uma análise restrita às questões empresariais.¹⁷

Dado que os anos 50 foram dedicados à reconstrução da sociedade italiana, o sindicalismo projetou-se com uma série de renovações contratuais assinaladas por lutas que fizeram emergir novos sujeitos sociais, como mulheres e estudantes. Essa especial conjuntura de mudanças criou áreas de forte interesse interpretativo sobre as questões do trabalho, durante a década de 60, através de inúmeros institutos de pesquisa e intensa produção intelectual para além das universidades.¹⁸

Podemos dizer que o processo de reestruturação produtiva e a crise do Estado financiador, a partir da segunda metade da década de 70 e durante a década de 80, reverteu a direção engajada da Sociologia do Trabalho na Itália, e os estudos passaram a privilegiar, basicamente, as necessidades de cunho técnico e tecnológico em relação à peculiar estrutura produtiva italiana, baseada na pequena empresa, cuja rede de relações familiares configurava, até recentemente, alternativa para alterações no padrão ampliado da produção econômica. O anos 90 são marcados por

QUADRO IV – Enfoques/abordagens predominantes na Sociologia do Trabalho, conforme diversas conjunturas – EUA.

EUA	ENFOQUES	CONJUNTURAS
Antes de 1950 e durante a Década de 50	Racionalidade técnica: - Sociologia industrial: concepção funcionalista, ênfase na determinação tecnológica (fascínio pela sociedade industrial). Ligada às empresas, que visavam reformas na gestão e organização do trabalho; - Visão pragmática influenciada pelas propostas tayloristas, fordistas e pela Escola das Relações Humanas. A Sociologia do Trabalho contribuiu para a continuidade do sistema.	Empresas: Buscam amenizar conflitos e elaborar reformas na gestão e organização do trabalho.
Década de 60	- O determinismo tecnológico continua como principal abordagem na Sociologia do Trabalho.	- Movimentos sociais interferindo na conjuntura do país.
Década de 70	Racionalidade técnica + Racionalidade social O enfoque determinista diminui sua abrangência, dividindo, com análises sobre novas tecnologias na indústria e sobre os serviços com suas novas problemáticas, o espaço dos estudos do trabalho. Elaboram-se estudos sobre o controle do operário - oposição capital e trabalho no âmbito da produção e a desqualificação da mão-de-obra.	- Os sindicatos organizados por empresas negociam acordos salariais.
Década de 80	A sociologia das organizações está presente e desenvolveram-se estudos sobre as relações entre a política dentro e fora das empresas.	- Desenvolve-se parcialmente uma flexibilização; - Terceirização e trabalho a domicílio subcontratado aparece com a reestruturação.
Década de 90	Racionalidade técnica e Racionalidade social: Determinismo tecnológico é predominante nos estudos do trabalho, mas existe uma preocupação em analisar as novas possibilidades de ação sindical - "institucionalismo" e "construtivismo político".	- O processo de reestruturação se desenvolve e se expande gradativamente a outros setores.

Fontes: LEITE e SILVA (1994); ABRAMO e MONTEIRO (1995); CASTRO (1994); Debates GETS (1998).

QUADRO V – Enfoques/abordagens predominantes na Sociologia do Trabalho, conforme diversas conjunturas – Brasil

BRASIL	ENFOQUES	CONJUNTURAS
Década de 50		Governo de apelo populista; industrialização acelerada.
Década de 60	Ênfase: emergência de novo operariado. Atitudes políticas e profissionais em relação aos sindicatos; vinculação estrutural entre sindicalismo populista e Estado e consequências para desempenho dos sindicatos. Consolidação e legitimação do campo das Ciências Sociais.	Período de repressão política. Instituição do governo militar.
Década de 70	Teoria política da ação de classe operariado brasileiro: relação classe operária e Estado; possibilidade de ação hegemônica de classe; estudo das relações base/direção sindical e da construção de um discurso universalista. Ên fase na emergência de novos grupos sociais na cena política como ator de relevo.	Ressurgimento do movimento sindical e operário desde 1978; período de lutas por redemocratização. Criação do Partido dos Trabalhadores.
Década de 80	Sociologia do Trabalho Industrial: Ên fase no caráter inovador das práticas sindicais e outros movimentos sociais; Intensificação dos estudos sobre processos de trabalho: percepção da tecnologia pelos trabalhadores. Organização do trabalho e resistência dos trabalhadores; Estratégias empresariais; segmento do mercado de trabalho; efeito das novas tecnologias; práticas sociais nos chãos de fábrica, reivindicações e organização nos locais de trabalho. Análises multidisciplinares; Sociologia da Família e das Relações de Gênero; análise dos setores não fabris e assalariados de classe média.	Novo Sindicalismo: Movimento sindical ativo e inovador, aliado a outros setores sociais; Reorientações teóricas na Sociologia do Trabalho em nível internacional (observação das práticas sociais dos atores, cotidianos fabris, experiências individuais e coletivas); 1988 - Nova Constituição: mobilização social e modernização industrial; Reestruturação Industrial: adoção dos CCQs; difusão da microeletrônica; transição democrática; fortalecimento do movimento operário e sindical. Contexto Internacional: Integração competitiva.
Década de 90	Sociologia do Trabalho Industrial: Debate mudanças organizacionais (democratização das relações de trabalho ou continuidade de práticas autoritárias?). Desafio: relações entre legítimos interlocutores na discussão da organização do trabalho, das relações industriais e do mercado de trabalho (estudos sobre locais de trabalho e sobre mercado de trabalho aliam-se, visando compreensão mais ampla). Temas: pobreza, exclusão e cidadania, relacionam-se ao crescimento. Exigência: novas investigações e teorizações sobre a produção da política no âmbito da produção; representações, interesses, hegemonia e consentimento.	Recessão no início da década Desemprego; acordos entre sindicatos, empresas e governo, em alguns setores; Empresas Renovação das estratégias organizacionais e formas de gestão, no sentido de flexibilização, envolvimento, programas de qualidade/ produtividade, diminuição da hierarquia (estaria havendo mudanças culturais); reestruturação produtiva e cooperação entre redes de clientes e fornecedores; enxugamento e terceirização. Negociações: mercado de trabalho e organização/relações industriais.

Fontes: LEITE e SILVA (1994); CASTRO e LEITE (1994); LARANGEIRA (1994); Debates GETS (1998).

literatura sociológica relativa ao papel monopolizador do Estado e às políticas ativas de emprego durante a década de 90.¹⁹

Os Estados Unidos produziram intensa literatura desde as conjunturas que antecederam a década de 50, na qual predomina a análise que privilegia a racionalidade técnica. Isto se deve, principalmente, à Sociologia Industrial que nasce comprometida com as empresas e depois se transforma e amplia-se no sentido de uma Sociologia das Organizações. A partir dos anos 70 — seguindo uma tendência generalizadora — os pesquisadores estudam os conflitos no interior da esfera da produção e hoje, especialmente, voltam-se para a análise das possibilidades da ação sindical e de outras questões ligadas à reestruturação produtiva, enfatizando os diversos atores e suas estratégias.

No Brasil dos anos 50 e 60 há, paulatinamente, uma busca da construção de um corpo teórico mais específico, relacionado às Ciências Sociais. É um período de grandes mudanças no parque industrial brasileiro com a emergência de grandes indústrias e do novo operariado. No início dos anos 70, período de repressão política intensa, os estudos se voltam para a relação classe operária e Estado. No final dos anos 70, os estudos da Sociologia do Trabalho adquirem um novo fôlego, principalmente com o ressurgimento do sindicalismo e sob influência de uma reorganização teórica em nível internacional.

Como os anos seguintes foram marcados por muitas lutas sindicais e políticas, os estudos passam a priorizar, além do novo sindicalismo, o impacto das novas tecnologias sobre os trabalhadores, com predomínio dos estudos de caso. Também se amplia o leque de análises multidisciplinares, seguindo uma tendência internacional. Com a Nova Constituição, que garante algumas conquistas aos trabalhadores e é o período em que começa o processo de reestruturação produtiva, boa parte das análises enfatiza o cotidiano das fábricas.

Nos anos 90, observa-se um paradoxo na teoria sociológica que prioriza a técnica, mas aponta as consequências sociais da mesma. Com o agravamento das questões sociais, os estudos se voltam para estes aspectos, pois nas empresas há um aprofundamento da reestruturação produtiva que leva à flexibilização e terceirização do trabalho, tendendo a aumentar o contingente de excluídos do mercado de trabalho. A recessão do início da década de 90 levou a acordos setoriais e à busca de negociações parcelares, por empresas, quanto ao mercado de trabalho e à organização das relações de trabalho. Tem-se firmado a tendência de estudos que contemplam a interação entre a racionalidade técnica e a racionalidade social

nas explicações sociológicas relativas às mudanças no trabalho e no mercado de trabalho.

De modo geral, os quadros apresentam o registro de uma mudança da base técnica e organizacional no processo produtivo, visível nas análises elaboradas entre 1950 e 1990, tanto na América como na Europa. A teoria reflete o quanto, nos ambientes de trabalho, a noção de conflito é substituída, aos poucos, pela noção de cooperação, embora isto não implique em uma superação real dos mesmos.

Estas rápidas e intensas modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho, nas relações sociais e na racionalização econômica e política, têm se constituído em novos mecanismos de controle social.

Em nível internacional, pode-se destacar uma tendência de expansão de concepções neoliberais relacionadas à perda da influência ou à falência da social democracia. O crescimento econômico que observamos, embora ascendente, não tem uma curva correspondente nos níveis de emprego. Ocorre até mesmo uma relação invertida, se considerarmos a produção e o emprego na indústria.

Estas mudanças na sociedade exigem uma reconstrução teórica de caráter multidisciplinar que permita considerar igualmente os fatores correspondentes à racionalidade técnica e à racionalidade social.

O que falta para que se considere com mais cuidado a razão social e se lhe atribua o devido valor interpretativo, são estudos mais abrangentes, principalmente sobre o setor terciário da economia. Carecem, também, os estudos, de melhor explorar os aspectos qualitativos do processo de trabalho, bem como dedicar atenção aos setores excluídos do trabalho produtivo.

Além dos diversos balanços bibliográficos que estão sendo realizados, novos estudos poderão refletir sobre as modificações sofridas pelas formas de organização política dos trabalhadores dentro e fora das fábricas e, ainda, as novas relações que se estabelecem entre os trabalhadores assalariados e os não assalariados, ou seja, sobre a fragmentação da força de trabalho e suas consequências, as novas formas de poder e a participação dos trabalhadores na sociedade atual.

É relevante também, incorporar a análise das especificidade dos diferentes países ou regiões, colocando novas questões quanto às modificações tecnológicas e a diferenciação dos mercados de trabalho, das estruturas ocupacionais e a organização dos trabalhadores.

Esta necessária interação entre os fatores técnicos e sociais remete-nos à afirmação de Marx de que os homens não agem somente sobre a natureza, mas também uns sobre os outros no processo produtivo.

Assim, entendemos que a “razão técnica” e a “lógica social” são duas faces de um mesmo processo de mudança, ou melhor, que estas duas racionalidades desenvolvem-se de forma interativa e que embora a “lógica social” fique muitas vezes subsumida pela “razão técnica” nas análises, ela é decisiva no direcionamento do desenvolvimento econômico-social, na organização do trabalho e na natureza das mudanças no “mundo do trabalho”. Define, inclusive, os rumos da modernização tecnológica, como sugerem os estudos do processo de trabalho, em diferentes contextos históricos, sobre a reestruturação produtiva.

Notas de Referência

¹ Consultar IANNI, Octávio. A crise de paradigma na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n.13, p. 90-101, jun.1990.

² Considerações constantes têm indagado em que medida é possível, na atualidade, tomar o trabalho como base para refletir sobre a realidade do processo ampliado e diferenciado da acumulação capitalista. Com as grandes transformações no processo de produção, no âmbito social e político, a questão é recolocada por A. Gorz, que discute a autonomização do trabalhador, por exemplo, em seu livro *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. Também há a crítica de C. Offe no artigo “Trabalho: categoria chave da Sociologia?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v.4, n.10, p. 5-20, jun. 1989, para quem a análise sociológica centrada na categoria trabalho perde seu valor explicativo, sendo até certo ponto substituída por outros fatores como autonomia, ambiente familiar, lazer, renda, entre outros.

³ Racionalidade é um atributo variável da ação humana e diz respeito a algum objetivo, interesse ou valor perseguido pelo sujeito agente nas seguintes condições: leva em conta o exame das alternativas possíveis na situação; individualiza as variáveis externas que possam influir sobre os resultados da ação, calculando a alternativa mais provável de escolha; avalia com método as consequências das diversas alternativas; pondera de modo comparativo a utilidade e o valor de qualquer consequência; otimiza a utilidade e o valor máximo (não importa se econômico, afetivo, político, etc.) e faz disso objeto de critérios metódicos de decisão; após as operações precedentes, encara a ação como uma ação efetiva e conscientemente empreendida. GALLINO. *Dizionario di Sociologia*. Torino: TEA, 1993, p. 531-532.

⁴ Para A. Gramsci em *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, existe uma prática dos especialistas que não é neutra. Para ele, a classe que procura a hegemonia cria e reproduz os seus intelectuais, com vistas a organizar, fundamentar, transmitir e regulamentar a ideologia que a sustenta como dominante nas relações sociais.

⁵ Jürgen Habermas em seu ensaio “Técnica e ciência enquanto ideologia”. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, V. Civita Ed., v. XLVIII, 1975, p. 303-333, defende tese sobre a forma de dominação legítima exercida pela técnica e a ciência nas sociedades modernas.

⁶ Ainda que parte das atividades produtivas não sejam acionadas diretamente pelo capital e nem possuam alguma materialidade, como os serviços, “conceber, pensar, o intercurso mental dos homens surge, nesse nível, como o efluxo direto de seu comportamento material”. Essa é a posição de FINE, Ben, In: BOTTO-MORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 303.

⁷ Discípulo mais racionalista da primitiva Escola da Teoria Crítica, encontramos em Habermas influências do pensamento de Wittgenstein, Popper, Adorno, Weber e Parsons. Diferente desses três últimos autores, Habermas constrói um conceito ampliado de razão, além da relação sujeito-objeto, assentado sobre a relação entre sujeitos: a razão comunicativa. Nas sociedades complexas, há reservas de racionalidade comunicativa, capazes de resistir à força anexionista dos subsistemas de ação instrumental incorporados no Estado e na Economia. Desse modo, os movimentos de protesto, como o ecologista, o pacifista e o feminista funcionam como opositores às investidas da racionalidade sistêmica. Por isso, Habermas opõe-se ao pensamento pessimista de Weber sobre o processo de racionalização, para quem este teria acarretado uma perda de sentido no eixo da racionalização cultural, em consequência do desencantamento das visões tradicionais do mundo e na perda de liberdade no eixo da racionalidade social, em função da burocratização do Estado e da economia. Cf. ROUANET, S. Razão negativa, razão comunicativa, In: *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 331-347. Já Parsons, com seu “funcionalismo evolucionário”, apresenta esquema analítico de sociedades comparadas, entendendo-as como sistemas, cujos complexos estruturais as diferenciam por “estágios” de desenvolvimento. Às sociedades modernas reserva características distintas como a organização burocrática da consecução coletiva de metas, os sistemas monetários e de mercado, os sistemas jurídicos universalistas, generalizados e as associações democráticas com liderança eletiva para estabelecer orientações política. A Parsons se faz a crítica de que não levou a significação da tecnologia além do estipulado como requisito de sobrevivência para qualquer sociedade. MOORE, V.W. “O Funcionalismo”, em

BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 421-474.

⁸ HABERMAS. *Op. cit.*, 1975.

⁹ Para Marcuse, tecnologia é compreendida como modo de produção, como totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era das máquinas. É, assim, ao mesmo tempo, um modo de organizar e perpetuar (ou mudar) as relações sociais, uma manifestação de padrões de pensamento e comportamento dominantes, um instrumento de controle de dominação, em “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. *Praga*. São Paulo, n.1, p. 113-140, jul. 1997.

¹⁰ RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987, p. 37.

¹¹ Cf. MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, v. I, Livro Primeiro, tomo 1, 1983, p. 38.

¹² MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

¹³ Em “A nova intransparência: a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.18, p.104-105, set. 1987, Habermas defende a tese de que com o abandono dos conteúdos utópicos da sociedade do trabalho não desaparece a dimensão utópica da consciência histórica e da disputa política. Na verdade, para ele, os projetos de formas de vida racionais produziram uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais.

¹⁴ A abstração que faz do trabalho incorporado, trabalho abstrato, é uma abstração social, um processo social real específico do capitalismo. É apenas no processo de troca que os trabalhos heterogêneos se tornam abstratos e homogêneos, que o trabalho privado se revela como trabalho social. É o mercado que realiza isso e, portanto, não pode haver uma determinação *a priori* do trabalho abstrato. A troca é então entendida como uma forma do próprio processo de produção. Para Colletti (1972), não só a abstração surge da realidade da troca, como também o trabalho abstrato é trabalho alienado; a troca é o momento de unidade social sob a forma de equalização abstrata ou reificação da força de trabalho na qual a subjetividade humana é expropriada. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Op. cit.*, 1988, p. 384.

¹⁵ ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo, In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

¹⁶ Os quadros foram elaborados a partir de balanços e pesquisas da Sociologia do Trabalho. Basicamente, contribuíram para a discussão: LEITE, M.; SILVA, R. A Sociologia do Trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica, *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 42, 1996, p. 1-143; CASTRO, N. A.; LEITE, M. A sociedade do trabalho industrial no Brasil, *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 37, 1º sem. 1994, p. 39-59; CASTRO, N. A. *A reestruturação produtiva e relações industriais: desafios e interpretação à luz do debate norte-americano atual*. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (18.: 1994: Caxambú). 30p.; ABRAMO, L.; MONTERO, C. A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos, *In: BIB*, Rio de Janeiro, n. 40, 2º sem. 1995, p. 65-83; ARAÚJO, S. M. de. Sindacalismo e mercato del lavoro negli anni novanta: riflessioni su queste due realtà intrecciate in Brasile e in Italia. *In: Rapporto di Ricerca*. Istituto di Studi del Lavoro, Università degli Studi di Milano, 1977, 47p.

¹⁷ A concepção vigente de relações industriais, na Itália, não se limita às relações de trabalho no interior do processo produtivo, mas estende-se à explicação dos processos de constituição das normas e de sua dinâmica que possam provocar mudanças. Autores italianos recentes destacam que no pós-guerra os estudos de Sociologia do Trabalho concentram-se na compreensão do comportamento dos grupos sociais envolvidos nas relações industriais e do tecido social dessas relações no plano jurídico. Cf. CELLA, G. (Org). *Nuovi attori nelle relazioni industriali*. Milano: Angeli, 1991; REGINI, M. *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995.

¹⁸ Barisi revela o esforço da Sociologia do Trabalho italiana ao introduzir metodologia capaz de expressar a ação de novos atores sociais. Consultar Une sociologie engagée: la sociologie du travail italienne, *In: DURAND, C. et al. Le travail et sa sociologie, essais critiques*. Paris: L'Harmattan, 1985, p. 227-240.

¹⁹ Na Itália dos anos 90, há uma grande preocupação em definir políticas de trabalho, integrá-las e reportá-las à resolução dos problemas nacionais e àqueles internos de cada região e de cada setor produtivo. O desenvolvimento de um discurso de jurisprudência sobre as relações de trabalho proporcionou literatura jurídico-trabalhista que influenciou a adoção de medidas políticas com o objetivo de regulamentação atualizada do trabalho e do mercado. Cf. ARAÚJO, S. M. de. Sindacalismo e mercado de trabalho: propostas de política italiana recente e as dimensões de empregabilidade/lições para o Brasil. *Comunicação – XXII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú, 1998, 28p.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, S. M. de. Sindacalismo e mercado del lavoro negli anni novanta: riflessioni su queste due realtà intrecciate in Brasile e in Italia. *Rapporto di Ricerca*, Istituto di Studi del Lavoro, Università degli Studi di Milano, 1977, 47p.
- _____. Sindacalismo e mercado de trabalho: propostas da política italiana recente e as dimensões de empregabilidade/Lições para o Brasil. *XXII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, MG, 1998, 28p.
- BARISI, G. Une Sociologie engagée: la Sociologie du Travail italienne. In: DURAND, C. et al. *Le travail et sa Sociologie; essais critiques*. Paris: L'Harmattan, 1985, p. 227-240.
- BOTTOMORE, T. (Org). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CASTRO, N. A. A reestruturação produtiva e relações industriais: desafio e interpretação à luz do debate norte-americano atual. *XVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, MG, 1994, 30p.
- _____; LEITE, M. P. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. In: *BIB*. Rio de Janeiro, n. 37, 1º sem. 1994, p. 39-59.
- CELLA, G. (Org.). *Nuovi attori nelle relazioni industriali*. Milano: Angeli, 1991.
- FERNANDES, F. A herança intelectual da Sociologia. In: FORACHI, M.; MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1997, p. 163-174.
- GALLINO, L. *Dizionario di Sociologia*. Torino: TEA, 1993.
- GERAS, N. Essência e aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1977, p. 259-282.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e Reflexão; ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GOLDMANN, L. A reificação das relações sociais". In: FORACHI, M.; MARTINS, J. S. *Op. cit.*, 1977.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: CIVITA, V. (ed.). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, v. XLVIII, p. 303-333.
- _____. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

- São Paulo: ANPOCS, n.13, p. 90-101, jun. 1990.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LARANGEIRA, S. M. G. Inovações tecnológicas e ação sindical. Crise nos sindicatos?
In: DINIZ, E. et al. *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/HUCITE/IPEA, 1994, p. 179-203.
- LEITE, M.; ROQUE, A. A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 42, 1996, p. 1-143.
- MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. *Praga*, São Paulo, n. 1, julho 1997.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, v.1, 1975.
- _____. Manuscritos econômicos filosóficos. In: *Os Pensadores*, V. XXXV, São Paulo: Abril, 1974.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MONTERO, C. A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 40, 2º sem. 1995, p. 65-83.
- MOORE, W. O funcionalismo. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 421-474.
- OFFE, C. Trabalho: categoria chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, p. 5-20, junho 1989.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- REGINI, M. *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1995.
- ROUANET, S. Razão negativa, razão comunicativa. In: _____. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 331-347.
- RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SWINGWOOD, A. Alienação, coisificação e natureza humana. In: _____. *Marx e a teoria social moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 105-132.

AS ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS

Sidney Nilton de Oliveira*

RESUMO

Neste artigo, enfatiza-se que as estratégias de dominação comportamental nas organizações objetivaram, a partir do surgimento do capitalismo, adequar os indivíduos à ideologia hegemônica. A produção de tecnologia é uma forma de exercício do poder. A dominação política também é exercida por aquele que possui o conhecimento e a técnica. O poder que o saber exerce na sociedade existe desde o surgimento do homem e da própria civilização. O poder político existe desde que a humanidade surgiu. A vida em sociedade deu ao homem a condição de ser político em todas as suas ações. Essa superioridade no desenvolvimento político e tecnológico deu-se também com surgimento do trabalho industrial. A ideologia neoliberal apresenta-se como uma idéia neutra e adorável. Neste artigo, faz-se uma breve reflexão sobre a ideologia do trabalho e algumas das políticas sociais executadas pelo Estado Capitalista. Neste trabalho pretende-se evidenciar essas políticas como parte da visão neoliberal de sociedade e da globalização da economia. Este artigo é uma análise crítica da implicação das dimensões político-cognitivo-afetivas dessa questão. O poder da ideologia incentiva o estabelecimento de vínculos intelectuais e de afeto entre as pessoas e a sociedade. Somente com o vínculo é possível estabelecer o compromisso do indivíduo com os valores privilegiados pelo neoliberalismo.

Palavras-chave: ideologia e comportamento, neoliberalismo, trabalho e educação.

ABSTRACT

This article discusses the behavior control of the organizational management proposed before the start of the capitalism, re-affirming

* Professor e supervisor de estágios da Universidade Federal do Paraná – Departamento de Psicologia; licenciado em Psicologia (Universidade Católica de Santos); psicólogo (Universidade Católica de Santos); pedagogo - habilitação em Administração Escolar (Universidade Católica de Santos); mestre em Comunicação Social (Universidade Metodista de São Paulo); doutor em Psicologia Social (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo).

the dominant ideology . The prodution of the tecnologia is a exercied power. The political power is privilege from people that uses knowledge and techniques. The power and knowledge is present in the society since man and civilization started. The life in society report a human a political condition in yours actions. People best developed are successfully that the ones who live in bad conditions. These superiority in politic and technology designed the start of the cooperaty work. The human work developed the proper man, defined a utilization of the hands and the fabrication thee instruments in the pratice from work. The neoliberal ideology is present with one ideal neutre and loved. In this paper a short refection about social politics executed by Capitalist' State. In this work it intend to evidence this politics as a part of society neoliberal vision and the globalization of the economy.. This paper is a critical analysis of the political, cognitive and affective dimensions of this quuestion. The ideology power establishment of entails of affection and intellectuals between people and society. Only with the entail it is possible to establish the individual's commitment with the values privileged by the neoliberalism.

Key-words: ideology and behavior, neoliberalism, work and education.

Introdução

A história do trabalho e da educação no capitalismo é resultante das relações sociais e do poder que uma pequena e privilegiada parcela da humanidade obtém sobre as outras. A mão humana escreveu seu destino guiada pelas contradições desse modelo sócio-econômico. Apesar do avanço científico e tecnológico, essa história ainda carrega a sina da dominação e da exploração do homem pelo homem.

Embora a sociedade capitalista, faça um *marketing* da igualdade e do *sucesso para quem trabalha*, as classes mais pobres são as que têm menos instrução e exercem as funções de menor remuneração no mercado de trabalho, legitimando, ideologicamente, uma produção do conhecimento coerente com sua estrutura.

O *engodo capitalista* é a ilusão da igualdade e a negação explícita das contradições – principalmente dos que estão excluídos das benesses do capital. A aceitação do *engodo do capital* revela um indivíduo que raras vezes contesta o poder, discorda das ordens, se rebela. O trabalha-

dor acredita fielmente na proteção ilusória que a empresa, a escola ou o governo pretensamente alegam exercer. Essa ilusão é conveniente também porque impede a recomposição da identidade e da crítica. Essa ilusão acaba sendo eleita como uma fonte fundamental de prazer e de angústia.

A ampliação das formas e da organização do trabalho foi uma das principais características do capitalismo deste século. A divisão do trabalho no capitalismo industrial foi – desde a revolução industrial – um laboratório das estratégias de controle do desempenho dos trabalhadores.

Esse processo de dominação foi em grande parte fruto das relações de poder capitalista sobre o trabalho por meio de uma hegemonia obtida e mantida por leis, instituições e costumes, que a estruturam e que a difundem com a universalização do consenso, ou de sua naturalização pelo uso da ideologia dos que detêm o poder.

O poder ideológico nas organizações

A discussão sobre o fim do emprego que se trava no final desta década. Aparentemente, essa questão é impulsionada pelas exigências de modernização das concepções gerenciais e de modelos de desempenho. Por detrás da modernidade, da excelência e da globalização econômica se escondem contradições semelhantes às que Marx, Chaplin e Taiguara denunciaram.

A modernidade do fim de século inovou nas estratégias de controle do comportamento organizacional, pois, desde o taylorismo-fayolismo, as principais concepções gerenciais que dominaram o campo industrial – embora percorressem diversos caminhos, buscavam em sua grande maioria o mesmo objetivo: *a prosperidade do capital*.

Até a metade deste século, pode-se dizer que a busca pela *qualidade total* constituiu-se desde o seu início em um instrumento que o administrador poderia utilizar para melhorar o seu produto e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade de sua indústria. O desenvolvimento industrial ampliou consideravelmente a necessidade de uma política de recursos humanos cada vez mais eficiente.

A gestão dos recursos humanos na indústria acompanhou essas modificações, abandonando as teses mais mecanicistas e positivistas e desenvolvendo ou apropriando-se de teorias que dessem conta da subjeti-

vidade do comportamento humano no trabalho, como por exemplo, a motivação, a liderança e as relações humanas, dentre outros fatores.

A revolução industrial, principalmente da “indústria das indústrias” – as fábricas automobilísticas – após a Primeira Grande Guerra, anunciou a transição de uma produção artesanal e manufaturada para uma mecanizada e em massa. Isso exigiu mudanças significativas nos modos de produção, na relação do homem com o trabalho e na funcionalidade do comportamento organizacional.

A gestão pela *qualidade* é um sistema de trabalho cooperativo, com decisões descentralizadas e delegação de responsabilidade. Os grupos de controle do desempenho são autônomos em relação às suas tarefas e, algumas vezes, decidem coletivamente os destinos da empresa. Mas essa autonomia não atinge o âmbito econômico e político da organização.

O *marketing* da modernidade é a valorização dos clientes, a otimização dos meios e a maximização do desempenho. Mas qual o custo desse *status*? Em primeiro lugar, essa ideologia se mantém amparada por uma base ideológica privilegiada pela elite social dominante, com o conhecimento de que o modo de produção capitalista – por meio das organizações – fornece, interpreta ou privilegia. A modernidade administrativa não admite nem homem nem organização dentro do contexto histórico social. Isso tudo acaba por reduzir as contradições entre capital e trabalho a problemas administrativos, pedagógicos ou psicossociais. Em segundo lugar, as gerenciais do desempenho extrapolam o aspecto técnico, convertendo-se em uma estratégia de controle psicossocial dos indivíduos. A meta dessa ideologia é obter um controle político, cognitivo e afetivo do comportamento (desempenho esperado).

O poder da modernidade gerencial condiciona o estabelecimento de vínculos de afeto e intelectuais entre as pessoas e as organizações. Segundo a ideologia dominante, somente com a “conscientização e o comprometimento” se estabelece o laço entre o indivíduo e a organização. Os conceitos e os valores privilegiados pelo neoliberalismo na administração moderna vão de encontro ao que o capitalismo moderno reivindica para sua manutenção.

No campo das organizações industriais, a maximização do desempenho é descrita por muitos críticos como ideológica e tecnológica, pois é um conjunto de normas e padrões de comportamento que as pessoas devem seguir. Do controle mais coercitivo ao mais sutil, o sistema capitalista quase sempre garantiu sua hegemonia e a legitimação de seus valores e costumes, articulando duas importantes organizações: a indústria e a escola.

Um dos grandes trunfos do modo de produção capitalista é transformar a ideologia em senso comum. Apoiado pela *indústria do conhecimento* — *o saber também é produto na sociedade industrial* — a educação moderna visa a preparar o indivíduo para a vida em sociedade, mas, na maioria das vezes, o faz sob a égide da ideologia capitalista.

Trabalho e educação no capitalismo moderno

Assim como as crianças, os adultos são freqüentemente desencorajados a pensar e julgar autonomamente. A dependência cognitiva é treinada desde o início da educação. A criança curiosa e o aluno questionador muitas vezes incomodam pais e professores. É sempre mais cômodo mandar calar a boca... Mas, por que calar a boca? O que incomoda tanto? Essas, certamente não são perguntas de fácil resposta.

A maioria dos indivíduos acaba resignando-se aos valores e às normas hegemônicas. Os alunos de hoje ainda carregam as heranças do autoritarismo. Esse processo ainda se legitima porque na educação escolar, os professores e alunos permanecem envolvidos pela ideologia hegemônica. A organização educadora, foco principal da análise desta tese, está inserida na hegemonia e condiciona o comportamento idealizado desde a entrada da criança na escola.

Nas escolas, a dominação principia com a entrada do aluno no jardim de infância – onde se inicia um condicionamento de emoções, comportamentos e valores – e incide diretamente na estruturação da personalidade humana, pois é no interior deste complexo de fatores sócio-culturais que se forma a consciência do indivíduo. Por meio da cultura e das relações que desenvolve em seu contexto, o indivíduo internaliza as concepções de poder, com a subordinação à ideologia organizacional e, muito raramente, consegue articular protestos improdutivos, desarticulados politicamente.

Mas isso tudo vai sendo introjetado lentamente e em vários campos, assumindo o *status* de verdade inquestionável. É a ideologia da opção única. O governo FHC é um bom exemplo disso. A mídia e os capitalistas massificam a idéia de que não há opção fora do real. Os governos neoliberais agem assim, trabalhando com a hipótese de que só eles detêm

a verdade. Na realidade a tese da opção única é a da opção zero, pois opção pressupõe alternativas, possibilidade de escolhas...

O século XX reservou para a educação um papel tão importante quanto seu papel na legitimação da ideologia capitalista. A partir daí, pretendem-se elucidar algumas das bases políticas nas quais se desenvolveu o trabalho produtivo, visando identificar e analisar as principais influências da ideologia industrial – por meio da *gestão da qualidade* – nas organizações educativas.

No campo das organizações educativas, a ideologia industrial esteve sempre presente. A *maximização do desempenho* chegou à educação com os mesmos princípios com que chegou à indústria: preparar indivíduos e organizações para as novas exigências neoliberais.

A educação escolar fornece, no mundo moderno, a base humana e tecnológica para as indústrias ampliarem seu mercado consumidor, introjetando lentamente a ideologia dominante. A cultura do sucesso chegou às escolas e trouxe consigo parâmetros curriculares, pedagogias da qualidade, novas formas de avaliação, dentre outras tantas novidades.

Os fatores ideológicos do neoliberalismo atuam de modo decisivo nessa mesma direção. O chamado capital cultural reforça a nova escola, pois é lá que será garantida a manutenção dos valores capitalistas e iniciado o controle psicopolítico do comportamento dos indivíduos. Ali serão *fabricados* obedientes *soldados* desse *exército*. Porém, o capitalismo, a educação e sobretudo o próprio homem são subjetivos, contraditórios e imprevisíveis.

Conclusão

O desenvolvimento do sistema capitalista trouxe à concepção de trabalho a condição de signo da hegemonia política e ideológica, por integrar-se a seu sentido a conotação de domínio tecnológico e de poder econômico. Amparada pela competência técnico-administrativa, pelo aumento significativo da produtividade e pela publicidade das mídias, como sinônimo de sucesso para a organização no capitalismo moderno.

Nas organizações, a exploração do homem dimensionou-se de acordo com as necessidades do modo de produção capitalista. Nesta ótica,

o controle comportamental na maximização do desempenho é exercido pelo gerenciamento ideológico do desempenho.

O capitalismo neoliberal criou, por meio da *ideologia da excelência* a dominação psicossocial, reforçando a ética de uma sociedade de classes que valoriza o acúmulo do capital e a busca do sucesso no desempenho. Nesta perspectiva, os autores estudados ressaltam que não existe outra alternativa para as organizações que não optarem pela *gestão da qualidade*, isto é, não existe opção fora da ideologia hegemônica.

Existem significativas contradições entre a noção da *qualidade* como desencadeadora de um gerenciamento dinâmico e de uma educação voltada para a promoção do sucesso por meio do desempenho, ou, por outro lado, o controle do desempenho é uma estratégia psicopolítica de dominação. Na organização pedagógica os fatores ideológicos do Estado atuam de modo mais decisivo, pois é lá que será garantida a manutenção dos valores capitalistas e iniciado o controle psicopolítico do comportamento dos indivíduos. É na escola que a legitimação capitalista finca suas raízes e que as formas de poder são introjetadas nos indivíduos através da disciplina e da difusão dessa cultura hegemônica.

A visão da *excelência* na educação cria uma significativa dependência conceitual e emocional, a organização é a representante simbólica de um nova era, a modernidade. Essa dependência ocorre principalmente devido ao controle do desempenho estar arquitetado em uma pedagogia que visa lentamente a interiorização dos valores organizacionais pelo indivíduo e a busca pela sua adesão à ideologia organizacional.

As gestões modernas desenvolveram suas estratégias de dominação por meio de políticas gestoras, nas quais o indivíduo é controlado psicopoliticamente. Este poder, ao contrário de outras teorias administrativas, é exercido no controle do desempenho e na internalização dos conceitos e valores hegemônicos pelo próprio indivíduo.

A cultura organizacional na *gestão da qualidade* oferece uma estratégica ilusão: a união imaculada do homem com sua organização. Enquanto as concepções gestoras anteriores reprimiam ou negavam o conflito capital-trabalho, a excelência trabalha com o recalçamento, pois cria um lugar simbólico-imaginário conveniente a sua ideologia, induzindo o indivíduo a ignorar a noção de impossibilidade.

A dominação psicossocial é conveniente pois cria as condições necessárias para que o indivíduo confie, idealize e comprometa-se com a organização. Este processo gera o clima ideal para o estabelecimento de vínculos políticos, cognitivos e afetivos entre o indivíduo e a organização.

A compreensão da prática educativa tem que ser política porque as organizações educativas encontram-se em um contexto de forças sócio-econômicas contraditórias. A *gestão da qualidade* na educação deve ser entendida como uma estratégia política a serviço da reprodução sócio-cultural e manutenção do modo de produção capitalista.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a educação, na maximização do desempenho e no neoliberalismo, reforça a exigência de preparar os alunos para a sociedade, de acordo com as novas exigências tecnológicas e econômico-sociais. Este processo é a base estrutural do controle comportamental pois leva o indivíduo a uma leitura inadequada da realidade pela introjeção política, cognitiva e afetiva de um contexto fantástico.

A consciência crítica e a cidadania responsável são consequência da classe social da qual o indivíduo faz parte, onde desenvolve suas relações e forma suas crenças. Ao analisar-se a educação, evita-se a ingenuidade da crença de que uma professora da pré-escola não prepara seu aluno somente para a alfabetização, mas desenvolve, principalmente, a sociabilização, isto é, a integração da criança na escola e na sociedade.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.
Neoliberalismo: Mercado de Ilusões. *Momento*, Brasília: ANABB, ano 2, n. 11, nov./dez. 1996.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CORDEIRO, H. *A Indústria da Saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DAMASCENO, M. *Pedagogia do engajamento*. Fortaleza: UFC, 1990.
- DAVIS, F. *A Qualidade Total em Saúde*. 1. ed. Rio de Janeiro: STS, 1994.
- DIAS, E. Aspectos Atuais da Saúde do Trabalhador no Brasil, In: BUSCHINELLI, J; ROCHA, L; RIGOTTO, R. *Isto é Trabalho de Gente?* 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ENRIQUEZ, E. *Da Horda ao Estado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
- _____. *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FARIA, J. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. Curitiba: Criar, 1985.
- _____. *Tecnologias e Processo de Trabalho*. 1. ed., Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.
- _____. *Autonomia e Compromisso Social* – discurso proferido no Conselho Universitário

- rio comemorativo ao 84º aniversário de fundação da UFPR, Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- FIGUEIREDO, M. *O Trabalho Alienado e o Psicólogo do Trabalho*. São Paulo: Edicon, 1989.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, L. *A produção da Ignorância na Escola*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRIGOTTO, G. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HUGON, P. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Atlas, 1995.
- KAMII, C.; DEVRIES, R. *Piaget para a Educação Pré-Escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- MARX, K. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Revista do Provão*. SAIE, Brasília: MEC, 1996.
- _____. *Revista do Provão*. SAIE, Brasília: MEC, 1997.
- _____. *Revista do Provão*. SAIE, Brasília: MEC, 1998.
- OLIVEIRA, S. N. Uma Querência Muito Antiga. *Revista Ceciliana*, ano VII, n.8, Santos: Universidade Santa Cecília, 1997.
- _____. Algumas Críticas à Gestão da Qualidade em Educação. *Revista da FAEBA*, ano VII, n. 9, Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1998.
- _____. *Uma Análise Crítica sobre as Dimensões Político-Cognitivo-Afetiva da Gestão da Qualidade em Educação*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- _____; SILVA, H. Nas Trilhas de uma Querência. *Revista da FAEBA*, ano 8, jul-dez. UEBA. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1997.
- PAGÉS M. et al. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - S.PAULO. (1997) Reorganização: Deu Certo!. *A Escola Agora*, ano III, n.11, maio 1997.
- SILVA, T.T.; GENTILI, P. (Org.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VEIGA NETO, A. (Org.). *Crítica Pós-Moderna e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- ZUIN, A.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. (Org.). *A Educação Danificada*. Petrópolis/São Carlos: Vozes/UFSCAR, 1997.

SINDICALISMO E POLÍTICAS DE TRABALHO NA ITÁLIA DA DÉCADA DE 1990*

Silvia Maria P. de Araújo**

RESUMO

O contexto de um mercado de trabalho fragmentado e a heterogeneidade do fenômeno do desemprego são algumas das dificuldades que os sindicatos enfrentam em nível macropolítico, já que parte de sua crise origina-se nas mudanças do papel do Estado em relação à regulamentação do mercado de trabalho. Análise da experiência italiana, em termos de convergência da ação sindical e de políticas sociais de emprego e de trabalho, na década de 1990, fornece reflexões para se pensar os sindicatos frente às flutuações do mercado de trabalho e ao caráter crônico do desemprego. Levados a agir em favor dos “trabalhadores sem-trabalho” ou com trabalho precário, os sindicatos se obrigam a uma lógica de ação com maior flexibilidade nos vários níveis das relações industriais e a criar uma estrutura institucional de defesa, também, dos trabalhadores desempregados.

Palavras-chave: mercado de trabalho, políticas de emprego, sindicalismo.

ABSTRACT

The context of a fragmented work market and the heterogeneity of the unemployment phenomenon are some of the difficulties labour Unions have to face in the macropolitical level, because part of their political crisis begins with changes in the role of State in relation to the regulation of the work market. The analysis of the Italian experience about the convergence of the Union action and social policy of employment and work in the nineties, starts a discussion over the Union facing fluctuations of the work market and the chronic character of unemployment. The Union, whose action is for the employed workers and those with precarious works, tries to reach the logic of action, which is more flexible

* Este artigo resulta de parte da pesquisa desenvolvida para o Programa de Pós-Doutorado, patrocinado pela CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Istituto di Studi del Lavoro, Università degli Studi di Milano (1996-97).

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

in different levels of the industrial relations, and to create an institutional structure of defense even for the unemployed.

Key-words: work market, employment policies, Union.

A diversidade do trabalho

O interrogar-se, hoje, sobre problemas do trabalho corresponde a colocar em confronto o conceito de trabalho como um complexo de processos sociais que não podem ser descritos no sentido tradicional, ainda que o discurso público sobre o trabalho assim o apresente neste fim de século. Circulam indagações sobre o fim da sociedade do trabalho (*workless society*), sobre a perda da centralidade do trabalho para explicar a manutenção da rede de relações sociais e, no entanto, vivemos imersos em filamentos do trabalho na sociedade ocidental em qualquer grau de desenvolvimento industrial. Ainda não surgiu um modo coletivo de viver sem trabalho. Mesmo aquelas pessoas não diretamente submetidas às regras formais e regulativas do trabalho enquanto sistema organizativo, de qualquer modo vivem ou sobrevivem a partir de um trabalho acumulado, mas sempre feito, já realizado concretamente por alguém.

Os problemas surgem quando trabalhar se torna uma disputa em um escasso território regulamentado, com a redução dos postos de trabalho, o desaparecimento de certas habilitações socialmente reconhecidas até há pouco tempo. Emergem novas exigências, enquanto o trabalho ainda pensado de forma rígida, demonstra a sua face real — um mercado de *trabalho fluido* em um *fluido mercado* de trabalho em concorrência.

Sobre tal quadro, interpretações diversas propõem soluções aos problemas do chamado mundo do trabalho. Estamos em face de um desequilíbrio e, para resolvê-lo, não resta uma outra via que redistribuir o emprego, subdividi-lo.¹ Esta situação insegura deve-se ao fato de que estamos saindo de uma época na qual o mundo do trabalho e das suas relações tinham um arranjo uniforme, massificado, quase unificado. Estamos entrando em uma época em que o trabalho e as suas relações tendem a ser diferenciadas.

Na realidade, já não se consegue trabalho tão facilmente, nem se concebe o trabalho com nitidez. Hoje, as empresas fracionaram-se, des-

centralizaram-se e se recompõem com rapidez temporal e espacial. Para Accornero,² estamos em face das “multinacionais de bolso” (*multinazionali tasabili*) e das “empresas virtuais”; horários e turnos se intercalam, as seqüências operativas definem-se em módulos, os serviços são desburocratizados e acelerados, enquanto a distribuição mesma do trabalho lembra escapar, porque se dá de forma individualizada, mas também mais coletiva, mais informatizada, tecnologicizada, mais anônima.

As empresas tendem a se tornar duais, isto é, a focalizar uma atividade (*core sector*) de mão-de-obra constante e dispor de uma reserva de emprego descontínuo (*saltuario*) para assegurar a continuidade do trabalho nas flutuações da produção e do mercado. Cabe um enquadramento, seja legal, seja contratual, ao novo horizonte estratégico do emprego: como adequar eficazmente, sem suportar e sem pagar a tutela, a proteção do trabalho, procurando torná-la funcional, seja para o trabalho, seja para o capital?

É problemático para o sindicalismo reagir ao declínio do trabalho, como protagonista de um papel estável do posto de trabalho, e ao multiplicar-se das novas modalidades de tarefas sob a feição de trabalho. Adverte Accornero, diferente daquilo que o industrialismo prometia, o capitalismo não tem nivelado as figuras do trabalho, abolindo as suas formas arcaicas e disfuncionais, ao contrário,

não desapareceu o trabalho autônomo, nem aquele comum e nem mesmo o trabalho agrícola. O trabalho não se degradou. E nem mesmo emancipou-se. [...] a desarticulação e rearticulação do produzir e do trabalhar parecem sobreviventes depois de terem reunido certas dimensões críticas do crescimento precedente, não como simples retrocesso ou pura desregulamentação.³

A literatura especializada sobre o trabalho, as relações industriais,⁴ o sindicalismo, o mercado de trabalho, o direito do trabalho pode contribuir para os objetivos dessa análise na medida em que considera: a) os condicionamentos históricos das organizações de trabalhadores, colocadas a dura prova em sua capacidade de reagir às mudanças organizativas e tecnológicas introduzidas nas empresas; b) a fluidez do mercado de trabalho que tende a dar respostas imediatas às novas exigências das demandas industriais; c) o tratamento do ordenamento jurídico da regulamentação das atividades da mão-de-obra nas suas diferentes qualifica-

ções. As inovações técnicas e tecnológicas, produtivas e organizativas do trabalho têm apresentado, na última década, novos padrões ordenadores das relações de trabalho, regulados pelo Estado na maioria das vezes, mas nem sempre têm sido mediatizados pelo sindicato.⁵

Com o objetivo de apresentar algumas estratégias políticas italianas sobre questões relativas ao mercado de trabalho e ao papel do movimento sindical, em diferentes conjunturas desta segunda metade do século XX, esse artigo discute primeiramente a problemática do trabalho e do seu mercado em transformação, cujas relações comportam exigências novas às instituições envolvidas. A análise se detém no tratamento que é dado ao conhecimento metódico e detalhado do mercado de trabalho italiano com vistas à intervenção social e, na conjuntura contemporânea, de respostas à avalanche de flexibilidades que se impõe ao trabalho e à alocação em mercado dessa mercadoria *sui generis*.

As especificidades do mercado de trabalho, na Itália, e as propostas políticas alinhadas em plano de igualdade com a necessidade de correlata sustentação jurídica do emprego sugerem a complexidade da realidade empírica dos tipos de trabalho que se cruzam e, forçosamente, alteram qualquer quadro normativo que tente domá-los fora do contexto histórico próprio. Resta a lição de procurar conhecer mais e mais a diversidade e os condicionamentos das relações de trabalho, conhecendo o papel dos atores decisivos em políticas de suporte ambíguo, ou seja, do emprego sim, mas do trabalho, também.

Ação sindical: componente das relações industriais

A Itália apresenta tradição em estudos sobre o sindicalismo e relações industriais,⁶ acrescida de preocupações que dizem respeito às políticas de trabalho, a saber, o desenvolvimento de um discurso de jurisprudência sobre a matéria.⁷ Nele, sobressaem as obras de direito sindical, próprias de um país no qual as contribuições dos autores jurídico-trabalhistas nos estudos das relações industriais são prevalentes. A produção intelectual neste campo é própria da academia, multiplicando-se em centros de pesquisa e comissões do governo. No pós-guerra apresenta-se concentrada em um elenco de estudos analíticos para a compreensão do comportamento dos grupos sociais envolvidos nas relações industriais e do tecido social das relações concretas, em abordagens comparativas com

alguns países da Europa. Merece destaque a qualidade das análises e a quantidade de revistas especializadas neste setor.⁸

As diversas conjunturas político-econômico-sociais do pós-guerra, na Europa e na Itália, têm condicionado o respectivo movimento sindical e sua literatura, sem que a recíproca seja proporcional. Podemos dizer, sinteticamente que, em quatro decênios — dos anos 60 até os dias atuais — os sindicatos italianos têm privilegiado a democracia e, gradualmente, têm transferido o foco de atenção dos trabalhadores ao Estado, e de novo das empresas aos trabalhadores, porém sobre outras bases de tratamento, como um desafio diante das circunstâncias capitalistas mundiais.⁹

O sindicalismo italiano definiu a forma de sua organização a partir de 1948, através de um processo de cisão. A Confederação Geral Italiana do Trabalho cindiu-se em duas organizações: a CGIL socialista e comunista, e a Livre CGIL. Desta última surgiram, dois anos mais tarde, a Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores (CISL), de inspiração cristã, e a União Italiana do Trabalho (UIL), de tendência social-democrata e republicana. Ao longo dos anos 50, as três organizações confrontaram-se com muita polêmica, mas ao término do decênio delineou-se uma convergência, em consequência da capacidade contratual dos trabalhadores.

Como os anos 50 foram dedicados à reconstrução da Itália, o sindicalismo saiu reforçado no país durante a década seguinte, projetando-se também na Europa. O período é marcado pela contestação estudantil de 1968 e pelo chamado “outono quente” de 1969. Esse foi um acontecimento sindical forte, caracterizado por uma série de renovações contratuais (metalmecânicos, têxteis, químicos, trabalhadores da construção civil) assinalada por lutas sindicais de particular rigor. Este ciclo de intensos conflitos sociais fez emergir novos sujeitos sociais — do operário-massa às mulheres — e revela novas formas expressivas que culminam nas grandes manifestações de praça e em passeatas.

Neste contexto nasce o Estatuto dos Direitos dos Trabalhadores na forma da Lei n.º 300 de 20 de maio de 1970, o qual ainda é considerado ponto de referência pelo movimento sindical. Ao privilegiar os direitos individuais dos trabalhadores nos postos de trabalho e os direitos do sindicato, respeitando filosoficamente a sua autonomia, o Estatuto reconheceu o sindicato como um sujeito coletivo representativo.

Muitas críticas são tecidas ao Estatuto do Trabalhador tentando adequá-lo às mudanças históricas.¹⁰ Por ter sido elaborado em um momento específico da realidade sócio-política italiana, o Estatuto não po-

deria ter previsto os sucessivos processos de crise e de reestruturação do aparato produtivo, deixando desprovidas de normas estatutárias, importantes problemáticas do mundo do trabalho, como a preparação para o trabalho, a mobilidade da mão-de-obra entre as empresas, a administração das crises e da reestruturação empresarial, as formas e garantias do emprego, os salários e a profissionalização.

Alguns retoques na legislação sobre o emprego têm sido marginais, insuficientes para alterar significativamente dispositivos como as demissões coletivas, os circuitos de mobilidades administrativas e contratuais, a “caixa de integração extraordinária”.¹¹ Convém destacar que já ocorreram inúmeras tentativas para normatizar, no sentido orgânico, o mercado de trabalho, considerando-o em suas diversas dimensões, endereçadas sobretudo à “política ativa de emprego”.¹²

A tradição de luta solidária fez do posto de trabalho o centro dos conflitos entre as classes sociais nos anos 60 e 70. Diante da declarada crise econômica dos anos 70, na Itália, aquela tradição de pluralismo sindical e de unidade da ação foi decisiva para a negociação nacional e para valorizar a experiência dos Conselhos de Fábrica. A recessão produtiva que se seguiu à crise não foi capaz de deter o ímpeto agressivo do movimento que, pelo contrário, alargou a sua temática reivindicativa também aos aspectos sociais, como os transportes, a moradia, a saúde. A descrição do quadro do sindicalismo da época nos é fornecida por dois estudiosos em plena conjuntura antes da reforma:

Como manter, renovando-a, uma iniciativa contratual que não pode ser abandonada, porque constitui o núcleo do ofício da representação sindical, mas que tem reunido muitos objetivos tradicionais, como na forte área da indústria, e que deve estar de acordo com as exigências crescentes das compatibilidades econômicas gerais e de gestão da empresa; como preparar um sindicato ainda industrialista a transformar-se em uma sociedade pós-industrial que vê crescer o colarinho branco do terciário e diminuir os azuis, às amarras com uma cultura pós-burguesa que privilegia o consumo, não a poupança, a oportunidade de ganho, não o trabalho institucional, a evasão, não a obrigação; como exercitar o papel de sujeito político capaz de contribuir, com as especificidades nos confrontos daqueles, à

reconstrução de equilíbrios socialmente vitais em terrenos incendiados pelas ricas corporativas?¹³

Até meados da década de 80, as relações dos sindicatos com o Estado detiveram poder através da indicação por parte daqueles, de soluções aos problemas de regulamentação do trabalho e da sua escassez. Foi o advento da *concertazione*, isto é, um período de negociações gerais e acordos. Esta forma de contratação centralizada, praticada pela maior parte dos sindicatos como um tipo de contratação fortemente politizado, pode ser considerada uma das causas da crise de representação sindical que se seguiu àquele período.¹⁴ Por isso, os anos 80 foram reconhecidos como uma fase de enfraquecimento dos sindicatos, na Itália, e em quase todos os países da Europa ocidental.

A contratação coletiva é o método de ação sindical no sistema italiano de relações industriais e apresenta-se articulada em diversos níveis — interconfederacional, de categoria, empresa e territorial. Entre estes níveis, o contrato nacional de categoria deteve o eixo do sistema contratual desde os anos 50. As organizações de empresários reconheceram a importância do contrato coletivo nacional como elemento de estabilidade para o sistema, principalmente pela quantidade de pequenas empresas que compõem a maior parte da estrutura produtiva italiana e para as quais a contratação nacional é a mais praticável.

Na última década, manifestou-se a tendência a uma descentralização contratual que, estimulada pela iniciativa empresarial na adoção de novas tecnologias para a produção flexível, redimensionou a relevância da contratação interconfederações. Está em curso um processo de adaptação das relações de trabalho às novas exigências de flexibilidade da produção desde os anos 80, ou seja, um novo modelo de negociação, representado pela fragmentação, enquanto as negociações acabam por se tornar o único âmbito para poder efetuar uma classificação de ocupações e profissões, da jornada de trabalho e de salário.¹⁵

Uma comunicação do “Osservatorio del Mercato del Lavoro” produziu uma síntese da situação diante das mudanças recentes, na Itália: do sistema capitalista:

os mecanismos rígidos e fortemente burocratizados de regulamentação do mercado de trabalho, a forte pressão fiscal que penaliza o empregador e o trabalhador recaindo sobre o salário bruto (cerca de 50-60%), acompanhados pela tradicional hos-

tilidade do sindicato para com as formas do trabalho precário e de qualquer modo diverso daquele típico, fizeram com que a flexibilidade requerida pelo sistema produtivo fosse obtida por outras vias. Um complexo “mix” de descentralização da atividade produtiva, de uso do trabalho clandestino (*nero*), sem garantias e do recurso às amortizações sociais constituiu a receita italiana à flexibilidade. A menor subordinação das empresas de pequena dimensão (com menos de 5 empregados) seja aos vínculos legislativos, sobretudo em matéria de demissões, seja aos controles e às pressões sindicais, tem tornado possível para as grandes empresas uma vantajosa descentralização produtiva; pela maior flexibilidade do trabalho nas linhas de produção, as empresas maiores se beneficiaram. Frequentemente, o recurso ao trabalho clandestino, principalmente por parte das mínimas empresas (*piccolissime*), fez com que fosse evitado qualquer tipo de custo de ajustamento. As grandes empresas puderam congelar os excedentes de mão-de-obra graças à Caixa de Integração – *Cassa Integrazione Guadagni* – CGI.

Na realidade, a convergência dos efeitos da reestruturação produtiva — que se firmou durante os anos 70 com a diversificação da força de trabalho e as relações de trabalho não regulamentadas, a segmentação dos interesses dos trabalhadores, a busca de flexibilidade por parte das empresas — tem forçado novas relações entre sindicatos e empresas. A perda da identidade da massa de trabalhadores e a ineficácia da ação coletiva dos sindicatos, presa ao paradigma tradicional da ação, tendem a criar novos modos de se relacionar com os trabalhadores.

O sindicalismo italiano, com sua tradição combativa, ressentido-se, no momento, com o desaparecimento dos valores de luta compatíveis com uma realidade mais homogênea e previsível da produção em massa de produtos e também dos homens nas fábricas. O quadro da reorganização do trabalho exige a formação de novas identidades para novos trabalhadores. Este é um longo processo marcado pela diversidade e instabilidade como uma variável constante.

Palavra de ordem: “conhecer o mercado de trabalho”

Desde o início da década de 80, uma estrutura oficial desafia cada uma das regiões político-geográficas italianas à percepção das dinâmicas ocupacionais e os acertos das necessidades de formação profissional.¹⁶ Existem vários observatórios sobre o comportamento do mercado de trabalho a partir de referências territoriais, sob a direção geral do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Esses observatórios desenvolvem atividades de pesquisa para compreender rápida e analiticamente a evolução a curto prazo do mercado de trabalho regional e local.

São obrigações dos observatórios: a análise do mercado de trabalho local em sua articulação territorial, empresarial e profissional e relativas variações, a averiguação dos fluxos ocupacionais de emprego, desemprego, mobilidade intersetorial, alterações de posições ou profissionais, a análise dos fenômenos ocupacionais próprios da imigração estrangeira, por exemplo. É seu objetivo a construção de quadros informativos das mudanças estruturais relativas, com a colaboração de outras organizações estatais, como a União Regional das Câmaras de Comércio, as instituições de pesquisa, as organizações sindicais e empresariais.¹⁷

O estudo sobre o mercado de trabalho sob a perspectiva do emprego/desemprego

Para Reyneri e Pugliese, superar a contraposição entre emprego e desemprego é compreender a natureza complexa, articulada e multidimensional deste fenômeno social que prescinde de um esquema rigoroso de interpretação. Recomendam considerar os limites e os problemas da definição usual de desemprego, de origem keynesiana, que ressalta uma parte do conjunto da oferta de trabalho absorvida pelo sistema produtivo.¹⁸ O fenômeno do desemprego requer uma definição precisa e um tratamento histórico que destaque o fato de existirem várias formas de desemprego analisadas com critérios diversos. Deste ponto de vista, a resolução do 13º Congresso Internacional de Estatística do Trabalho, realizado em Genebra, em 1987, referencia o desemprego não só como ex-

pressão da falta de trabalho, mas também como a situação de procura ativa de trabalho e a disponibilidade em procurá-lo.

Análises recentes do mercado de trabalho procuram valorizar o ensinamento de Solow (1994) em uma pesquisa clássica-contemporânea, que explora a singularidade da mercadoria trabalho, em comparação às demais. Considerado uma instituição social, o mercado de trabalho funciona na condição de vínculos ameaçados por aqueles que nele operam, visto que os interesses em jogo não são os mesmos. Modelos mecânicos de oferta e demanda distorcem a interpretação e não levam em conta as regras de equidade, cujo papel emotivo e simbólico nas relações industriais encontra-se implícito nas formas de negociação e contratação. A percepção de tais particularidades conduz as investigações sobre mercado de trabalho e pressupõe uma escolha metodológica – seja a abordagem comparativa ou aquela das diferentes posições entre os sociólogos e os economistas, ou do aproximar-se a economia às leis, ou dos estudos em escala macrossocial e outros que se fixam nas explicações microssociais, seja na acurada elaboração de critérios e de indicadores analíticos.

Pesquisadores italianos se certificaram da existência não de um, mas de diferentes mercados de trabalho, resultantes da coexistência das sociedades nacionais e locais e, também, das diferentes culturas e instituições, do caráter inusitado do mundo do trabalho. O trabalho encontra-se fragmentado concreta e conceitualmente — trabalho contratual, formal, autônomo, sem garantias, clandestino (*nero*), possível, irregular ou descontínuo (*saltuario*), trabalho provisório (*interinale*),¹⁹ por turnos, trabalho eventual (*casuale*),²⁰ precário ou marginal, trabalho *pro-tempore*, sazonal, teletrabalho ou trabalho à distância, trabalho subordinado, meio expediente, meia jornada ou *part-time*, trabalho integral ou *full-time*, trabalho oculto (*sommerso*),²¹ trabalho intermitente (*temporaneo*),²² em tempo parcial, trabalho extraordinário, infantil, juvenil, feminino, em domicílio, trabalho doméstico ou funcional (*lavoro ombra*) etc. São todos tipos novos e velhos de atividades que se intercambiam, sobrepõem-se e se combinam, dificultando a regulamentação social do trabalho.

O trabalho irregular, muito difundido na Itália, pode ser considerado um elemento relativamente permanente do funcionamento do seu mercado. Desde os anos 70 a literatura italiana define o trabalho irregular como uma relação de trabalho que não respeita a legislação vigente, enfrentando assim, o problema de determinadas relações de trabalho. Em contraposição, o trabalho regular refere-se àquela relação de trabalho institucional em conformidade com a legislação vigente. Entre trabalho

totalmente regular e totalmente irregular há um *continuum* de posições caracterizadas por um grau maior ou menor de irregularidade. Um trabalho totalmente irregular é um trabalho oculto, no sentido de que um trabalho com este tipo de necessidade foge de qualquer forma de previsão pela lei.

Alguns problemas relativos à mensuração do trabalho do ponto de vista estatístico podem ser detectados. Existem duas áreas, uma de possível visibilidade (do trabalho regular) e uma outra, não observável diretamente (do trabalho irregular), que oportunizam estimar o volume de trabalho, considerado um elemento fundamental para a reconstrução das contas nacionais. Por esta razão o ISTAT — Instituto de Estatística da Itália — modificou as suas metodologias de análise nos anos 80, chegando a uma reavaliação do produto nacional. A partir de uma melhor estimativa do volume de trabalho expresso de maneira aproximada, através da chamada “unidade de trabalho”, objetiva fornecer o quadro do emprego interno no país.²³

Algumas faixas da população são mais vulneráveis e adaptadas ao trabalho irregular, como os estudantes, as donas-de-casa, os aposentados, os dependentes da caixa integração de salário (*cassaintegrati*), os inscritos nas listas de mobilidade, os imigrantes extracomunitários. Realmente, o trabalho irregular e as formas atípicas de trabalho, que incentivam uma maior flexibilidade do trabalho e são motivo de preocupação por não terem uma necessária regulamentação, constituem duas coisas que se combinam. Com o crescimento do emprego precário, dos contratos temporários (*a termine*) e dos contratos que requerem a renúncia a determinados direitos, observa-se um retrocesso dos direitos conquistados pelos sindicatos e pelos trabalhadores, como sendo uma tendência universal.²⁴ São muitas as críticas à flexibilidade do trabalho na Itália. Ainda que considerado um termo desagradável, a flexibilidade não é somente uma necessidade das empresas, mas também dos trabalhadores, na medida em que, para eles, o problema é encontrar um ponto de equilíbrio entre a busca de eficiência por parte das empresas e a crescente necessidade de conciliar a atividade profissional com as responsabilidades familiares ou outros encargos privados.²⁵

Particularidades do mercado de trabalho italiano

O desenvolvimento do mercado de trabalho italiano no pós-guerra pode ser dividido em dois grandes períodos. O primeiro caracteriza-se por um paralelo de crescimento moderado do emprego e do desemprego. É a chamada fase do “milagre industrial”, em contraste com uma agricultura decadente e o desenvolvimento desordenado de um terciário público e comercial, sobretudo no sul da Itália. O outro período é marcado por duas datas: uma, em 1972, quando o emprego total atinge um mínimo, e outra, em 1992, quando a crise econômica provoca uma queda do emprego e eleva a taxa de desemprego para além de 13%, um nível nunca atingido desde a guerra. Essa taxa golpeia também as regiões do Centro e Norte, as mais desenvolvidas da Itália.

A tendência a mudanças no mercado de trabalho italiano são sintetizadas por Reyneri: uma maior segmentação territorial, dadas as diferenças regionais, também por causa da queda da mobilidade interna; a crescente presença da mulher no mercado, em função de uma transformação histórica da estrutura familiar e da escolaridade feminina; um modelo de desemprego deveras peculiar concentrado entre os jovens e as mulheres, enquanto os homens adultos debilmente mantêm o pleno emprego; a afirmação de uma fragmentação nos comportamentos da oferta de trabalho, fruto das motivações subjetivas; uma progressiva desregulamentação, a qual não é acompanhada da redução das diversas formas de trabalho clandestino; o retorno da importância das relações pessoais no encontro entre a demanda e a oferta de trabalho.²⁶

Frente a uma realidade marcada pelo dualismo contextual entre a região centro-norte e a meridional (Mezzogiorno), Pugliese enfatiza que o aumento do desemprego total, estimado em cerca de 2 milhões e 650 mil pessoas, com uma taxa próxima a 10,9%, nos primeiros anos 90, teve como consequência um aumento da concentração territorial. O número de desempregados das regiões do sul superou, então, aquele do conjunto e das outras regiões do país, atingindo um milhão e 600 mil pessoas, com uma taxa de desemprego equivalente a 19,9%.²⁷ Estudo atualizado da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE – revela que a Itália, em 1996, tinha uma taxa de desemprego estrutural – aquela que não está ligada aos ciclos conjunturais – equivalente a 10,6% da população ativa, abaixo apenas da Espanha (20,9%), Finlândia (15,4%) e Irlanda (12,8%) e idêntica à da Bélgica.²⁸

Dadas as situações de convivência social e geográfica e, também, concorrencial em termos econômicos e políticos, a Itália tende a comparar-se com outros países europeus. O seu *déficit* público é considerado o mais alto em relação aos países vizinhos e mostra-se como obstáculo a superar. Também, o marcado distanciamento entre as taxas de desemprego no Norte e no Sul é considerado uma especificidade sua. Como aquele de outros países comunitários, o mercado de trabalho italiano assiste à concorrência entre desempregados de todas as idades, sexo e nível cultural e à pressão migratória dos países pobres europeus e extraeuropeus. A situação agrava-se com um outro fenômeno presente nas tendências do mercado de trabalho e nas perspectivas ocupacionais, isto é, o problema da livre circulação dentro da Comunidade Européia, da força de trabalho com média e alta escolaridade.²⁹

Com base em dados sobre a composição do sistema do mercado de trabalho italiano, Treu revela algumas diferenças com outros países: as taxas de atividade, ou seja, a taxa entre a força de trabalho e a população, os níveis de ocupação juvenil, em particular feminina, o *part-time*, as taxas de escolaridade, indicadores abaixo da média dos países industrializados.³⁰ Para Brunetta, o problema do mercado de trabalho italiano não é tanto aquele de ter desempregados demais, mas o de ter poucos empregados na economia regular.³¹ Hoje, à frente de dois milhões e setecentos e cinquenta mil desempregados (12% da força de trabalho), existem 20 milhões de ocupados explícitos, que mantêm 35 milhões de não-trabalhadores. Essa baixa taxa de ocupação oficial significa que sobre um número limitado de produtores pesa a sustentação do país; enquanto uma formação não-adequada da população dificulta responder aos desafios colocados pela introdução de novas tecnologias. Como em outros países europeus, as tendências do mercado de trabalho italiano são incertas, não somente em razão do processo de reestruturação produtiva, da queda do trabalho substituído por equipamentos microeletrônicos e pelo ingresso da informática nos diversos setores, mas porque a complexidade do mercado está na dependência de políticas econômicas a reboque do débito público, do combate à inflação e de tantos outros problemas internos, não obstante a Itália tenha apresentado a retomada da exportação nos anos 90.

O mercado de trabalho na Lombardia

Para exemplificar parte significativa do mercado de trabalho na Itália, a escolha recai sobre a Lombardia, uma das regiões mais desenvolvidas ao Norte da Península.³² Trata-se apenas de um recurso analítico-ilustrativo. O sistema produtivo lombardo tem demonstrado boa capacidade de adaptação à reestruturação industrial dos anos 80 e, em particular, na manutenção da estrutura de pequenas e médias empresas, própria da região, que saiu reforçada daquele período de mudanças.

Relatório de pesquisa apresentado pelo Observatório do Mercado de Trabalho da Região da Lombardia, de 1995, permite perseguir a sua *performance* produtiva retomada na metade de 1993, depois da recessão dos primeiros anos da década de 90. Entretanto, os efeitos sobre o mercado de trabalho não são ainda evidentes: o emprego, em geral, diminuiu somente para 0,5% em relação a 1,6% registrado em nível nacional, enquanto na indústria o emprego continua em redução, com queda de 3,3% entre janeiro e julho de 1995, em contraste com o mesmo período de 1994. A contração da base produtiva determinou um achatamento dos níveis de ocupação na Itália, mas na Lombardia manifestaram-se, desde 1991, com uma certa antecipação em relação ao resto do país.

A redução dos empregados diz respeito, primeiramente, às empresas que investiram maciçamente em processos de reestruturação. A propósito, as grandes empresas continuam declarando um excesso de mão-de-obra em relação àquela que precisam. Por outro lado, a flexibilidade das empresas menores consente-lhes uma mais rápida e progressiva aproximação às condições de equilíbrio. Estes grandes redimensionamentos ocupacionais têm afetado principalmente os ramos mecânico e têxtil da indústria e o comércio do setor de serviços. Segundo dados do ISTAT, a ocupação industrial continua a reduzir-se com a perda de cerca de 20 mil postos de trabalho de empregados registrados, em média, em 1994, com relação a 1993, na Lombardia.

A taxa de desemprego atingiu 7% em outubro de 1994, enquanto nos primeiros três trimestres de 1995 registra-se uma progressiva redução, até atingir 5,9% em julho. A redução dos desempregados entre janeiro e julho de 1995 foi causada pela baixa de pessoas à procura de trabalho (-11.000) e de desempregados no sentido estrito (-4.000), sinais ulteriores de que se atenuam os processos de reestruturação e de redução das atividades, que caracterizaram a fase recessiva. O decréscimo da força de

trabalho e de emprego deveu-se, principalmente, ao componente masculino, enquanto o desemprego não atingiu de todo a faixa feminina. Os dados relativos a 1995, por outro lado, indicam que a retomada do ritmo de crescimento econômico favoreceu, principalmente, os homens, enquanto aumenta o número de mulheres desempregadas com precedentes de trabalho. Uma vez despedidas, as mulheres têm mais dificuldade de reinserir-se no mercado. Dois aspectos, portanto, se destacam: a heterogeneidade do mercado de trabalho e o desequilíbrio do emprego tão relevante entre homens e mulheres, já que a participação feminina no trabalho não demonstra uma recuperação do diferencial.

O mercado de trabalho lombardo constitui um forte polo de atração para a mão-de-obra estrangeira. Os cidadãos extracomunitários encontram postos de trabalho, preferencialmente, na indústria e no setor terciário, este identificado principalmente ao trabalho doméstico e a serviços públicos, ocupações de menor aceitação por parte dos trabalhadores italianos. Os imigrantes oriundos de países externos à comunidade europeia estão mais expostos ao trabalho irregular, em função também da imigração clandestina, comum na periferia de Milão, capital da Lombardia. A imigração extracomunitária, de fins dos anos 80 e da primeira metade da década de 90, recolocou em escala internacional alguns problemas da imigração interna dos anos 50, quando os italianos das áreas mais pobres do Sul afluíram ao chamado “triângulo industrial” do Norte.³³ Vigorava, então, uma lei que reforçava a legislação fascista contra o êxodo rural que impedia a concessão de comprovante de residência a quem não tivesse um trabalho regular e vice-versa.

Cresce a quota de trabalho autônomo, na Lombardia. O percentual dos autônomos sobre o total da população em condições profissionais já era elevado em 1981 (20.1%), chegando a 25.2% dez anos depois. Esta tendência não pode ser subvalorizada, pois modifica as concessões de trabalho no conjunto dos empregados, principalmente porque o aumento do trabalho autônomo e da pequena empresa têm representado a resposta específica do sistema econômico às crescentes exigências de flexibilidade.

Na Lombardia é relevante a utilização de contratos atípicos, enquanto são menos difundidas as formas de trabalho clandestino e outras de trabalho irregular. Das formas atípicas de trabalho, a mais utilizada é aquela por tempo determinado, que compreende 25.6% dos trabalhadores, seguida pelos contratos de formação trabalho (10.1%), por aquela em tempo parcial (19.4%) e pelas transformações de jornadas de trabalho de tempo integral em tempo parcial (3.6%). Em Milão e Como, as quotas de

contratos atípicos são superiores à média regional, respectivamente com 48.5% e 55.6%. Provavelmente, a elevada utilização dos contratos atípicos nestas províncias pode ser imputada à sua composição setorial, concentrada no terciário e nas produções industriais tecnologicamente avançadas.³⁴ Ainda que a realidade do trabalho atípico apareça subdeterminada, na Itália, se confrontada com outros países industrializados europeus, apresenta-se como um dos mercados majoritariamente regulamentado, pois o controle estatal sobre as relações de trabalho e sobre as demissões é particularmente extenso.

Movimento recente da parte dos sindicatos da Lombardia procura mostrar que a retomada econômica dos anos 90 findou e que o desenvolvimento industrial está parando, com 238 empresas em crise na região, ao término do primeiro semestre de 1996, contra as 123 do fim do ano anterior. Os trabalhadores envolvidos são 34.235 e destes, 14.058 abrigam-se sob o sistema da caixa de integração salarial (*cassa integrazione guadagni*, v. nota 11) e parcela significativa dos desempregados tem mais de 40 anos.³⁵ Se em 1996 os desempregados italianos apresentavam ligeiro aumento e representavam 12.1% da população ativa, na Lombardia eram apenas 6% da força de trabalho potencial em nítida diminuição em relação ao ano precedente, quando a taxa de desemprego foi de 6.4%.³⁶

Mudanças significativas foram introduzidas, nos últimos vinte anos, no que tange à regulamentação do trabalho, que consentiu a utilização mais ampla dos contratos atípicos, sobretudo por tempo determinado e *part-time*.³⁷ Em geral, o sindicalismo italiano tem olhado com muito ceticismo tal instrumento, assim como outras fórmulas de trabalho por tempo reduzido, principalmente pelo temor de dificuldades na sua gestão quando da contratação coletiva. Somente nos anos recentes os sindicatos têm-se mostrado mais favoráveis à utilização do *part-time*.³⁸

A necessidade de regulamentação do trabalho

A preocupação com a regulamentação atualizada do trabalho e do mercado é uma constante na literatura italiana sobre a matéria, a qual não se limita a interpretar os fatos e os dados, mas propõe medidas no sentido de assegurar certa ordem social. A sua qualidade é ser crítica da atuação, seja momentânea, seja histórica, dos diversos segmentos sociais

envolvidos, fazendo uma avaliação da possibilidade estratégica de cada qual sobre a dinâmica das relações de trabalho. Assumem relevância as abordagens que reúnem a reflexão sociológica e a da economia ao tratamento jurídico.

É uma tendência entre os autores italianos pensar a flexibilidade do trabalho e propor novas formas de tutela para os trabalhadores. Com base em análise do papel histórico dos sindicatos e do Estado, através de seus instrumentos de intervenção social como o direito do trabalho, Ichino propõe uma mudança de ordem da tutela oferecida ao trabalhador, isto é, estender a tutela da relação de trabalho ao trabalhador no mercado.³⁹

Esta tese implica numa série de constatações e de propostas alternativas, nenhuma delas isolada: a) redução da taxa geral de sindicalização dos trabalhadores empregados nos últimos 15 anos; b) tendência à redução do tecido produtivo no qual se aplica a tutela “forte” do trabalho, com o aumento de pequenas empresas, onde o sindicato não consegue ser ativo; c) cerca de 46% da força de trabalho italiana está privada da tutela nos respectivos lugares de trabalho; d) o mercado de trabalho se apresenta dividido entre o trabalho irregular e o desemprego, sobretudo o juvenil; e) assimetria disfuncional no sistema de tutela de trabalho privilegia a defesa dos trabalhadores nas empresas e oferece reduzidos serviços de colocação, gestados pelo Estado em regime de monopólio; f) fraqueza do trabalhador na relação contratual com as empresas, enquanto ao mesmo tempo se encontra indefeso no mercado de trabalho; g) carência de informações circulantes sobre o mercado de trabalho.

Ao constatar situações que dificultam o sistema de proteção ao trabalhador italiano, Ichino propõe a criação de serviços de informação relativos ao mercado de trabalho. A idéia é formar uma rede de capilaridade informativa capaz de trazer benefício tanto aos empregadores, quanto aos trabalhadores, subordinados ou autônomos, desqualificados ou profissionalizados, dentro ou fora do aparato de um emprego público ou privado. O pressuposto implícito a essas complexas situações é a igualdade no tratamento jurídico do trabalho.

Para propor a extensão dos benefícios a todos os trabalhadores, Ichino utiliza a teoria *insider-outsider*,⁴⁰ explicando a concorrência e o possível equilíbrio no mercado de trabalho. Para essa teoria, o conjunto dos trabalhadores com experiência no interior das empresas (*insiders*) não são perfeitamente intercambiáveis com os trabalhadores, que podem estar desempregados ou ser trabalhadores irregulares (*outsiders*). Enquanto os *insiders* geram lucro ao operar de modo coordenado com o aparato

empresarial e gozam de poder contratual, os *outsiders* não conseguem participar da repartição do valor gerado e isto provoca uma diferença de interesses.

A análise do atual sistema de tutela do trabalho traça um quadro sobre a regra da inderrogabilidade dos padrões de tratamento, sobre o qual se funda o sistema, ao criar uma cidadela por parte de um setor da força de trabalho, em contraste àquela dos desempregados.⁴¹ Ichino propõe a prática de políticas que favoreçam um maior intercâmbio entre *insiders* e *outsiders*, no caso em que não seja possível alargar as políticas de expansão da demanda, em função da existência de “espaços relevantes para intervenções que consintam uma melhor repartição do risco do desemprego sem o enfraquecimento das tutelas inderrogáveis que a consciência social e uma avaliação racional impõem conservar”.⁴²

O argumento prende-se ao fato de que *insiders* e *outsiders* podem estar co-interessados na manutenção ou incremento dos níveis da tutela inderrogável das condições de trabalho, na medida em que poderiam beneficiar-se anuindo ao trabalho regular e tutelado. Onde é possível assegurar um posto de trabalho regular a aqueles que o procuram, Ichino considera requisito essencial de legitimidade constitucional do conjunto de tutelas, a inderrogável ativação de medidas que assegurem, pelo menos, um adequado *turn over* das fileiras dos *outsiders*, eliminando ou reduzindo ao máximo o fenômeno do desemprego prolongado.

Entre as medidas visando a reforma do mercado de trabalho, com o necessário reequilíbrio do ordenamento jurídico-trabalhista, está o empenho dos sindicatos confederais em implementar uma rede de serviços no mercado de trabalho. Cabe também, a eles, acolher sob sua representação o consenso majoritário, inclusive os *outsiders*, abrindo a própria organização aos seus interesses, representando-lhes em contratos coletivos dotados de eficácia *erga omnes*.

O diálogo entre as partes sociais toma uma perspectiva obrigatória, pois a desconcentração produtiva e a conseqüente descentralização do trabalho requerem um quadro normativo e político do direito da flexibilidade. A alternativa à rigidez é a flexibilidade negociada, segundo Ghera. Esta flexibilidade significa diversificação à disciplina das relações de trabalho. Para ele,

dependerá do comportamento – puramente defensivo ou propriamente promocional – do sindicato, a contratação coletiva ser capaz de negociar com as empresas um estatuto de prote-

ção dos trabalhadores, não mais unificado e incompreensivo, mas articulado e diferenciado em função da flexibilidade espacial e temporal requeridas pelas empresas e pelos próprios trabalhadores.⁴³

A idéia é a abertura dos direitos sociais, que deverão ser garantidos não apenas na relação de trabalho, mas como cidadania, ou seja, o governo da flexibilidade assumiria o risco social pela precariedade do emprego e insegurança do rendimento.

As políticas do Governo italiano procuram superar delineamentos tradicionais, tornando mais flexível o mercado de trabalho. Pretendem passar das políticas de sustentação do emprego à abolição do monopólio público da colocação, com a introdução de formas controladas de concorrência privada da parte dos operadores privados no mercado de trabalho, atendendo à problemática dos trabalhadores socialmente úteis,⁴⁴ o trabalho provisório, a formação, o contrato por tempo determinado, a jornada reduzida e/ou o *part-time*, o salário flexível e a experiência do horário de trabalho. O objetivo das políticas que vêm sendo estudadas é de superar a excessiva proteção dos postos de trabalho e dos trabalhadores empregados, em prejuízo dos não-empregados. Com este procedimento o governo espera romper a rigidez externa do mercado de trabalho e contribuir, assim, para a diminuição do contingente de desempregados e reduzir as dificuldades dos jovens em encontrar ocupação. Está em jogo a extensão do direito do trabalho.

Trabalho, direito e política se conjugam

Tem sido uma tendência, na Itália, a preocupação em definir políticas de trabalho, integrá-las e reportá-las à resolução dos problemas nacionais e àqueles internos de cada região e de cada setor produtivo. Estão presentes prementes exigências para operar como país, em nível continental, realizando a integração européia proposta inicial e formalmente no Tratado de Maastricht, em 1993.⁴⁵ De fato, o fantasma do desemprego está sempre rondando, ao se tratar de políticas de trabalho. Por isso, é exposto a cada Governo um conjunto de disposições em matéria de sustentação do emprego. Combinam-se, pelo menos, três linhas de ação

para enfrentar o problema do desemprego: 1. Investimentos seletivos, sobretudo nas grandes infra-estruturas e em novos setores com alta intensidade de trabalho; 2. Medidas de flexibilidade do mercado de trabalho; 3. Investimentos em educação, informação e em pesquisa para valorizar ao máximo a qualidade do “capital humano”.⁴⁶

Embora as políticas calibradas em *mix* estejam presentes nas iniciativas recentes do Governo italiano, cresce a apresentação de projetos de leis e críticas correlatas no âmbito político e acadêmico.⁴⁷ Observamos, em certa medida, resultados coordenados e imediatos em algumas iniciativas institucionais em diferentes níveis. Aparece a consciência de que o desemprego é um mal de dimensões internacionais, em si desigual e que diz respeito a setores específicos na Itália.

Hoje, o sistema de regulamentação e de intervenções no mercado de trabalho recebe várias propostas de reformas, sintetizadas em dois temas:⁴⁸ a) a passagem de um sistema baseado em vínculos, incentivos e subsídios, para um sistema onde as políticas ativas de trabalho e os serviços a elas ligados tendem a assumir um papel maior; b) a descentralização das competências para as intervenções.⁴⁹

O debate se baseia em dados da conjuntura atual e propõe discutir a eficácia das políticas de trabalho. Entre estas, estão em evidência os contratos de seguros (caixa de integração, indenização de desemprego), as políticas previdenciárias (pré-aposentadorias) e as políticas de incentivo difuso (fiscalização dos encargos sociais). O problema da divisão de competências apresenta-se ligado a um arranjo institucional do mercado de trabalho, que mescla as competências estatais e descentralizadas, com prevalências regionais, com intervenções por parte das câmaras das províncias, com inevitáveis contradições.

Aproveitando a atual conjuntura de reformas políticas, a CGIL – Confederazione Generale Italiana del Lavoro – manifestou posição através de Grupo de Trabalho de Consulta Jurídica e apresentou uma Proposta de Texto Único sobre o tema do mercado de trabalho.⁵⁰ O objetivo de tal plataforma política, com oito propostas de lei, é inserir os sindicatos no debate geral.⁵¹

As principais políticas de trabalho, da colocação à fiscalização dos encargos sociais, da orientação profissional à administração da *Cassa Integrazione*, dos subsídios ao desemprego, são todas de competência estatal e está em curso uma discussão que visa reorganizar o Ministério do Trabalho e introduzir um instrumento mais profundo de descentralização no que diz respeito à distribuição das funções entre poderes e instituições nacionais, e poderes e instituições regionais.

A centralização que tem caracterizado a tradição das políticas de trabalho cederia lugar a uma descentralização, sem ocorrer a perda do controle das políticas de trabalho por parte do Estado. Sobre este aspecto realiza-se ora, na Itália, um longo debate sobre o papel do Estado no mercado de trabalho, ou seja, a abolição do monopólio público na mediação entre demanda e oferta de trabalho, a abertura da ação dos privados.⁵² O ingresso do interesse privado no campo da colocação é visto como um oponente que pode enriquecer a potencialidade de alocação do sistema no seu conjunto e, em tempo, produzir efeitos sobre a qualidade dos serviços prestados pelos escritórios públicos, além de definir o papel de controle e de direção de todo o sistema. A advertência prende-se à possibilidade de uma privatização selvagem dos mecanismos públicos de colocação da mão-de-obra.⁵³

Um dos aspectos das políticas formuladas quanto à contribuição dos sindicatos é aquele do sistema de formação, cujas debilidades se revelam, sobretudo, na fase de transição nos casos de reestruturação industrial e na adaptação contínua às variações organizativas e tecnológicas da produção. Treu avalia que a colaboração dos sindicatos, em relação às propostas de lei, inspira-se no clima favorável da retomada econômica na Itália e deve-se ao caráter responsável imprimido às relações sindicais, a partir do acordo triangular de 1992 e de 1993.⁵⁴ Outros autores pensam em políticas de emprego capazes de criar postos adicionais, e não apenas postos substitutivos, e políticas de trabalho que inovem as regras do mercado, e não se limitem a demoli-las.⁵⁵

Mercado de trabalho e impasses para a ação sindical

Parte da amplitude da crise atual do capitalismo reside no movimento de reorganização produtiva, que aumenta as diferenças entre as economias em concorrência, ao mesmo tempo em que aprofunda as desigualdades sociais e regionais existentes em cada país. As consequências deste movimento atingem os diferentes segmentos sociais e agravam a heterogênea composição do mercado de trabalho. Nele, o desemprego torna-se crônico e mostra uma face não-usual, pois afeta a vida de pessoas que ainda não entraram no mercado de trabalho ou que o fizeram de modo precário. O fenômeno do desemprego prolongado vem se configu-

rando como um verdadeiro processo de empobrecimento e de exclusão social.⁵⁶

Para enfrentar as mudanças em nível produtivo, a clássica relação entre o capital e o trabalho ensaia novas soluções. Modelos alternativos de relações de trabalho vêm demonstrando, nos últimos anos, capacidade de reduzir os riscos e os custos do processo de racionalização produtiva, com diversas inovações organizativas que dispensam, inclusive, grandes investimentos na modernização tecnológica. Os efeitos desta posição integrada se fazem sentir diretamente sobre a participação dos sindicatos, cuja ação se torna ocasional e tantas vezes supérflua nas negociações; estas assumem formas individualizadas e contingentes, conforme orientação das empresas. Está em jogo um desafio aos sindicatos e à definição dos direitos individuais. Neste âmbito, para alguns estudiosos italianos, o sindicato poderá dar uma contribuição fundamental para as linhas mestras, os parâmetros e os critérios das contratações e negociações individuais que tendem a se expandir.⁵⁷ Eles são enfáticos: há que redefinir o direito do trabalho e, neste campo, o sindicato pode e deve ser sujeito propositivo.

O investimento em pesquisas, em programas de qualificação, na criação de novos postos de trabalho e incentivo à produtividade dos trabalhadores, em políticas de garantias ao emprego e ao trabalhador, se obriga a mudanças prementes na legislação trabalhista. Esta, por sua vez, não pode restringir-se à responsabilidade de juristas, pois requer a contribuição empírica necessária do aparato sindical. E, para isso, impõe-se a decisão de extensão dos direitos do trabalhador, com os sindicatos antecipando-se em dar cobertura tanto aos trabalhadores que estão à margem das garantias formais, quanto àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho.

Na verdade, a constante necessidade de alteração nas formas de relacionar o capital e o trabalho tem levado os autores, entre eles os italianos, a pensar a implementação de uma nova fase de política de rendas que teria por objetivo

melhorar o entrosamento entre a força de trabalho e as formas de emprego derivadas do novo padrão tecnológico (qualidade produtiva, nível educacional, ocupação multidisciplinar etc.), assim como reduzir o grau de estranhamento que tende a ocor-

rer em relação ao restante da população economicamente ativa que permanece excluída do mercado de trabalho.⁵⁸

A dinâmica do mundo do trabalho, na realidade, ao não perder a sua capacidade organizativa, oferece perspectivas inusitadas para análises e intervenções. A internacionalização dos mercados, por exemplo, tornou vulneráveis tanto a lógica de regulamentação das relações industriais, quanto a lógica da ação sindical. As respostas dependem das possibilidades de estabelecer relações sindicais supranacionais ou mesmo avaliar as vantagens competitivas dos diversos modelos de relações industriais.⁵⁹ Apresenta-se, como necessidade estratégica, a luta por um sindicalismo internacional, que dialogue com outros setores da sociedade civil.⁶⁰ O desafio inclui o intercâmbio das experiências de contratação e de representação sindical. A chamada “crise do sindicalismo”, de natureza representativa, não mais pode estar centrada na crise econômica dos salários, que até agora foi o elemento unificador da reivindicação sindical. Combinam-se mudanças econômicas e de valores sociais que superam a estratégia salarial e gritam pela criação de empregos e pela representação dos trabalhadores fora do mercado formal.⁶¹

A questão de fundo é saber qual é o universo que o sindicato quer representar, o qual inclui as novas figuras do mercado de trabalho - desempregados, trabalhadores precários e do setor informal. Ou seja, é necessário alargar a base da representatividade para novas categorias de trabalhadores e incluir aquelas não abrigadas por contratos formais. Isso reforçaria a natureza democrática do sindicato e colocaria em discussão a sobrevivência mesma do sindicalismo.⁶²

O contexto de um mercado de trabalho fragmentado e a heterogeneidade do desemprego, tanto nos países de economia avançada como naqueles de desenvolvimento capitalista selvagem e desigual, comporta problemas à ação sindical, independentemente da sua tradição combativa ou da sua capacidade de participação política. Os sindicatos modernos encontram-se abandonados a si mesmos, acumulando dificuldades em nível macropolítico e no interior de sua própria estrutura, pois parte da sua crise originou-se nas alterações do papel do Estado, no que diz respeito à regulamentação do mercado de trabalho. Diante deste quadro de transformações sociais, os sindicatos não dispõem, atualmente, de um ponto de referência ideológico condizente com a sua origem histórica, que teria favorecido a ação coletiva. Além disso, estão desprovidos de um

suporte jurídico ágil que favoreça a sua inserção firme e reconhecida nas relações de trabalho e no interior das empresas.

Forçados a agir em favor de pessoas sem trabalho ou com um trabalho precário, os sindicatos vêem reduzir-se o campo de sua ação convencional — aquela do trabalho contratual e regulado. São obrigados a reinventar uma lógica de ação que possa superar a tradicional; uma ação capaz de comportar maior flexibilidade aos vários níveis das relações industriais, desenhando uma estrutura institucional em defesa dos trabalhadores empregados, mas também dos trabalhadores desempregados e daqueles que precisam ingressar no mercado.

A realidade do sindicalismo no mundo apresenta-se complexa e com elementos de novidade. O problema consiste no aumento considerável do número dos excluídos nas sociedades pobres, e mesmo nas avançadas onde existe aparato de proteção social, como uma das consequências da chamada globalização e do fato de que mudam as razões das relações entre os Estados e as economias. Há dificuldades em definir o exato limite da representação sindical. Faltam regras legítimas para reconhecê-la, enquanto muda o caráter do trabalho como processo social e diferentes atividades requerem uma transformação radical do sistema de tutelas ao trabalhador. A tudo isso, acrescenta-se a mudança na natureza do movimento sindical, ligada à crise de um modelo social de participação política, de negociação coletiva e de capacidade de representação.

Notas de Referência

¹ Esta é a proposta de AZNAR, G. *Lavorare meno per lavorare tutti; venti proposte.*, Torino: Bollati Boringhieri, 1994, enquanto ACCORNERO, A. *Ancora il lavoro; conversazione con Patrizio di Nicola.* Roma: Ediesse, 1995, pensa que essa seja apenas uma etapa de transição nas sociedades modernas que, de modo premente e necessário, pedem para regulamentá-la.

² ACCORNERO, A. *Op. cit.*, 1995.

³ Consultar ACCORNERO, A. *La parabola del sindacato; ascesa e declino di una cultura.* Bologna: Il Mulino, 1992, p. 280.

⁴ A expressão “relações industriais”, de origem inglesa, indica as interações próprias das sociedades industriais, que ocorrem entre os empregadores, os dirigentes e suas associações, os trabalhadores e suas organizações sindicais, o governo e a administração pública, quanto aos problemas relativos ao trabalho. A abordagem sistêmica de forte linha de regulação e institucionalização social do autor americano John Dunlop (1958) prevaleceu até a formulação de recentes críticas metodológicas. A destacar, ainda, análises comparativas e interdisciplinares sobre diversos aspectos das relações que se estabelecem entre os atores e as possíveis formas que tais relações possam assumir. Os autores sobre relações industriais procuram explicar os processos de constituição das normas e de sua dinâmica que possam provocar mudanças. Entre os diversos tipos de relações industriais pode ser considerado como um dos critérios o tipo de ação preponderante, distinguindo entre sistemas nos quais predomina o método da contratação coletiva e sistemas nos quais se mantém o recurso à pressão política. Outro critério refere-se à relação industrial como uma esfera restrita das relações entre trabalho e sindicatos, mas também às relações específicas entre sujeitos de todos os tipos de organizações e não somente daquelas industriais. Cf. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dizionario di Politica*, Torino: TEA, 1990 e, também, GALLINO, L. *Dizionario di Sociologia*. Torino: TEA, 1993.

⁵ O complexo debate entre as visões regulacionista e desregulacionista do mercado de trabalho vem ocorrendo em todos os países e divide os estudiosos. Se, para alguns, a desregulamentação visa quebrar a rigidez do mercado e redefinir o papel do Estado, para aqueles de tendência anti-liberal, as regulamentações exercem efeito protecionista. Essas diferenças de percepção apenas levantam a ponta do *iceberg* sobre a relação entre desregulamentação e flexibilização, que implica em estudo das formas de sociabilidade e sobrevivência dos homens em um sistema excludente como o capitalismo.

⁶ Neste campo, a bibliografia é extensa e detalhada. Entre as obras publicadas referenciamos: ACCORNERO, A. *La parabola del sindacato*. Bologna: Il Mulino, 1992. BAGLIONI, G. (Org.), *Le relazioni industriali in Italia e in Europa negli anni '80*. Roma: Ed. Lavoro, 1989. BRUNETTA, R. (Org.), *Retribuzione, costo del lavoro, livelli della contrattazione*. Milano: ETAS, 1992. CELLA, G. (Org.), *Nuovi attori nelle relazioni industriali*. Milano: Angeli, 1991. CELLA, G.; TREU, T. (Org.), *Relazioni industriali*. Bologna: Il Mulino, 1989. CROUCH, C.; PIZZORNO, A. (Org.), *Conflitti in Europa*. Milano: ETAS, 1977. CROUCH, C. *Relazioni industriali nella storia politica europea*. Roma: Ediesse, 1996. CHIESE, A.; REGALIA, I.; REGINI, M. *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995. GHERA, E. *La rappresentanza sindacale nei luoghi di lavoro 1970-1993*. Roma: SIPI, 1994. GHEZZI, G. *Il rapporto di lavoro*. 2.ed., Bologna: Zanichelli, 1995. LETTIERI, A. (Org.), *Ripensare il sindacato*.

Milano: Angeli, 1989. PACI, M. *Il mutamento della struttura sociale in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1985. PIZZORNO, A. (Org.). *Lotte operaie e sindacato in Italia, 1968-72*. Bologna: Il Mulino, 1974-76. PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993. ROMAGNOLI, U.; TREU, T. *I sindacati in Italia dal '45 a oggi: storia di una strategia*. Bologna: Il Mulino, 1981. REGINI, M. *I dilemmi del sindacato*. Bologna: Il Mulino, 1981. REGINI, M. *The future of labour movements*. London: Sage, 1992. VENEZIANI, B. (Org.). *Relazioni Industriali a contrattazione collettiva in Italia (1945-1988)*. Bari: Cacucci, 1988.

⁷ CARINCI, I.; DE LUCA, T.; TOSI, R.; TREU, T. *Diritto del lavoro e il diritto sindacale*. Torino: UTET, 1983. CINELLI, M. *La tutela del lavoratore contro la disoccupazione*. Milano: Angeli, 1982. CRISCI, N. *Lo statuto dei lavoratori*. Roma: Buffetti, 1987. D'ANTONA, M. *Lecture di diritto sindacale*. Napoli: Jovene, 1990. DI CERBO, F. *Il sindacato della giurisprudenza*. Milano: Giuffrè, 1990. FIORAL, *Il sistema sindacale italiano*. Milano: Giuffrè, 1991. GIUGNI, G. *Diritto sindacale*. 9.ed. Bari: Cacucci, 1991. GHEZZI, G. (Org.). *La disciplina del mercato del lavoro; proposte per un Testo Unico*. Roma: Ediesse, 1996. GOTTARDI, D. *Legge e sindacato nelle crisi occupazionali*. Padova: CEDAM, 1995. ICHINO, P. *Il lavoro e il mercato*. Milano: Mondadori, 1996. ROMAGNOLI, U., GHEZZI, G. *Diritto sindacale*. 2. ed. Bologna: Zanichelli, 1987. VENETO, G. *Il diritto del lavoro negli anni '90: nuove tematiche*. Bologna: Monduzzi, 1994. ZANELLI, P. *Nuove tecnologie, legge e contrattazione collettiva*. Milano: Giuffrè, 1993.

⁸ Para citar algumas revistas: Stato e Mercato, Rivista Giuridica del Lavoro, Prospettiva Sindacale, Sociologia del Lavoro, Rivista Critica di Diritto del Lavoro, Nuova Rassegna Sindacale, Economia del Lavoro, Rivista Italiana di Diritto del Lavoro, Rassegna Italiana di Sociologia, Quaderni di Sociologia, Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali, Politica e Economia, Sociologia e Ricerca Sociale, Democrazia e Diritto, Industria e Sindacato, Economia e Lavoro, Rassegna Sindacale, Lavoro Informazione, Lavoro e Relazioni Industriali.

⁹ O contraste entre este sindicalismo e a história sindical brasileira dá-se através da Constituição italiana de 1948, que pôs fim à herança corporativa própria da Carta do Trabalho do fascismo. Aquela Carta inspirou a Constituição do Brasil nos anos 30, cujos traços se fazem sentir ainda hoje no sindicalismo do país.

¹⁰ V. a proposito: ASSANTI, C. *Dallo statuto dei diritti dei lavoratori alla dimensione sociale europea*. Milano: Giuffrè, 1991; GARILLI, A.; MAZZAMUTO, S. (Org.). *Lo statuto dei Lavoratori: 1970-90*. Napoli, Jovene, 1992; ICHINO, P. (Org.). *Strategie di comunicazione e statuto dei lavoratori*. Milano: Giuffrè, 1992.

¹¹ A CGI – Cassa Integrazione Guadagni – é um dispositivo que permite ao trabalhador receber uma parte do seu ganho, que pode chegar até 80%, sem, porém, superar um teto máximo fixado pelo Ministério do Trabalho. Para Treu, a CIG merece uma avaliação positiva pelo fato de vir constituindo um instrumento eficaz de tutela do direito em favor das empresas em crise e do seus empregados; tem, ainda, promovido indiretamente a flexibilidade no emprego, enquanto favoreceu consistentes ajustes estruturais da indústria sem dispensas coletivas, além de ter possibilitado a formação de uma rede de proteção à presença e à ação sindical em face das reestruturações empresariais. In: TREU, T. (Org.). *Glossario italiano del lavoro e delle relazioni industriali*. Milano: Franco Angeli, 1992. Em 1977, uma nova lei ampliou o sistema da “Cassa Integrazione Guadagni” – CGI, criado em 1941, que constitui um sistema de proteção aos trabalhadores durante as crises conjunturais da produção, estendendo a mesma tutela aos trabalhadores desempregados devido às situações de crises estruturais. Foi então denominada “caixa integração extraordinária”.

¹² O conceito de “política ativa de trabalho”, originário da política keynesiana, evoluiu, na Itália, na forma de medidas de intervenção favoráveis à “transparência” dos mercados de trabalho, difundindo informações sobre a demanda e a oferta de trabalho. São mecanismos de mercado adotados pelo Estado mediante “serviços” ou “agências” de emprego, favorecendo a mobilidade dos trabalhadores e agindo sobre a qualificação e requalificação profissional. FREY, L. Sindacato, mercato del lavoro, occupazione. In: CELLA, G. P.; TREU, T. *Relazioni industriali*. Bologna: Il Mulino, 1984.

¹³ ROMAGNOLI, U.; TREU, T. *I sindacati in Italia dal '45 a oggi: storia di una strategia*. Bologna: Il Mulino, 1981, p. 325.

¹⁴ REGINI, M. L'evoluzione dell'azione sindacale in Europa, In: CHIESI, A.; REGALIA, I.; REGINI, M. (Orgs.). *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995, p. 96.

¹⁵ Cf. análises das negociações nos períodos 1983-84, 1986-87, 1989-90 publicadas por CESOS.

¹⁶ É oportuno assinalar como exemplo a série de documentos do CNEL, entre os quais se encontra aquele que trata a potencialidade da investigação comunitária sobre a força de trabalho e suas particularidades na Itália, a *Rilevazione Trimestrale sulle Forze di Lavoro* (RTFL), também se ocupa dos empregados suspensos do trabalho, dos aprendizes, daqueles que desenvolvem atividades de formação na empresa, dos empregados em regime *part-time* e dos empregados com contrato de trabalho por tempo determinado. V. Documentos 56, *Norme e metodi sul mercato del lavoro*, vol. III, Roma, 1994.

¹⁷ Cf. *Osservatorio Mercato del Lavoro, Regione Lombardia, Rapporto sul mercato del lavoro in Lombardia; la Lombardia oltre la crisi 1994-1995*, 1995.

¹⁸ REYNERI, E. *Sociologia del mercato del lavoro*. Bologna: Il Mulino, 1996 e PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993.

¹⁹ Trabalho provisório ou “de aluguel” é aquele gerido por agências que preferem assumir todos os riscos, como em algumas profissões: fotógrafos, modelos, artistas, etc. É um acordo trilateral entre a agência que aloca os serviços, o trabalhador e a empresa.

²⁰ Trabalho eventual é aquele que tem, geralmente, natureza ocasional e está ligado a variações de nível da atividade, devidas sobretudo a picos sazonais de demanda.

²¹ Trabalho oculto é aquele que não está submetido às autoridades administrativas e não recebe registro por não se enquadrar em um complexo de regulamentação, entre elas, leis fiscais e sindicais. Cf. CARBONI, C. *Lavoro informale ed economia diffusa*. Roma: Edizioni Lavoro, 190, *apud*. OSSERVATORIO, *op. cit.*, 1995.

²² Trabalho intermitente foi originalmente utilizado para fazer frente a circunstâncias extraordinárias como picos excepcionais de demanda ou ausência de um trabalhador devido a doença ou em caso de maternidade. Em muitos casos o trabalho intermitente inclui tipos de trabalhos segmentados que se alternam com períodos de emprego e de desemprego.

²³ A tipologia do ISTAT reclassificou o emprego interno da seguinte maneira: 1. Empregados regulares: são trabalhadores regularmente registrados pelas empresas [nei libri paga] e aqueles autônomos que desenvolvem a sua atividade em postos de trabalho identificáveis como sede de empresas, unidades locais, estabelecimentos, canteiros de obras...; 2. Empregados irregulares: trabalhadores empregados que desenvolvem a sua atividade em lugares de trabalho não identificáveis enquanto sedes de empresas, unidades locais, estabelecimentos, canteiros de obras... 3. Empregados não declarados: são pessoas que declaram haver realizado pelo menos uma hora de trabalho no período em referência; 4. Estrangeiros não residentes: são trabalhadores estrangeiros irregulares e/ou clandestinos e outras categorias de menor relevância quantitativa. In: ISTAT, *The underground economy in Italian economic accounts*. Roma, 1993, *apud*. OSSERVATORIO, *op. cit.*, 1995, p. 130-131.

²⁴ Essa tendência é particularmente evidente na adoção de estratégias diretas em aumentar a flexibilidade do trabalho, adverte CROUCH, C. *Relazioni industriali nella storia politica europea*. Roma: Ediesse, 1996, p. 338, pois tais estratégias podem servir para melhorar a capacidade do trabalhador, podem tornar os traba-

lhadores mais disponíveis e a aceitar que as condições de trabalho sejam determinadas unilateralmente pela direção das empresas singulares.

²⁵ Cf. GABAGLIO, E. La nuova frontiera del sindacato europeo, *Industria e Sindacato*. Roma, n. 6, p. 49-51. Sobre a flexibilidade do rendimento introduzida nos Estados Unidos, v. AMADEI, C.; VASTANO, S. Se sei flessibile ti danno la gratifica. *L'Espresso*, p. 153-157, 8 maggio 1997.

²⁶ Consultar REYNERI, E. Come cambia il mercato del lavoro. In: CHIESI, A.; REGALIA, I.; REGINI, M. (Org.). *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995, p. 25.

²⁷ Cf. PUGLIESE, E. *Op. cit.*, 1993, p. 160.

28 OCDE, 1997.

²⁹ VENETO, G. Occupazione e lavoro; spunti critici e ricostruttivi su: mezzogiorno, comunità europea e lavoro dei giovani e delle donne. In: _____. (Org.). *Il diritto del lavoro negli anni '90; nuove tematiche*. Bologna: Monduzzi, 1994, p. 15-30.

³⁰ Verificar TREU, T. Le politiche del lavoro del Governo italiano, *Diritto delle relazioni industriali*. Modena, n.2, p. 7-17, luglio 1995.

³¹ V. BRUNETTA, R. Il posto c'è e viene dal sommerso. *Il Sole 24 Ore*, n. 278, p. 16, giovedì, 10 ott. 1996.

³² A região Lombardia compreende 21 distritos, que perfazem 33% da população residente na região e daquela ativa, correspondendo a 31% dos empregados lombardos. A representividade dos distritos em alguns setores de especialização é elevada, como por exemplo, o têxtil (54%), o setor madeireiro (40%), o metal-mecânico (33%) e o de confecções (24%). Cf. OSSERVATORIO, *op.cit.*, 1995, p.5.

³³ O triângulo industrial italiano compreende três regiões: Lombardia (capital Milão), Vêneto (capital Veneza) e Piemonte (capital Turim), cujo consumo industrial de energia elétrica atinge 25.5%, 11% e 10.8%, respectivamente. Consultar *Atlante Geografico Metodico* - 1996/97, Novara, Istituto Geografico De Agostini, 1996, p. 95.

³⁴ A elevada utilização dos contratos atípicos não significa, necessariamente, maior precariedade da relação de trabalho. De fato, para o trabalho atípico, a legislação impõe ao empregado o mesmo tipo de encargos sociais que para o trabalho regular típico que, em alguns casos, resultam proporcionalmente maiores. O recurso ao trabalho atípico está mais ligado, portanto, a uma transformação no modo de produzir e de instaurar as relações de trabalho, que à possibilidade de rebaixar o custo do trabalho. Cf. OSSERVATORIO, *op. cit.*, 1995, p.7.

³⁵ Allarme dei sindacati, Il lavoro finisce anche a quarant'anni, *Il Corriere della Sera*, Milano, p. 42, martedì, 3 settembre, 1996.

³⁶ Segundo dados do relatório do IReR, Instituto Regional de Pesquisa, *In: Il Corriere della Sera*, 22 aprile 1997.

³⁷ Análises da evolução do mercado de trabalho nos países integrantes da Comunidade Européia mostram a recente expansão dos trabalhadores *part-time*, os quais têm representado o componente principal de crescimento do emprego nos anos 80 e nos primeiros anos 90, em muitos países. *In: OECD, The OECD Jobs Study*. Paris, 1994, *apud*. OSSERVATORIO, *op. cit.*, 1995, p. 23.

³⁸ Por parte dos empregadores, esses consideram custoso o recurso ao *part-time* em termos de reorganização de gestão dos processos produtivos, porque aquele sistema de encargos sociais se diferencia pouco daquele aplicado ao tempo integral; logo, a legislação não incentiva o *part-time*.

³⁹ Conforme a obra de ICHINO, P. *Il lavoro e il mercato. Per un diritto del lavoro maggiore*. Milano: Mondadori, 1996.

⁴⁰ São autores desta teoria: LINDBECK, A.; SNOWER, D. *The insider-outsider; theory of employment and unemployment*. London: The MIT Press, 1995.

⁴¹ No ordenamento italiano a inderrogabilidade é um dos perfis mais característicos da eficácia jurídica do contrato coletivo de trabalho, por estabelecer a disciplina da relação individual de trabalho, integrando e substituindo automaticamente as cláusulas diferentes do contrato de trabalho individual, com a única exceção daquelas mais favoráveis ao trabalhador. Cf. TREU, T. (Org.). *Glossario italiano del lavoro e delle relazioni industriali*. *Op. cit.*, 1992, p. 120.

⁴² ICHINO, P. A chi serve il diritto del lavoro, Riflessioni interdisciplinari sulla funzione economica e la giustificazione costituzionale dell'inderogabilità delle norme giuslavoristiche, *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*. Milano: Giuffrè, anno XII, fasc. 4, 1994, p.501.

⁴³ GHERA, E. La flessibilità: variazioni sul tema; nuovi scenari per il diritto del lavoro. *Industria e Sindacato*. Roma, anno 38, n. 6, p. 39, giugno 1996.

⁴⁴ Dada a relevância da proposta de possível estratégia dos trabalhadores socialmente úteis para por fim à expansão do desemprego, consultar LUNGHINI, G.; MAZZETTI, G.; MORANDI, B.; O'CONNOR, J. *Disoccupazione e lavori socialmente utili*. Roma: Manifestolibri, 1995.

⁴⁵ A necessidade de considerar o complexo das políticas ultimadas ao emprego encontra-se nos documentos da União Européia, em particular o denominado "livro branco" de Delors que constitui a base pela qual foram desenvolvidas as

políticas européias de emprego e as tomadas de posição dos conselhos dos Ministros europeus. V. a propósito TREU, T. *Le politiche del lavoro del Governo italiano, Diritto delle relazioni industriali*. Modena, n.2, p. 7, luglio 1995.

⁴⁶ Segundo TREU, T. *Op. cit.*, 1995.

⁴⁷ As intervenções da parte do Governo são diversificadas: um Projeto de Lei sobre a flexibilidade do mercado de trabalho (n. 2.764 de 26/6/1995); um Projeto de Lei sobre a reorganização e sobre a descentralização dos serviços de emprego (de julho de 1995); o decreto, muitas vezes reiterado, relativo a intervenções de urgência, em particular, para as áreas subdesenvolvidas em crise (n. 326/1995). In: TREU, T. *Op. cit.*, luglio 1995.

⁴⁸ V. MAIELLO, M.; MAUGERI, C. (Org.). *Disoccupazione e politiche locali del lavoro, Modelli, esperienze, progetti in Piemonte e in Europa*. Milano: Franco Angeli, 1994.

⁴⁹ Entre as reformas destacam-se: a reforma do Ministério do Trabalho e dos serviços ao emprego e à formação; a reforma da colocação; a reforma do atual modelo de relações de trabalho; a reforma dos amortizadores sociais, dos contratos de solidariedade e das reduções de horário; a reforma das políticas de incentivo ao emprego e ao desenvolvimento. Cf. GHEZZI, G. (Org.). *La disciplina del mercato del lavoro; proposte per un Testo Unico*. Roma: Ediesse, 1996, p.12-53.

⁵⁰ GHEZZI, G. (Org.) *Op. cit.*

⁵¹ Nos anos 90, na Europa, o debate político geral centra-se sobre a performance do Estado Social; a propósito deste v. AZZARITI, G. *et al. Ai confini dello Stato sociale*, Roma: Manifestolibri, 1995, v. ainda *Stato sociale tra crisi e sviluppo*, convênio da revista *Le Ragioni del Socialismo*, Camera del Lavoro di Milano, 20 gennaio 1997.

⁵² Parte do debate sobre mercado de trabalho constitui um redimensionamento da intervenção do Estado e da fonte legislativa na disciplina das relações de trabalho, cf. ACCORNERO, A. Il mercato del lavoro: qualche avvertenza per l'uso, *Industria e Sindacato*, n. 10, ottobre 1994, p. 33-37; CARINCI, F. Il mercato del lavoro fra vecchio e nuovo diritto, *Quaderni della Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*. Milano: Giuffrè, 1993, p. 3-20; LISO, F. Per migliorare il mercato del lavoro. *Lavoro Informazione*, n. 10, 1996, p. 5-10; ICHINO, P. Pubblico e privato nel mercato del lavoro: i nuovi termini del problema. *Quaderni della Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*. Milano: Giuffrè, 1995, n.6.

⁵³ ACCORNERO, A. Il mercato del lavoro..., *Op. cit.*, 1994, p. 33-37.

⁵⁴ Consultar TREU, T. *Op. cit.*, 1995.

- ⁵⁵ Consultar ACCORNERO, A. *Op. cit.*, 1995.
- ⁵⁶ PUGLIESE, E. *Op. cit.*, 1993.
- ⁵⁷ TRENTIN, B. *Trentin: flessibilità senza illusioni*, “Il Sole 24 Ore”, n. 78, giovedì, 20 marzo 1997.
- ⁵⁸ POCHMANN, M. Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje, São Paulo: LTr, 1995, p. 51.
- ⁵⁹ CELLA, G. La competizione fra i modelli di relazioni industriali, *Industria e Sindacato*. Roma, anno 37, n. 3, p. 4-11, marzo 1995.
- ⁶⁰ ANDERSON, L.; TRENTIN, B. *Trabajo, derechos y sindicato en el mundo; dialogo Norte-Sur*. Caracas: Nueva Sociedad/ILDIS/ORIT, 1996.
- ⁶¹ Ver REHFELDT, U. L'échange politique difficile; Les stratégies syndicales en Italie 1975-1990, *Sociologie du Travail*, n. 3, XXXIII, Paris: CNRS, Dunod, 1991, p. 323-349.
- ⁶² ANDERSON, L.; TRENTIN, B. *Op. cit.*, 1996.

Referências Bibliográficas

- ACCORNERO, A. *La parabola del sindacato; ascesa e declino di una cultura*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- _____. Il mercato del lavoro; qualche avvertenza per l'uso. In: *Industria e Sindacato*. Roma, n.10, anno 36, ott., p. 33-37, 1994.
- _____. *Ancora il lavoro*; conversazione con Patrizio di Nicola. Roma: Ediesse, 1995.
- _____. Questo secolo se ne va, e il lavoro cambia in fretta... *Rivista Bimestrale di Cultura e di Politica*. Bologna: Il Mulino, anno XLV, n. 368, v. 6, p. 1027-1036, nov./dic. 1996.
- AMADEI, C.; VASTANO, S. Se sei flessibile ti danno la gratifica. *L'Espresso*, p.153-157, 8 mag. 1997.
- ANDERSON, L.; TRENTIN, B.. *Trabajo, derechos y sindicato en el mundo; dialogo Norte-Sur*. Caracas: Nueva Sociedad/ILDIS/ORIT, 1996.
- ASSANTI, C. *Dallo statuto dei diritti dei lavoratori alla dimensione sociale europea*. Milano: Giuffrè, 1991.
- ATLANTE Geografico Metodico, 1996/97. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 1996.
- AZNAR, G. *Lavorare meno per lavorare tutti; venti proposte*. Torino: Bollati Boringhieri,

- 1994.
- AZZARITI, G. *et al. Ai confini dello Stato sociale*. Roma: Manifestolibri, 1995.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dizionario di Politica*. Torino: TEA, 1990.
- BRUNETTA, R. Il posto c'è e viene dal sommerso. *Il Sole 24 Ore*, n. 278, p. 16, giovedì, 10 ott. 1996.
- CARINCI, F. Il mercato del lavoro fra vecchio e nuovo diritto. *Quaderni della Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano: Giuffrè, p. 3-20, 1993.
- CELLA, G. La competizione fra i modelli di relazioni industriali. *Industria e Sindacato*, Roma, anno 37, n. 3, mar., p. 4-11, 1995.
- CESOS, 1983-1993. *Le relazioni sindacali in Italia*. Roma: Edizioni del Lavoro.
- CHIESI, I.A.; REGALIA, I.; REGINI, M. (Org.). *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995.
- CROUCH, C. *Relazioni industriali nella storia politica europea*. Roma: Ediesse, 1996.
- DOCUMENTI CNEL 56. *Norme e metodi sul mercato del lavoro*, v.III, Roma, 1994.
- FREY, L. Sindacato, mercato del lavoro, occupazione. In: CELLA, G.P.; TREU, T. *Relazioni industriali; manuale per l'analisi della esperienza italiana*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- GABAGLIO, E. La nuova frontiera del sindacato europeo. Intervista a cura di G. Lauzi. *Industria e Sindacato*, Roma, n. 6, anno 37, p. 49-51, 1995.
- GALLINO, L., 1993. *Dizionario di Sociologia*. Torino: TEA, 1993.
- GARILLI, A.; MAZZAMUTO, S. (Org.). *Lo statuto dei lavoratori: 1970-1990*. Napoli: Jovene, 1992.
- GHERRA, E. La flessibilità: variazioni sul tema; nuovi scenari per il diritto del lavoro. *Industria e Sindacato*, Roma, anno 38, n. 6, giug., 1996.
- GHEZZI, G. (Org.). *La disciplina del mercato del lavoro; proposte per un Testo Unico*. Roma: Ediesse, 1996.
- ICHINO, P.; ICHINO, A. A chi serve il diritto del lavoro. Riflessioni interdisciplinari sulla funzione economica e la giustificazione costituzionale dell'inderogabilità delle norme giuslavoristiche. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano: Giuffrè, anno XII, fasc. 4, p. 459-505, 1994.
- ICHINO, P. (Org.). *Strategie di comunicazione e statuto dei lavoratori*. Milano: Giuffrè, 1992.
- _____. A chi serve il diritto del lavoro. Riflessioni interdisciplinari sulla funzione economica e la giustificazione costituzionale dell'inderogabilità delle norme giuslavoristiche. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*. Milano: Giuffrè, anno XII, fasc. 4, p. 459-505, 1994.
- _____. Pubblico e privato nel mercato del lavoro: i nuovi termini del problema. *Quaderni della Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*. Milano: Giuffrè, n. 6, 1995.
- _____. *Il lavoro e il mercato. Per un diritto del lavoro maggiorenne*. Milano: Mondadori, 1996.
- LINDBECK, A.; SNOWER, D. *The insider-outsider; theory of employment and unemployment*. London: The MIT Press, 1995.
- LUNGHINI, G.; MAZZETTI, G.; MORANDI, B.; O'CONNOR, J. *Disoccupazione e lavori socialmente utili*. Roma: Manifestolibri, 1995.

- MAIELLO, M; MAUGERI, C. (Org.). *Disoccupazione e politiche locali del lavoro. Modelli, esperienze, progetti in Piemonte e in Europa*. Milano: Franco Angeli, 1994.
- OCSE, 1997. OCSE: la disoccupazione in Italia è strutturale. *Il Corriere della Sera*, venerdì, 23 mag. 1997.
- OSSERVATORIO Mercato del Lavoro Regione Lombardia, 1996. *Rapporto sul mercato del lavoro in Lombardia; La Lombardia oltre la crisi 1994-1995*. Milano, 1996.
- POCHMANN, M. *Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTr., 1995.
- PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- REHFELDT, U. L'échange politique difficile. Les stratégies syndicales en Italie 1975-1990. *Sociologie du Travail*, n. 3, XXXIII, Paris: CNRS, Dunod, p. 323-349, 1991.
- REGINI, M, 1995. L'evoluzione dell'azione sindacale in Europa. In: CHIESI, A.; REGALIA, I.; REGINI, M. (Org.). *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995.
- REYNERI, E. Come cambia il mercato del lavoro. In: CHIESI, A.; REGALIA, I.; REGINI, M. (org.). *Lavoro e relazioni industriali in Europa*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1995.
- _____. *Sociologia del mercato del lavoro*. Bologna: Il Mulino, 1996.
- ROMAGNOLI, U.; TREU, T. *I sindacati in Italia dal '45 a oggi: storia di una strategia*. Bologna: Il Mulino, 1981.
- SOLOW, R. *Il mercato del lavoro come istituzione sociale*. Bologna: Il Mulino, 1994.
- TRENTIN, B. *Trentin: flessibilità senza illusioni*. "Il Sole 24 Ore", n. 78, giovedì, 20 mar. 1997.
- TREU, T. (Org.). *Glossario italiano del lavoro e delle relazioni industriali*. Fondazione Europea per il Miglioramento delle Condizioni di Vita e di Lavoro. Milano: Franco Angeli, 1992.
- _____. Le politiche del lavoro del Governo italiano. *Diritto delle relazioni industriali*, Modena, n. 2, p. 7-17, lugl. 1995.
- VENETO, G. Occupazione e lavoro; spunti critici e ricostruttivi su: mezzogiorno, comunità europea e lavoro dei giovani e delle donne. In: _____. (Org.). *Il diritto del lavoro negli anni '90; nuove tematiche*. Bologna: Monduzzi. p. 15-30, 1994.
- ZANGARI, G. *Diritto sindacale comparato dei paesi ibero-americani (Argentina, Brasile, Cile, Spagna)*. Milano: Giuffrè, 1990.

Artigos

O ASSÉDIO SEXUAL: UMA QUESTÃO SENSÍVEL

Claudine Haroche*

Tradução: Helenice Rodrigues da Silva**

RESUMO

Partindo da distinção entre comportamentos e sentimentos, elaborada em textos clássicos da filosofia política do século XVIII, este artigo tenta elucidar o significado do “political correctness” e do assédio (sexual e moral). A legislação dessas questões, codificando comportamentos e instaurando um conhecimento desigual da diferença (“political correctness”), se contrapõe ao universalismo dos direitos abstratos inscritos na idéia mesma de democracia. Baseando-se em estudos americanos atuais, este artigo questiona os limites entre o político e o social, a distinção entre deveres e direitos, a diferença entre a política do reconhecimento e a democracia cotidiana.

Palavras-chave: “political correctness”, identidade, diferença.

ABSTRACT

This paper starts from the distinction between behaviors and feelings, taken from examples in classic texts of political philosophy in the eighteenth century in order to try to explain the meaning of “political correctness” and sexual and moral harassment. The legislation of these issues, codifying behavior and installing the unequal knowledge of the difference (political correctness) in antagonist towards the universalism of abstract rights which are part the limits between the political and the social, the distinction between duties and rights, the difference between the policy of recognition and daily democracy.

Key-words: political correctness, identity, difference.

No *Discurso sobre a origem da desigualdade*, um dos textos políticos mais importantes, Rousseau, refletindo sobre a consideração e o reconhecimento, via a necessidade de considerá-los mais como um dever que como um direito: ele achava que, com a idade, “o filho, completamente independente do pai, só lhe deve respeito [...], pois o reconheci-

* Diretora de pesquisa no CNRS, Centro de Pesquisas Políticas da Sorbonne.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

mento é um dever que é preciso manifestar, mas não um direito que se possa exigir”.¹

Em 1759, Adam Smith, partindo de uma tradição intelectual diferente, elaborava uma *Teoria dos sentimentos morais*, na qual ele abordava questões análogas àquelas levantadas por Rousseau, tais como: a atenção, a deferência, a compaixão, o respeito, a consideração, o reconhecimento,² Smith se preocupava também em fazer desses sentimentos deveres e não direitos: ele considerava ser possível legislar comportamentos, proibi-los, e obrigar as pessoas a adotá-los sob pena de sanções. Ao contrário, se se podia incitar sentimentos, não se podia, no entanto, impô-los. A amizade, a compaixão e a generosidade eram vistas, por ele, como a expressão de virtudes, de deveres, de sentimentos morais; ele insistia no fato de que elas deviam ser deixadas à apreciação de nossa consciência e de nosso livre arbítrio: ele pensava que não se podia recorrer à força para obrigar o seu cumprimento. O carinho para com uma criança, o respeito para com o pai, a afeição para com um irmão são deveres de humanidade, deveres gerais de benevolência e de bondade que se impõem aos homens; eles não são direitos.³

Quando um pai não manifesta por seu filho o grau de carinho que deve-se ter por uma criança; quando um filho falha no respeito esperado pelo pai; quando um irmão não tem por seu irmão a afeição inspirada comumente pela natureza; quando um homem fecha seu coração à compaixão, e recusa aliviar a miséria de seu semelhante [...] embora uma tal conduta, em todos esses casos, seja repreendida, ninguém imagina que aqueles mesmos que tinham maiores motivos de contar com mais carinho e mais bondade, tivessem o direito de exigí-los pela força. Aquele que sofre só tem, então, o direito de se lamentar; e aqueles que o vêem sofrer não podem utilizar em seu favor outros meios que não sejam os conselhos e a persuasão.⁴

1 ROUSSEAU. *Discours sur l'origine de l'inégalité*. Garnier Flammarion: 1971, p. 224.

2 Ver HAROCHE, C. Egards, respect, considération, In: *Magazine Littéraire*, juillet-août 1996; ver igualmente *La Considération*, sob a direção de HAROCHE, C.; VATIN, J.C. (publicado nas edições Desclée de Brouwer, em 1998).

3 SMITH, A. *Théorie des sentiments moraux*. Paris: Guillaumin, 1860 (1759), p. 89-90. Ver HAROCHE, C. La compassion comme amour social et politique de l'autre au XVIII siècle, In: CURAPP. *La solidarité: un sentiment républicain?*. Paris: PUF, 1992.

4 SMITH, *op. cit.*, p. 91.

Diferentes projetos de declarações dos deveres e dos direitos do cidadão poderão até considerar que o desejo de ser aprovado e respeitado é o direito equivalente ao de se fazer respeitar, e que essa procura, essa aspiração à felicidade é uma das exigências fundamentais do direito e uma das preocupações centrais do político.⁵

Pode-se dizer que o direito de se lamentar do que falava Adam Smith no século XVIII, expressão de um sofrimento em busca de uma escuta compadecente, transformou-se, no presente, no direito de se depositar uma queixa diante da falta de sensibilidade, da falta de respeito e de reconhecimento?

O *political correctness*, o assédio sexual nos Estados Unidos, no Canadá, e gradativamente em outros países, a maneira como eles são definidos, suas codificações, suas incriminações, recolocam os problemas outrora abordados no século XVIII, relativos aos laços entre os comportamentos e os sentimentos, entre os deveres morais e os direitos – políticos e jurídicos. A legislação aplicada a essas questões responde, no entanto, às mesmas, de maneira diferente: ela pretende impor condutas, através de medidas precisas dentro de situações concretas, em nome de certos valores. Ela tende a codificar comportamentos e sentimentos, ou seja, sua expressão, e, às vezes, chega a exigir sua autenticidade.⁶

Indivíduos que descobrem em relação a sua própria pessoa uma hostilidade difusa, uma reticência, uma reserva que se traduziria aqui por um gesto, ali por um olhar, lá ainda por uma palavra, têm doravante o direito de exigir a atenção, a deferência, a gentileza, a amabilidade, a compaixão pela força, ou seja, eles têm o direito de forçar o respeito e o reconhecimento. E eles o fazem através da reivindicação de sua pertença a grupos culturais, a minorias, solicitando a sensibilidade à diferença, exigindo a punição pela falta de sensibilidade a essa diferença, e de maneira mais ampla ainda, exigindo a punição pelo desprezo e pela insensibilidade.⁷

5 A idéia de que a felicidade possa ser uma das finalidades principais do político não cessou de se manifestar durante os debates da Assembléia Nacional francesa e nos projetos de declaração. Ver, sobretudo, SECONDS, J. L. "Essai sur les droits des hommes, des citoyens et des nations; ou adresse au roi sur les états généraux et les principes d'une bonne constitution", Pétion de Villeneuve, "Déclaration des droits de l'homme", ver também TARGET, CRÉNIÈRE, MOUNIER. In: FAURE, C. (Org.) *Les déclarations des droits de l'homme de 1789*, Paris: Payot, 1988.

6 Ver HAROCHE, C. L.; MONTÓIA, A. La codification des comportements et des sentiments dans la *Political Correctness* (Ou comment prétendre imposer le respect et garantir la dignité de chacun). *Revue Française de Science Politique*, v. 45, n. 3, juin 1995.

7 Ver o texto de KOUBI, G. Droit à l'indifférence, un droit à l'indifférence en France. *R.T.D.H.*, 1993.

Há aproximadamente quinze anos, nos Estados Unidos, os guias de comportamentos em vigor nas universidades, nas empresas, no exército, na maioria dos lugares profissionais, tentam codificar, e mesmo legislar os comportamentos e os sentimentos. Esses textos parecem ter abandonado completamente a distinção entre sentimentos morais, deveres de humanidade e direitos, que eram exortados nos escritos do século XVIII. No início, na realidade, os códigos de comportamentos pretendiam visar e legislar as meras palavras e depois os atos; em seguida eles se voltaram às atitudes, aos gestos, e mesmo aos olhares e às expressões faciais. Em todos esses códigos se exprime, assim, o cuidado de se dar um conteúdo concreto ao respeito que se deve ao Outro, e isso acontece no momento em que esses códigos se preocupam em não criticar os direitos da pessoa, do homem e do cidadão, e a proteger a liberdade de opinião e de expressão.⁸

Incitando e até mesmo pressionando os indivíduos a manifestar consideração e respeito pelas pessoas que pertencem a grupos e a culturas consideradas, por uma razão qualquer, minoritárias, a *Political correctness* queria, certamente, paliar a existência de injustiças e de desigualdades.

Ela se propõe, então, a instaurar – e isso constitui um paradoxo mesmo para as democracias – *um reconhecimento desigual das diferenças* contra o universalismo dos direitos abstratos. Ao contrário de um direito universal ao respeito e à dignidade que todos os seres humanos podem pretender, direito através do qual as particularidades são apagadas em nome de uma concepção da igualdade como condição e finalidade das democracias, a *Political correctness* fabrica identidades fundadas em diferenças e em particularidades julgadas por ela decisivas. Consequentemente, ela ameaça o componente universal inscrito no âmago da democracia.

Fundamentalmente, esses códigos de comportamentos aparecem como meios que visam forçar e obrigar a consideração.⁹ Eles pretendem ajudar a estabelecer um direito à consideração, ao reconhecimento de cada pessoa, seja qual for seu sexo, sua cultura, sua origem nacional. Mas, desse modo, eles obrigam os indivíduos a enunciar suas identidades, seus referenciais, inserindo esses indivíduos, *com o seu consentimento ou sem ele*, em categorias sociais rígidas; ao invés de reconhecer-lhes um direito igual ao respeito, à consideração enquanto seres humanos, independentemente de sua identidade ou de seu estatuto.

8 HAROCHE; MONTÓIA, *op. cit.*

9 Ver *La Considération. Op.cit.*

Numerosos estudos americanos atuais sobre teoria política e moral tentam, assim, esclarecer certos aspectos dos laços entre o político, o ético e o jurídico nas sociedades democráticas contemporâneas. Eles ajudam a refletir sobre os efeitos e as possíveis consequências dessa indistinção entre comportamentos e sentimentos, entre deveres e direitos.¹⁰

É o caso dos trabalhos de Judith Shklar,¹¹ cuja abordagem geral e os objetivos conduzem a questionar os riscos da não distinção entre comportamentos e sentimentos, assim como os riscos provocados pela sua legiferação numa sociedade democrática.

No livro *Mélanges*, consagrado a essa autora, Bernard Yack observa que Shklar, mostrando-se “crítica em relação à abordagem estritamente formal e abstrata da reflexão política [...] procurava aprofundar a psicologia moral das sociedades liberais”, e para tal insistia na necessidade de “levar em conta a literatura, a cultura, os escritos políticos fundadores, os de Montaigne, de Montesquieu, de Rousseau em particular, vendo neles elementos de compreensão da moral e do político”.¹²

Shklar tinha se interessado particularmente pelo sentimento de injustiça, salientando que o mesmo se encontrava no âmago da sensibilidade política democrática, e que ele estava inscrito no fundo de uma sensibilidade que pretendia rejeitar as injustiças e as desigualdades. No entanto, ela observava também que o sentimento de injustiça transbordava inevitavelmente os quadros de todo sistema jurídico. “Embora nós tendamos a sentir a injustiça, individualmente, em casos particulares, a justiça deve, por definição, ser geral”.¹³ A fronteira que distingue o factual da vivência, do sensível, o limite que separa o visível, o observável, o manifesto do invisível, do escondido, do intangível, a fronteira que separa um fato, o de ser excluído, rejeitado, desprezado, de um sentimento, o de se

10 Ver, sobretudo, TAYLOR, C. *Multiculturalism and the “Politics of Recognition”*, Princeton University Press, 1992; WALZER, M. *Spheres of Injustice*, Basic Books, 1983; GUTMANN, A. Introduction. In: *Multiculturalisme, différence et démocratie*, Paris: Aubier, 1994 (Multiculturalism and “the Politics of Recognition”, 1992; THOMPSON, D. Hypocrisy and Democracy. In: *Liberalism without Illusions*, Essays on Liberal Theory and the Political Vision of Judith Shklar. Edited by B. Yack, University of Chicago Press, 1996; SHKLAR, J. *The faces of Injustice*. Yale University Press, 1990; *American citizenship: the quest for inclusion*. Harvard University Press, 1991.

11 SHKLAR, *op. cit.*

12 YACK, B. Liberalism without Illusions: An Introduction to Judith Shklar’s political Thought. In: *Liberalism without Illusions*, Essays on Liberal theory and the Political Vision of Judith Shklar, p. 1.

13 SHKLAR, *op.cit.*, p. 84.

sentir rejeitado, excluído, desprezado, essa demarcação muitas vezes incerta e sutil torna-se ao mesmo tempo necessária e hipotética.

A constatação de Shklar segundo a qual as sociedades pluralistas provocam deliberadamente ou involuntariamente desigualdades, injustiças, leva a pensar que o sentimento de injustiça não pode ser ignorado e também não pode ser objeto de legislação e, desse modo, não se pode ignorar o fato que ele pode colocar em risco os princípios democráticos.

Nancy Rosenblum nos *Ensaio*s consagrados aos trabalhos de Judith Shklar, lembrando que é necessário limitar o papel da psicologia nas relações sociais quotidianas e profissionais, insiste sobre a necessidade de separar a *Democracia* (da vida) *quotidiana da política do reconhecimento*.¹⁴ Se N. Rosenblum vê na política do reconhecimento “uma resposta perfeitamente compreensível à exclusão política sistemática e às desigualdades sociais destinadas a humilhar as pessoas”,¹⁵ é preciso, então, se interrogar sobre a natureza – moral, social, política ou jurídica – dessa resposta, assim como sobre sua extensão, os alcances que convém lhe dar: essa política do reconhecimento visa, na realidade, impor, exigir o respeito, o reconhecimento de cada pessoa por cada pessoa, através de marcas exteriores; mais do que isso, algumas vezes ela visa a autenticidade dessas últimas.

A democracia quotidiana deve se contentar em ser somente um conjunto de regras de civilidade e de maneiras de se comportar, ela deve se limitar à expressão de formas democráticas que consiste em ser “igualmente” simples e amável em relação às pessoas. A democracia da vida quotidiana se define pela simplicidade, revelando, desse modo, a indiferença às diferenças. Ela diz respeito às interações quotidianas, “ela não exige que as pessoas levem em consideração o lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade, assim como as sensibilidades das pessoas, e que cada pessoa adapte seu comportamento, conseqüentemente”.¹⁶ A democracia quotidiana se define pela tendência a tratar as pessoas “de maneira idêntica e com simplicidade”, traduzindo assim uma indiferença, uma inatenção, uma negligência deliberada em relação a maior parte das diferenças.

A melhor maneira de se respeitar cada pessoa vem a ser, então, uma forma de respeito liminar da pessoa humana, no que ela possui de mais inalienável. Referindo-se aos trabalhos de Shklar, Nancy Rosenblum

14 ROSENBLUM, N. The democracy of Everyday Life. In: *Liberalism without Illusions...*, op.cit. Para a “*démocratie de la vie quotidienne*”, ver SHKLAR, op. cit., p. 43.

15 ROSENBLUM, op. cit., p. 31.

16 *Ibid.*, p. 31.

considera que a democracia quotidiana não é nem uma teoria política, nem uma teoria moral, nem uma promessa de mudança. Ela deve visar somente “os comportamentos quotidianos nos lugares onde a cultura pública oficial não está presente, a democracia quotidiana diz respeito às relações de face a face dos indivíduos entre si”.¹⁷ Deve-se, então, ver na democracia quotidiana “uma disposição”, uma atitude, um comportamento, “de maneira nenhuma uma doutrina”.¹⁸ É preciso, então, se limitar a considerá-la como “uma maneira de negociar em situações concretas as contradições de pluralismo”, se abstendo a concebê-la como “uma exigência imposta aos outros”.¹⁹ N. Rosenblum pretende, assim, manter fora do campo da legitimação os comportamentos e as atitudes na democracia quotidiana: ela quer subtraí-las às exigências e às obrigações da lei.

A política do reconhecimento só pode ser o preliminar de uma maior justiça. Na realidade, ela deveria somente traduzir a vontade de ouvir e de escutar as vozes dos “infelizes” e refletir unicamente aspirações de mudanças a partir das injustiças vivenciadas.²⁰ N. Rosenblum conclui, então, que “a democracia quotidiana não deveria ser considerada suficiente para aqueles que insistem na exigência de reconhecimento: com efeito, a política de reconhecimento procura modificar o comportamento dos outros”.²¹ Ela adverte, então, contra a extensão exagerada do campo de aplicação da lei:

Com exceção das associações civis e dos locais públicos, lugares onde é possível a deliberação coletiva, a concretização de uma política de reconhecimento nas relações quotidianas pode se revelar bastante exigente. Ela força, com efeito, uma grande sensibilidade sociológica e cultural para estabelecer distinções entre grupos sociais e culturais dentro de uma sociedade bastante pluralista; ela obriga a tratar de maneira diferente os indivíduos nas situações mais banais e quotidianas. Ela exige um certo controle de si para evitar o que os membros de um grupo considerem como uma infração e um insulto, e obriga a adap-

17 ROSENBLUM, *op. cit.*, p. 42.

18 *Ibid.* Ver igualmente HAROCHE, C. Remarks on the Political and Anthropological Components of Civility. Brown University, Civilité/Conduct, Discipline and Manners in Early Modern Europe, 2 nov. 1996.

19 ROSENBLUM, *op. cit.*, p. 42.

20 SHKLAR, *op. cit.*, p. 85.

21 ROSENBLUM, *op. cit.*, p. 42.

tar sua continuidade e sua ação àquilo que eles julgam como uma manifestação apropriada de respeito.²²

A política de reconhecimento pode, conseqüentemente, na opinião de N. Rosenblum, constituir “um recuo em matéria de igualdade de direito ao respeito” levando a estabelecer “um sistema diferenciado de estatutos e de honras”.²³

A democracia quotidiana – que pretende tratar todas as pessoas da mesma maneira – traduz a existência de um respeito mínimo em relação a todo homem, um respeito que, para ser o mesmo, requer uma indiferença relativa na medida em que ela pretende ignorar os efeitos sensíveis das diferenças.

Nós nos vemos confrontados aqui à necessidade de instaurar ou de reinstalar uma separação clara, um limite entre o político e o social sobre a questão do reconhecimento; se o reconhecimento pode constituir um dever, e mesmo um direito moral, é importante que ele permaneça um direito abstrato geral; convém que, em nenhum caso, ele possa transformar-se em uma exigência capaz de se opor a todo mundo, concretamente, em qualquer momento. É necessário, então, distinguir entre um reconhecimento formal, “insuficiente” para alguns e o desejo, a reivindicação de um reconhecimento real, autêntico. Um reconhecimento formal que seja mais uma civilidade, uma polidez, e um reconhecimento real que implique na igualdade para todos os casos.

O assédio sexual é uma ilustração particular dessa política de reconhecimento, na medida em que ele confunde precisamente essa democracia quotidiana e essa política de reconhecimento.

As legislações em matéria de assédio sexual, que constituem uma tentativa de resposta à falta de respeito, de reconhecimento, à falta de sensibilidade, à insensibilidade que os indivíduos, grupos, minorias foram ou consideram terem sido objeto. Essas legislações fazem apelo aos sentimentos, à sensibilidade, para fazer valer seus direitos concernindo a falta de respeito.²⁴ Mas, elas ultrapassam assim o quadro do direito, de todo sistema jurídico.

22 *Ibid.* Ver também HAROCHE, *op. cit.*

23 ROSENBLUM, *op. cit.*

24 Sobre o assédio sexual, ver HAROCHE; MONTÓIA, *op. cit.* Ver também entre uma vasta literatura, CHARNEY, D.; RUSSELL, R. An Overview of Sexual Harassment. *Am. J. Psychiatry*, v. 1, p. 151, january 1994.

O assédio incita, então, a reposicionar a questão dos sentimentos morais, a (re)pensar distinções, necessárias, entre deveres e direitos, a tentar precisar as modalidades dos laços entre os direitos sociais, políticos, jurídicos e os direitos e os sentimentos morais nas sociedades democráticas contemporâneas. O assédio induz a explicitar questões concernindo a dominação nas relações entre a sensibilidade e o político.

Muitas vezes, alguém se sente ferido por comportamentos que, no início, nada tinham de insultantes por parte daqueles que o tinham cometido. O assédio leva então a reposicionar questões fundamentais sobre os comportamentos mesmos, sobre a definição, a qualificação de certos comportamentos e, além disso, sobre os limites a (r)estabelecer entre comportamentos deliberados e involuntários, entre comportamentos voluntários e inconscientes e até entre comportamentos e sentimentos. O assédio se define tanto pelo “efeito” quanto pela “intenção”: “se um comportamento fere ou ameaça alguém, isso pode ser assédio mesmo se não houvesse nenhuma intenção de praticá-lo”.²⁵

Comentando as diretrizes do MIT (Massachusetts Institute of Technology) Allan Dershowitz, professor em Harvard, observa, assim que todo discurso, todo comportamento, toda atitude podem ser considerados como agressivos. Esses comportamentos são difíceis de serem avaliados, logo, de serem legiferados: e, no entanto, é o que uma universidade como o MIT pretende sancionar: “as condutas verbais ou físicas que criam uma atmosfera (...) hostil, ameaçadora, ou, simplesmente, desagradável na universidade, nas relações profissionais ou nas relações humanas de maneira mais geral”. Em relação às questões que não cessam atualmente de serem colocadas nos meios educativos e nas empresas, na esfera profissional, as respostas a elas são, na maioria das vezes, de uma extrema imprecisão: “toda observação, todo gesto ou ainda todos os comentários inoportunos, que podem ser percebidos ou subentendidos como hostis ou injuriosos”.²⁶

O que se legifera, sobre o que, então, se legifera? Como articular na legiferação um elemento de fato, comportamentos tangíveis, “ser” insultado, e o sentimento interior, “se sentir” insultado? A distinção deve ser feita – mas pode ela ser feita verdadeiramente e sistematicamente? – entre o que constitui um fato, “ser” objeto de assédio, e uma sensação, “se sentir” objeto de assédio.

25 “Dealing with harassment at MIT”, Massachusetts Institute of Technology, 1993, p. 41.

26 Sexual violence and safety. Introduction to policy. *Antioch College*. 1993, p. 1. As legislações sobre o assédio pretendem assim ignorar “as manifestações mais prudentes e mais súteis da agressão humana” e que Freud observa que “a lei não é capaz de levá-las em conta”. *Le malaise dans la culture*. Paris: PUF, Quadrige, 1995, p. 55.

As legislações em matéria de assédio sexual, os processos feitos em seu nome invocam constantemente por parte daqueles que são vítimas a perda de estima por si, o respeito por si, o sentimento de humilhação; elas reprovam naqueles que praticam o assédio o fato de terem ferido os sentimentos, de terem manifestado insensibilidade, de terem violado os direitos civis. O assédio sexual é uma questão sensível que, de uma certa maneira, diz respeito aos direitos fundamentais de um indivíduo.²⁷

O caráter sexual do assédio talvez seja secundário: no assédio o essencial seria algo mais vago, mais impreciso, dificilmente delineável mas fundamental. Como definir, delinear, apreender o que pode ser entendido pelo assédio? O que significa, na realidade, assediar alguém? O assédio só constituiria um desrespeito nas atitudes? Existiria, então, diferentes formas de assédio, múltiplas maneiras de ser e de se sentir assediado que, num caso, iria da demanda repetida, insistente, à perseguição, e num outro caso, iria da indiferença à pessoa até a rejeição reticente, silenciosa, e portanto, sistemática do “outro”. O assédio deve ser considerado o sinal de um problema maior que, tendo origens e conseqüências morais, sociais e políticas poderia levar a focalizar, e mesmo a questionar, certos aspectos das relações complexas de poder e de dominação.

O assédio consiste na negação da pessoa, da sua personalidade no que ela tem de mais singular e pessoal na sua qualidade de ser humano: ele a reduz ao que ela tem de mais substituível, permutável e intercambiável. Deve-se lembrar que todo assédio é ausência de respeito à pessoa humana na sua singularidade, no seu valor irredutível. Nesse aspecto, ele está ligado aos direitos do homem, direitos inalienáveis da pessoa humana. Em relação a esses direitos, Rivero nos lembra:

no âmago do conceito de direito do homem, existe a intuição da irredutibilidade do ser humano em relação a todo o seu meio ambiente social [...] Se o homem tem direitos, ele os deriva da afirmação da transcendência da pessoa humana. Fora dessa fé, em sua eminente dignidade, a noção de direitos do homem não pode encontrar nem fundamento, nem justificação.²⁸

27 CHARNEY; RUSSEL, *op. cit.*, p. 14.

28 RIVERO, J. Les droits de l'Homme: droits individuels ou droits collectifs?. In: *Les droits de l'homme: droits individuels ou droits collectifs*, Annales de la faculté de droit de Strasbourg, Paris: I.C.D.J., 1979, Rapport général introductif, p. 23-24. Ver também a indiferença às qualidades pessoais, próprias às burocracias, HERZFELD, M. *The Social Production of indifference, Exploring the symbolic Roots of Western Bureaucracy*, The University of Chicago Press, 1992; ver também o rejeito mole, não dito, invisível, próprio ao que Eugène Enriquez chama de “totalitarismo democrático”. In: *La Considération. Op.cit.*

Pode-se pensar, dentro de um quadro do político e do jurídico, a existência de uma continuidade entre ser assediado e se sentir assediado? Ou, é necessário reafirmar, reinstalar um limite entre sentimento de injustiça e sistemas jurídicos, um limite que implicaria ordem, não apropriação, respeito às pessoas, ou seja, um limite necessário a toda sociedade, um limite constantemente contestado e de fato contestável em suas diferentes formas?

Nessas codificações, nesses códigos de comportamento contemporâneos, no seio dessas legislações sobre o assédio se desenharam a recusa da desigualdade, a recusa do não reconhecimento, a recusa do desprezo e da humilhação: obrigar a reconhecer concretamente a igual dignidade de cada pessoa, desejar conceder como direito uma igualdade concreta em matéria de respeito, de reconhecimento, de consideração é, então, correr o risco de negar essa parte de indiferença imanente ao direito que constitui uma proteção. Essa indiferença não pode impedir as humilhações, o desprezo, as reticências, as desigualdades vivenciadas ou reais de todo tipo, ela só pode contribuir a impedir o assédio.

OLHARES MUTANTES: FACES ANTAGÔNICAS NA IMAGEM DA MÁQUINA NO COMEÇO DO SÉCULO XX – O CASO DA CANHONEIRA ALEMÃ “PANTHER”

Vidal Antônio de Azevedo Costa*

RESUMO

Tomando como referência um episódio ocorrido no sul do Brasil, no início do século XX, este artigo procura analisar dois aspectos da natureza do objeto tecnológico: sua capacidade de produzir fascínio e gerar uma resposta emocional firmemente ancorada em construções de caráter imaginário, e as formas adquiridas por este fascínio quando confrontado com o uso deste mesmo objeto como instrumento do exercício do poder, através do impacto produzido por suas dimensões imagísticas sobre aqueles que o contemplam.

Palavras-chave: história, tecnologia (século XX), fragmento, imaginário.

ABSTRACT

By using an incident that happens in the southern part of Brazil in the twentieth century, this article tries to analyse two different aspects of the technological artifact: its ability for both inspiring fascination and generating an emotional response strongly anchored in imaginary constructions, besides the forms acquired by that fascination when faced with the use of the technological aspect as an instrument of power, by means of the very impact produced by imaginary dimensions over all those who behold it.

Key-words: history, technology (20th Century), fragment, imaginary.

* Doutorando do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná.

O olhar que busca a máquina

O presente artigo resultou de uma descoberta fortuita, feita durante pesquisas destinadas a outro projeto que, embora conservasse o mesmo objeto geral, o estudo das formas de percepção do fenômeno tecnológico, inclinava-se para a observação de artefato tecnológico diverso. A pesquisa em questão orientou o olhar para os fragmentos do registro da breve notoriedade experimentada por um navio de guerra alemão, no distante ano de 1905, breve em demasia para sobreviver em retinas que contemplaram, ou leram sobre outros navios e personagens notórios, em um século que teve mais do que a sua cota dos mesmos. Ainda assim, episódios como este nos põem diante de um fragmento deste olhar que, como Nicolau Sevchenko, podemos chamar de “extático”, dirigido à máquina em todas as suas formas.¹ Mas é também um olhar que revela a dimensão oculta da tecnologia, cujo potencial destruidor só se revela na guerra e que, antes desta, aparece adornado em meio às alegorias que lhe são emprestadas por descrições sempre elogiosas, mesmo quando se demonstram intimidadas. Mais ainda, é um olhar que captura esta dicotomia em um momento de indecisão, no qual ambas as faces do fenômeno parecem mostrar-se simultaneamente, confundindo o observador. O progresso realizador e destruidor, que Marshall Berman descreve como Fáustico, preso a um ritual de repúdio e adoração, desejo e decepção, no qual a máquina é peça chave do cenário em ambos os momentos: de criação e de demolição.²

O período do final do século XIX e início do XX é profícuo para o historiador cujo olhar procura deter-se sobre estas múltiplas faces desta tecnologia. É um período que pode ser considerado a reta final de uma corrida expansionista que conduziu os estados-nação europeus a uma disputa cada vez mais intensa por territórios de além-mar, cada vez menos disponíveis. Mas também foi o palco de uma acirrada corrida tecnológica, não apenas no campo dos meios de produção, como nos daqueles de destruição. E, neste último, a grande estrela, a máquina por excelência, era o navio de guerra. É um mundo que Hobsbawm nos descreve como preso a uma lógica que o levou a um desenvolvimento tecnológico sem preceden-

1 SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

2 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

tes, mas que também culminou com uma carnificina sem precedentes.³ Paul Virilio considera ambas as coisas como elementos auto-reflexivos, complementares e essenciais, a partir de uma análise que delimita o campo do avanço tecnológico aos interesses de um estado militarizado; de uma cultura e civilização militarizados, que podem não ver outro caminho senão o de realizar, na prática, o potencial destrutivo de suas tecnologias.⁴ Mas, para ele, ao contrário de Berman, não é apenas a modernidade que se encontra neste dilema *homo faber/homo destructor*. Em ambos os casos, no entanto, o potencial criativo aparece impregnado de destrutividade, mesmo no momento de sua criação.

E, embora considere o fazer como um todo, desde os tempos pré-históricos, direcionado a um desfazer, também é na modernidade que Virilio fecha seu cerco aos elementos de um militarismo como forma realizadora deste mundo, oculta sob um véu de dissimulações. Como Berman, ele também reconhece o moderno como uma experiência de perda, de necessária destruição do mundo, revelada por uma sociedade que acaba por envolver de *glamour* os meios de destruição, culminando nos grandes navios de guerra.

O olhar que glamuriza esses instrumentos de destruição está também presente nas sociedades descritas por Hobsbawn, quando nos fala do final do séc. XIX, desta era que, nas palavras de um contemporâneo deste momento singular, fez o século XX nascer

... ainda envolto em a clamyde purpurea do seculo passado, reboando a voz do aço e do bronze... terá de assistir nestes primeiros annos terrivel esboroar de civilizações, luctas fratricidas, extortores e agonias; mas, apoz esse fatal succumbir de gerações e instituições decrépitas, apoz esse ruir de espectros macabros... a Renascença [...] clangorará nas tubas da Victoria a Era nova do Amor e da Esperança; ... sob o signo resplandecente da Verdade Immutável, entrarão os solios da Paz...⁵

Esse registro, produto de uma intelectualidade distante dos grandes centros industriais, mas não das idéias geradas nos mesmos, revela

3 HOBBSAWN, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

4 VIRILIO, Paul. *Guerra pura, a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

5 VELLOZO, Dario. O seculo XX. *A Esphinge*, Curitiba, p. 1-4, 18 jan. 1900.

uma expectativa escatológica, cujo agente não será outro que não o bronze das armas: a máquina como portadora da destruição mas, igualmente, como anunciadora de uma redenção. Um olhar semelhante pode ser encontrado em registros mais cotidianos, espalhados nos periódicos locais e nacionais entre notas sobre a política e a economia locais. São estes periódicos que fornecerão os elementos necessários para esta discussão, principalmente “A Republica” e o “Diario da Tarde”, aos quais somaram-se contribuições de seus equivalentes da então Capital Federal (Rio de Janeiro). Neles foram buscados testemunhos de um olhar compartilhado por aqueles que informam as comunidades do mundo ou, pelo menos, do Brasil do começo do século (e, em particular, Curitiba), dirigido aos exemplos visíveis e poderosos das máquinas de destruição, um olhar que as admira e as teme, às vezes simultaneamente.

Em meio a este contexto, o ano de 1905 tem uma importância singular na formação do conteúdo imagético do olhar de todos quantos tivessem acesso à informação. Desde o seu início, esse ano viu esboçar-se uma ênfase ainda maior no que se refere à tecnologia militar naval, devido ao conjunto de eventos nele desencadeados. O ataque surpresa à guarnição russa de Port Arthur pela Marinha Imperial Japonesa, no ano anterior dera início a uma inesperada guerra entre um dos grandes poderes europeus e a recém-nascida potência oriental. Os primeiros momentos de espanto ante a audácia do ataque surpresa (enquanto negociações estavam sendo feitas pelos japoneses em São Petersburgo) logo deram lugar ao ultraje e ao orgulho ferido dos russos, cuja resposta foi veemente, mas pouco eficiente. O cerco da fortaleza não pôde ser rompido, e o Primeiro Esquadrão do Pacífico, sob o comando do vice-almirante Stepan Makarov, foi esmagado nos meses seguintes, surpreendendo o mundo com um resultado não apenas imprevisível, mas também completamente inacreditável, pois o embate se dava entre uma potência européia e um estado que, até menos de cinquenta anos atrás, estava ainda preso a uma economia fechada, com características feudais.⁶

6 O Japão, que havia rompido o seu isolamento de séculos depois da queda do Xogunato e da restauração do poder do Imperador, causada pela ação do Comodoro Perry em 1854, havia passado por uma fase de expansão industrial sem paralelo no mundo. A chamada era Meiji (1868-1912), ou era do “governo esclarecido”, inaugurada pelo imperador Mutsushito, conduziu o país à industrialização em poucas décadas, assim como a uma “atualização” da sua tradição *samurai* e a uma modernização militar, principalmente na área naval. Não obstante, a idéia de que este país pudesse ameaçar uma potência européia era completamente descartada, e os leitores acompanhavam as notícias do avanço russo com um interesse explicável. Ver a respeito: HUMBLE, Richard. *A marinha do Japão*. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.

A resposta russa foi o envio da maior frota reunida desde a última grande batalha naval.⁷ Sob o comando do vice-almirante Rojestvensky, o denominado Segundo Esquadrão do Pacífico partiu em outubro de 1904 para uma viagem que, para uma frota daquelas dimensões, era sem precedentes na história náutica, cobrindo mais de 18.000 milhas e três oceanos com uma coleção de modernos couraçados, velhos cruzadores blindados e canhoneiras, dentre os quais estavam alguns dos mais modernos navios da marinha russa. Para garantir a superioridade numérica, foram incluídas embarcações mais antigas, algumas das quais já não serviam mais para nada além da defesa costeira, além dos navios de construção recente. Mesmo assim, a mobilização desta armada constituiu um dos grandes feitos navais do século, merecedor da atenção que a imprensa do período, incluindo a curitibana, lhe concedeu durante os meses em que durou a viagem até o Pacífico.⁸ A cobertura era por vezes diária, em notas que detalhavam os progressos da frota enquanto descreviam as derrotas russas no *front* terrestre. Quando Port Arthur caiu, em fevereiro de 1905, as notas internacionais dos jornais curitibanos, como as do resto do mundo ocidental, manifestaram estupefação... e logo sobreviria um choque ainda maior, com a derrota da armada russa no estreito de Tsushima, em maio, diante da armada do Almirante Togo.⁹ Depois desse golpe, em poucas semanas a guerra terminava com a assinatura de um tratado de paz que

7 Estou me referindo à Batalha de Lissa, em 1866: um encontro entre as frotas austríaca e italiana, no Adriático, durante a III Guerra da Independência contra a Áustria. Ocorrida em 20 de junho de 1866, a batalha foi a primeira a envolver navios com couraça de ferro entre países europeus, ainda que fossem todos navios mistos, à vela e vapor. Curiosamente, nesta batalha vencida pelos austríacos, o canhão não foi a arma vitoriosa. Em vez disso, a tecnologia naval deu um salto de milhares de anos, para o passado, reutilizando o esporão greco-romano para abalar os seus alvos. Ver a este respeito: HOUGH, Richard. *A history of fighting ships*. Hong Kong: Mandarin, 1975.

8 Aqui faz-se presente um outro artefato da era da técnica, talvez o que mais direta e rapidamente contribuiu, ainda em pleno século XIX, para uma diminuição progressiva das distâncias: o telégrafo. Atribuído a Samuel Morse (que além de inventor, também se dedicava às artes e à política), o telégrafo desencadeou uma aproximação sem precedentes na história, desde que a primeira mensagem foi transmitida, entre Baltimore e Washington, em 1844. Em apenas vinte anos, e com a ajuda de outra grande invenção tecnológica (o navio *Great Eastern*, o maior do mundo em sua época), o cabo transatlântico já transmitia instantaneamente (através do código também inventado por Morse) notícias e mensagens de um lado a outro do mundo ocidental. Talvez a primeira interface virtual, o telégrafo constituía o grande veículo, possivelmente o único até o surgimento do rádio, capaz de permitir um “presenciar” de eventos transcorridos em lugares distantes – ensaios na direção de uma sensação de ubiqüidade. Ver a esse respeito: BURKE, James. *Conexions*. Boston: Little Brown & Co., 1995.; VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

9 O primeiro grande confronto naval do século XX, antecipando táticas e conceitos que seriam mais tarde empregados durante a I Guerra Mundial. Ver a este respeito: PRESTON, Antony. *Encouraçados*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1983; HUMBLE, *op. cit.*, 1975.

faria o governo russo perder o pouco apoio popular que ainda mantinha...

A paz ainda não produziu seus efeitos benéficos [...] E as finanças do império ainda não melhoraram. A dívida da Rússia eleva-se agora a 500 bilhões de marcos, segundo o recente... estudo do Sr. Rudolf Marten, eminente financista alemão.

[...]

Os serviços das dívidas estrangeira precisam de 525 milhões [...] A Rússia não tem capitais no estrangeiro rendendo juros. Necessita... pagar... com o excedente de exportações... esse excedente... tem sido de 400 milhões... insuficiente para pagar o juro dos empréstimos...¹⁰

Matérias detalhadas como esta não eram exceção nas notas internacionais dos periódicos locais, revelando para o seu público leitor um estado de coisas no império russo que, curiosamente, não parece ser tão merecedor de surpresa quanto a sua derrota naval havia sido. Na verdade, a extensa descrição das revoltas, exaustivamente listadas e localizadas geograficamente, revelavam uma condição sob a qual as perspectivas revolucionárias pareciam ser irreversíveis.

E este caos da Rússia levaria a mais um episódio que traria a imagem dos grandes navios de guerra, descritas nos periódicos, diante dos olhares de leitores do mundo todo: a revolta do Mar Negro, epitomizada pelo seu mais famoso (ou infame) representante, o encouraçado Potemkin.

Acompanhando não apenas esse, mas ainda os outros episódios deste conturbado ano para o império russo, os observadores distantes ouviam nomes sonoros de navios e cidades, tomando conhecimento dos massacres em Odessa, e do motim a bordo do encouraçado Kiniaz Potemkin Tavrisheskey. Este navio receberia do cineasta soviético Einsenstein um caráter emblemático,¹¹ ainda que eventos em São Petersburgo, como a assinatura da lei que garantia as liberdades civis aos cidadãos do império, assim como as revoltas de guarnições terrestres, fossem muito mais significativos para a imprensa do período, que devotava amplos espaços diários

10 REVOLUÇÃO na Rússia. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 2, 31 out. 1905.

11 Refiro-me ao filme "O encouraçado Potemkin", produção que trata dos eventos a bordo deste navio de guerra, onde um motim ocorrido em 1905 é apresentado como um evento revolucionário simbólico.

à cobertura destes e de outros “sucessos” na Rússia.¹² Mas o episódio dessa revolta de marinheiros se tornaria mais merecedor de atenção, na medida em que os demais eventos escasseassem, deixando de constituir-se em material jornalístico freqüente. Quanto mais o cotidiano se normalizasse, tanto maior seria a impressão causada por uma revolta dos manipuladores da máquina simbólica, não apenas do poder militar, mas do próprio desenvolvimento e da civilização de uma nação, como pode ser constatado neste fragmento extraído do “Diário da Tarde”:

As naves de combate... servem... em tempos de paz... como exemplos vivos da nossa cultura e do nosso evoluir.

[...]

... a esquadra serve... para transportar... toda a corrente de progresso do mundo e estreitar cada vez mais as relações dos povos...¹³

Que os operadores de um tão acabado exemplo do progresso e da cultura de uma sociedade pudessem rebelar-se só poderia ser compreendido como uma inominável insensatez, e é assim que os jornais de Curitiba o apresentaram. Pelo menos é o que se percebe nesta nota, que revela muito do imaginário da época através de uma comparação, feita pelo jornal “A Republica”, entre uma revolta armada ocorrida na fortaleza de Santa Cruz, no Nordeste, em novembro de 1905, e o episódio do Potemkin:

Facto igual só presenciámos, neste anno, n’aquella sanguinosa odysseia do Mar Negro, quando o facinoroso Matiutschenko sublevou seus camaradas da guarnição do Potemkin para metralhar a população de Odessa, assassinando seus superiores hierarchicos, infundindo todo um panico mortifero naquella pacifica sociedade burgueza e laboriosa dos confins meridionaes da Russia...¹⁴

Indubitavelmente, essa é uma versão muito diferente daquela que se tornou universalmente conhecida através do já citado filme de

12 O termo “sucesso” aparece aqui tal como é usado nos artigos do período, como acontecido, sucedido, sem conotações de vitória.

13 MARINHA. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 1, 25 mar. 1904.

14 FREVOLTA. *A Republica*, Curitiba, p. 1, 11 nov. 1905.

Eisenstein.¹⁵ A escolha desse episódio para servir de ponto focal do célebre filme sobre a Revolução de 1905 não foi gratuita. Não seria de outra forma que o cineasta conseguiria construir uma imagem mais incisiva da necessidade histórica do movimento revolucionário, como decorrência inevitável do desenvolvimento econômico e do agudizamento da luta de classes, a partir da industrialização. O grande navio de guerra, como símbolo da era tecnológica, configuraria um palco perfeito para esta encenação.

A máquina que vem até o olhar

Durante os últimos meses de 1905, o sul do Brasil seria palco de uma outra encenação envolvendo a imagem de um navio de guerra. Uma atribulada visita, alvo de extensa cobertura nos periódicos curitibanos devido ao seu inesperado desfecho, possibilita investigar a intrincada trama de construções que determina o entendimento expresso acerca do objeto tecnológico neste período.

A natureza múltipla, polimórfica, do olhar dirigido, neste caso, à presença de um navio de guerra, oferece-se agudizada devido ao transcorrer de uma comédia de dimensões improváveis, encenada em palcos tão díspares quanto as cidades costeiras do litoral do Paraná e Santa Catarina, os corredores do poder na Capital Federal e o próprio *Reichstag*, em Berlim.

15 Na verdade, a própria versão de Eisenstein também merece reparos. Seu final, embora simbólico é, no mínimo, inaccurado. Quando partiu do porto de Odessa para enfrentar o Esquadrão do Mar Negro, que vinha em sua perseguição, o Potemkin não encontrou irmãos revoltosos, hasteando a bandeira vermelha. O comandante da flotilha, vice-almirante Krieger, não atacou o Potemkin porque o mesmo não tinha para onde ir, e suas ordens determinavam que ele atacasse somente se necessário, evitando causar danos em um dos poucos navios de grande porte que a Rússia ainda tinha, depois da derrota em Tsushima. Tendo lhes sido negada a morte de mártires revolucionários, os marinheiros do Potemkin, com pouco carvão, percorreram os portos das redondezas, tentando reabastecer... em vão. Por fim, eles se renderam à guarnição romena do porto de Constanza. Em 1907, o Czar perdoou-os e eles puderam voltar à Rússia, mas Matiutschenko foi preso quando atravessou a fronteira, e foi fuzilado sumariamente. Quanto ao navio, ele foi recuperado, rebatizado de “Panteleimon”, e continuou na ativa até depois da Revolução, quando voltou a chamar-se Potemkin. Ver a este respeito: WOODMAN, Harry. Prince Potemkin of Taurida. In: *Military Modelling*. London, v. 3, n. 5, p. 306-311, 1973; GALUPPINI, Gino. *Warships of the world*. New York: Military Press, 1986.

Como cabe ao olhar que se desloca em direção ao passado, não temos senão os contornos esboçados nas colunas jornalísticas para construir uma imagem nossa deste episódio. Mas isso não nos distancia muito dos leitores dos periódicos de então que, embora contemporâneos do episódio, o acompanharam apenas através de uma rápida *dramaetis personae* em que foram apresentados pessoalmente a alguns dos personagens da trama, seguida somente pelos sumários dos atos seguintes, encenados em palcos distantes.

Se é preciso datar o início deste episódio esquecido, tomemos o mês de novembro, quando os jornais de Curitiba começaram a anunciar a passagem, pelo porto de Paranaguá, da canhoneira alemã “Panther”, cuja chegada se deu, sem muito alarde, em 28 de outubro: “A canhoneira ‘Panther’, alemã, que anda em visita aos porto do Brasil [sic.], deu entrada hoje em Paranaguá...”¹⁶

A visita já havia sido antecipadamente anunciada, começando a receber a atenção da imprensa local alguns dias antes, gerando uma grande expectativa. Mas, somente após a sua discreta chegada, poderia ter início o ritual da recepção. Este, longe de constituir uma ação relegada apenas aos grupos organizados da colônia alemã, envolvia a presença de autoridades locais e regionais, e movimentava os ânimos de toda a cidade. E não se tratava de reação extemporânea, resultado da pouca frequência com que tais visitas ocorriam. Com efeito, em outros periódicos poderia acompanhar a visita de um navio semelhante atraindo idênticas atenções, tanto por parte das autoridades locais (no caso, de Florianópolis), como também dos jornais de Curitiba e até da capital federal. É o que se percebe por esta nota, extraída de “O Paiz”:

Arribou hontem à barra do norte... a canhoneira portugueza “Patria”, que veio hoje fundear em frente à cidade.

O governador do Estado mandou dar as boas vindas à officialidade lusitana.

O comandante Silva Ribeiro desembarcou, visitando o governador do Estado, o capitão do porto, comandante da guarnição e superintendente municipal.

O governador do Estado retribuiu hoje mesmo a visita...¹⁷

16 CANHONEIRA “Panther”. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 2, 28 nov. 1905.

17 CANHONEIRA “Patria” arribada a Florianopolis. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 nov. 1905.

O mesmo número deste jornal carioca dá conta das “sumptuosas festas” com as quais esse mesmo navio é esperado no porto do Rio Grande,¹⁸ e notas semelhantes podem também ser encontradas em periódicos paranaenses. De fato, estas formalidades, com toda a atenção que elas demandavam dos setores públicos, mais que justificariam a cobertura por parte da imprensa destas passagens de navios de guerra por portos brasileiros. Por si só, tais registros não revelariam mais do que a escrupulosa descrição das atividades que envolvessem personalidades públicas, não merecendo ser levadas em conta como testemunho de um interesse nos objetos tecnológicos... naquelas máquinas de guerra.

Mas, o que justificaria a cobertura da imprensa local, relativa a atividades envolvendo autoridades e figuras públicas de lugares distantes? O que tornaria a chegada de um navio no porto do Rio Grande um assunto merecedor de destaque, em meio à Revolução na Rússia, ou ao Orçamento da União sendo votado na Câmara Federal, em Petrópolis? Mais ainda, o que tornaria assunto (durante mais de um ano) as idas e vindas de um navio-escola brasileiro, o cruzador “Benjamin Constant”, pelos portos da Europa – em descrições tão sistemáticas que chegam ao ponto de, em um jornal provinciano como o “Diário da Tarde”, registrar suas entradas e saídas, e até mesmo suas permanências, como em agosto de 1905, no porto de Cherburg, devido à “neurasthenia grave” do capitão?¹⁹ Nosso olhar mal se deteria sobre estes fragmentos que não parecem constituir um assunto significativo, mas o detalhe destas notas quase perdidas revela mais do que diz. É preciso redimensionar o olhar, calibrá-lo para um momento no qual ele não vê similares em relação aos grandes navios de guerra, um momento no qual estes estão no ponto mais alto de uma imaginária árvore evolutiva da tecnologia. O trem pode ter sido seu superior, como quer Hobsbawn,²⁰ tanto numérica quanto qualitativamente, enquanto máquina criadora e modificadora do mundo, mas os rastros deixados por aqueles que foram contemporâneos deste momento não nos autorizam a reconhecer esta superioridade com tanta facilidade. A atenção que lhes era dedicada, mesmo no contexto da mais mundana das ações, é eloquente quanto ao significado simbólico de que estas máquinas, não importando suas dimensões, gozavam.

18 *Ibid.*

19 BENJAMIN Constant. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 2, 19 ago. 1905.

20 HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 48.

Mas talvez seja preciso instrumentalizar o olhar, para que ele possa abarcar o objeto sobre o qual se foca. É conveniente, então, perguntar: que navio é este, a canhoneira “Panther”?

Anatomia da máquina

Em uma nota, publicada pouco depois de sua chegada em Paranaguá, temos uma rápida descrição: “O bello navio que ora visita o nosso Estado, tem 970 toneladas e 128 tripolantes [sic.]”.²¹ Trata-se, portanto, de um navio de menos de mil toneladas, pequeno se comparado com os couraçados e cruzadores que normalmente tinham suas atividades transformadas em assunto de meticulosas coberturas jornalísticas. Mesmo assim, também esse tipo de embarcação é merecedor de atenção, com um constante acompanhamento das atividades destes navios nos portos do país e, em alguns casos, dos países vizinhos.

A razão para esta atenção pode ser procurada em uma tentativa de descrever a historicidade do termo “canhoneira”, hoje despido de uma especificidade técnica mas que, até o início deste século, descrevia um, e apenas um, tipo característico de embarcação armada.

A introdução desta expressão no jargão militar naval foi gradual, aparecendo inicialmente nas décadas que se seguiram às guerras Napoleônicas, quando as marinhas européias passariam por um processo de especialização cada vez maior, com o aprimoramento de inúmeros tipos diferentes de embarcação destinados a ocupar nichos táticos, tais como a defesa dos grandes navios de linha de batalha,²² a patrulha do

21 EIS-ME aqui, são e salvo. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 1, 31 out. 1905.

22 Nas décadas que antecederam o século XIX, o desenvolvimento da tecnologia de construção naval, assim como a modificação do panorama político das colônias, com a independência dos Estados Unidos e o seu crescimento como potência regional, haviam alterado as condições pelas quais deveria dar-se a reação e a resposta necessárias por parte das potências européias, no que se referia a quaisquer desafios à sua autoridade, tanto por problemas localizados quanto por iniciativa de potências rivais. É esta realidade em processo de mudança que direciona o desenvolvimento das próprias tecnologias navais, assim como é este desenvolvimento que vai acelerar a mudança daquela realidade. As marinhas européias orientavam-se então pela chamada doutrina das classes de linha, dentro da qual as embarcações destinadas ao confronto propriamente dito eram as de 1ª, a 3ª, classes, os grandes e fortemente armados navios de linha de batalha, ficando a tarefa de patrulhar as linhas de comércio para as de 4ª. e 5ª. classes, denominadas geralmente “fragatas”, que

estuário de rios e das regiões costeiras, assim como outras funções menores, que não demandavam um grande poder de fogo, mas sim a capacidade de movimentar-se com grande rapidez. A maioria destas novas classes de navios de guerra era de tamanho limitado, possuindo no geral apenas um canhão e, às vezes, algumas “colubrinhas”.²³ Genericamente, estas embarcações eram conhecidas como “canhoneiras” (em inglês, *gunboat*), e o seu uso tornou-se generalizado por todas as marinhas do mundo ocidental.

Inicialmente eram *cutters* (navios de dimensões reduzidas e armados com até quatro canhões de calibre intermediário) ou mesmo *whaleboats* (pouco mais que escaleres armados, normalmente com apenas um canhão simplesmente retirado de um navio maior e firmemente montado no centro do barco, de modo a que este não virasse quando do disparo). No entanto, as limitações destas primeiras tentativas foram sendo gradualmente reconhecidas nas primeiras décadas do XIX, levando a alterações cada vez mais significativas do seu desenho. Questões como o pequeno alcance dos canhões que, mesmo quando numerosos pouco podiam fazer quanto a navios maiores, determinaram o uso de cascos mais longos, ainda que se mantivesse um perfil delgado para não prejudicar a sua principal característica: a velocidade e a agilidade. Para dar-lhes algum tipo de eficiência contra classes mais bem armadas de navios, foi instalado apenas um grande canhão giratório (no máximo dois) no centro do convés principal (para garantir a estabilidade), conservando assim a solução original dos seus primeiros antecessores tecnológicos. Esse desenho atingiu a sua maturidade nas assim chamadas “canhoneiras da Guerra da Criméia”,²⁴ que já incluíam o vapor e a hélice propulsora, inovações

possuíam dimensões reduzidas mas conservavam um poder de fogo capaz de enfrentar investidas contra a ainda existente ameaça da pirataria, além do desafio oferecido pela longas linhas de transporte marítimo. Esta situação, que pouco havia evoluído desde os primeiros dois séculos da colonização, logo se alteraria com o estabelecimento de rotas seguras, ainda que extensas. Foi neste contexto tecnológico e geo-político que se desenrolaram as Guerras Napoleônicas, nas quais a participação do conflito naval, mesmo que menos expressiva que a sua correlata terrestre, teve ainda uma grande importância no resultado final. Ver a esse respeito: HAWLS, Duncan. *Los buques y el mar: Revision Cronologica*. Madrid: Centropress, 1978.

23 A “colubrina” era um canhão de pequeno porte, capaz de ser montado em armações nos paraques de pequenos navios e amplamente usado desde a Renascença. *Ibid*.

24 A canhoneira foi, talvez, o mais bem sucedido tipo de navio de guerra utilizado durante a guerra, com destaque para as de construção inglesa, que totalizavam mais de uma centena de navios. Ver a esse respeito: PRESTON, Anthony; MAJOR, John. *Send a gunboat*. London: Longmans, Green and Co., 1967.

que contribuíssem para torná-las o instrumento de execução daquilo que, Hobsbawm nos lembra, era conhecido como “diplomacia de canhoneira”.²⁵ De fato, no Império Britânico, mas não só nele, a expressão “*send a gunboat*” (“envie uma canhoneira”) tornou-se um termo comumente usado nos telegramas das autoridades coloniais para o governo central, com a intenção de reforçar os interesses britânicos, e nos das demais potências europeias, no além-mar. Muito mais que os grandes navios, cujos alcances podiam ser estendidos apenas a custos proibitivos, era a canhoneira que realizava a importante tarefa de “mostrar a bandeira”, tanto para súditos quanto para possíveis adversários. O *design* da canhoneira atingiu sua maturidade neste período, conservando suas características pelas décadas seguintes e sofrendo apenas o acréscimo da blindagem de ferro (em inglês, *ironclad*) que fora desenvolvida e testada com sucesso durante a Guerra da Secessão.²⁶ As marinhas europeias adaptaram os ensinamentos da guerra americana, juntamente com a sua própria experiência na Criméia, e o resultado foi tanto o desenvolvimento do couraçado, quanto a evolução final da canhoneira em seu descendente que se tornaria uma visão comum nos portos de todo o mundo na virada do século; sempre representando não tanto a força, mas principalmente o poder de reação das potências europeias, assim como, por constituírem realizações tecnológicas, toda a amplitude da sua ciência e, por intermédio desta, da sua civilização.

25 HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 33.

26 Este conflito representou o mais importante momento no contexto do desenvolvimento tecnológico do desenho naval na segunda metade do século passado, com o surgimento de inúmeros conceitos utilizados até os dias atuais, assim como a configuração final de fórmulas até então bem sucedidas, mas que viram o seu ocaso. Muito embora já estivesse entrando em desuso, o antigo sistema de “classes de linha” ainda via-se representado pela presença, nas marinhas de todo o mundo, de diversas embarcações, algumas destas com décadas de uso, que ainda seguiam as suas linhas básicas. Mas, enquanto as grandes armadas europeias levavam tempo para serem modernizadas, tanto os estados do Sul como os do Norte dos Estados Unidos experimentavam as novas tecnologias do uso do ferro como blindagem. Muitos navios atingiram *status* lendários durante os anos da guerra. O “CSS Alabama” constituía um exemplo de desenho adaptado, utilizando os princípios da canhoneira inglesa da Criméia. Construído na Inglaterra, o navio foi denominado *raider* pelos confederados devido ao seu uso contra as rotas mercantes da União, mas tratava-se de uma canhoneira super desenvolvida. Outro exemplo era o “Monitor” dos yanques, uma plataforma chata, com uma torre giratória armada com apenas dois canhões de grande calibre. Seu desenho teve muita influência na engenharia naval do final do XIX e, embora seja comumente associado ao conceito de couraçado, seu pequeno tamanho o aproxima mais de uma canhoneira despida do aparelho necessário para a navegação à vela e, por seu desenho, da sua principal função: a velocidade. Ver a esse respeito: HAWLS, *op. cit.*, p. 119-169.

No final do séc. XIX, a marinha que mais possuía este tipo de embarcações (ou qualquer outro tipo, na verdade), era a inglesa,²⁷ contando com mais do triplo do que a marinha alemã.²⁸ Não obstante seu obsoleitismo, a canhoneira continuava a desempenhar um papel central nas operações de ambas as frotas, assim como nas de outros países e, principalmente, nas estratégias diplomáticas dos mesmos, fornecendo a face clara da presença militar dos estados-nação europeus, através de um ícone tecnológico.

A imagem encantada

Assim, a visita da “Panther” não constituía surpresa alguma para a população local, acostumada que estava em testemunhar, ainda que pelas notas de jornais, as visitas constantes de outros barcos semelhantes. Mas, mesmo assim, sempre seria notícia, pois constituía uma alternativa fácil como embaixador armado das cores nacionais em águas estrangeiras, principalmente pela relação custo-benefício, visto que sua taxa de consumo de carvão por tonelagem era muito inferior à de outros barcos com armamento semelhante ou maior.

É neste contexto, o da recepção a verdadeiros embaixadores itinerantes, que as autoridades de Curitiba organizaram os rituais da mesma...

A's 11 ¾ começaram a afluir á praça Euphrasio Correia grandes massas populares, umas antecedendo outras acompanhando as escolas da Communa e dos Franciscanos, que encorporadas, com commissões das sociedades Saengerbund e Thalia... formaram em dupla ala em frente á estação. A fanfarra do 14º regimento de cavalaria puchava o prestito.

27 JANE, Fred T. *Jane's all the worlds fighting ships (1898)*. New York: Arco Publishing Co., 1969.

28 Enquanto a marinha alemã possuía um total de 20 canhoneiras de diferentes classes com já 14 dos novos *Destroyers* (uma classe de navios de guerra recém constituída), a marinha inglesa contava com 74 *gunboats* de diversas classes, já em processo de obsolescência, também sendo substituídos pelos *Destroyers* que já haviam atingido o número de 96. *Ibid*.

Na gare aguardavam a chegada do trem os Srs. ... representante do sr. Vice-governador do Estado, o representante do sr. General comandante do districto, o ... consul imperial da Allemanha, representantes consulares de outras nações, altos funcionários civis e militares e uma comissão da Camara Municipal.²⁹

Não se tratou, no entanto, de uma mera recepção festiva. As solenidades seguiram pelo restante do dia:

Ao meio dia numeroso prestito começa a desfilar...

[...]

Em seguida alguns officiaes visitaram o edificio do consulado allemão, continuando o desfile pelas ruas da Liberdade, 15 de Novembro, 1º de Março, José Bonifacio e travessa da Ordem, passando o percurso pelas praças Tiradentes e da Ordem, indo estacionar no Theatro Hauer...

Depois... os officiaes fizeram... as visitas da pragmatica, indo ao palacio do governo, quartel general e camara municipal, onde foram gentilmente acolhidos.

Era grande o regosijo da laboriosa colonia allemã, notando-se nos semblantes dos subtidos [sic.] do Kaiser, visivel satisfação.³⁰

Estes súditos, que não estavam sozinhos nas comemorações, haviam já sido alvos de extensas e elogiosas colunas que, com o pretexto da visita, podiam veicular opiniões sobre o povo alemão e a sua nação de origem...

A historia do poderoso imperio da Allemanha... é como a propagação da luz... desprende seus raios luminosos rectiliniamente e alcança os fins pacíficos que visa.

[...]

Um sol sem manchas, o ideal supremo dos barbaros... que lançaram sobre as ruinas do imperio dos cesares os alicerces dos estados modernos...

[...]

29 CANHONEIRA "Panther". *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 2, 04 nov. 1905.

30 *Ibid.*

Quem há de negar que o povo allemão é o mais filosofico da idade moderna?

[...]

A Germania é a terra do Saber e da Industria: nós a amamos e della queremos a lição dos seus livros, os braços dos seus filhos e os productos das suas fabricas...³¹

O longo editorial do “Diario da Tarde”, que ocupa boa parte da primeira página e termina com saudações aos marinheiros da “Panther”,³² não é o único a celebrar as glórias germânicas. Quase todo o restante da mesma primeira página desta edição do jornal é ocupada pelo primeiro de uma série de artigos, destinados a louvar as virtudes da imigração alemã, sob a ótica de suas vantagens raciais...

A colonia allemã, numerosa, intelligente, emprehendedora, profundamente sympatica ao meio brasileiro, mas mantendo sempre seus habitos em geral era e é a que se destina, no futuro dos Estados do Sul, a deixar vestigios da sua influencia.

É sabido que o inglês... degenera na Índia... independente de qualquer cruzamento e a despeito da escrupulosa conservação de todos os habitos moraes, intelectuais e praticos...

[...]

O allemão, nos Estados do sul do Brazil... conserva-se moral e physicamente um perfeito allemão.³³

Assim, a passagem simbólica de um navio de guerra alemão torna-se pretexto para afirmar não apenas a superioridade germânica, mas também aquela que os germânicos conferem a todas as regiões que escolhem habitar. Nos dias seguintes, novas comemorações, visitas ao palácio e até mesmo *picnics* dariam ainda mais motivos para a imprensa curitibana cobrir a passagem da “Panther”.

Deslumbrantes festejos... á brioza officialidade e maruja do vaso de guerra “Panther”, que ora honram a nossa capital com a sua visita.

31 GERMANIA. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1, 04 nov. 1905.

32 *Ibid.*

33 ALLEMÃES nos estados do sul do Brazil. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1, 04-07 nov. 1905.

Dentre as festas a que mais destaque tomou foi o sarau que teve lugar... no vasto salão Hauer...
Extraordinária, a affluencia de convidados...
Nos camarotes... as cores vivas dos toilettes das senhoras davam um aspecto polychromo ao theatro, onde as flavas cabelleiras de gentis tedescas se agitavam...
Os officiaes e marujos... eram alvos de manifestações carinhosas...³⁴

A descrição, que ocupa várias colunas, estendendo-se por duas páginas, descreve um elaborado conjunto de representações, incluindo “quadros vivos” e números de dança folclórica, todos tendo como assistentes privilegiados o capitão da “Panther”, o conde de Sowmajeltsch,³⁵ e o cônsul alemão, o Sr. Baerecke, cujos brindes ao Brasil e ao Kaiser constituem o momento alto da festa.

A partida dos oficiais e marujos visitantes traz de novo a normalidade à imprensa curitibana, que pouco retoma o assunto, apesar da continuada presença do navio em Paranaguá, exceto por uma nota de estranheza que revela algo, até então totalmente oculto sob o véu dos fervorosos elogios: “Os nossos patricios andavam assustados com a permanencia da ‘Panther’, no nosso porto. Diziam elles que o bello navio germanico andava ‘pegando gente p’ra guerra’ e com isso não se animavam de trazer os seus productos ao nosso mercado...”³⁶

Essa nota comunica outro fragmento do olhar dirigido ao navio de guerra, simultaneamente objeto tecnológico, fonte de assombro, instrumento de morte, provocador de receios... uma dimensão destruidora, que evoca o espectro da guerra em tempos de paz, assim como anuncia a possibilidade da paz da vitória em época de guerra. Uma dupla natureza, análoga à face criadora/destruidora da própria modernidade, e que pode bem configurar a razão mesma do uso de tais objetos como porta-vozes de todas as nações que aspirem uma posição de destaque em meio à civilização tecnológica.

34 CANHONEIRA “Panther”. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1-2, 06 nov. 1905.

35 Infelizmente a grafia original do nome do oficial em questão não pôde ser estabelecida com segurança, pois aparece de diferentes formas nos registros seguintes. Mesmo assim, a sua origem aristocrática torna a sua descrição ainda mais carregada de alusões românticas nos periódicos curitibanos.

36 CARTAS da Marinha. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1, 11 nov. 1905.

Mas o registro rápido que estranha a permanência excessiva do navio revela ainda mais, pois sua condição solitária em meio às efusivas e extensas descrições que o exaltavam e só lamentavam a sua partida, causa estranheza ao observador que a recolhe como fragmento, décadas depois. O olhar que se volta para o passado não tem contato direto com a sensibilidade de uma época, se não pela presença de tais registros, que oferecem tênues indícios, alguns traços de uma cena que terá de ter os espaços vazios preenchidos *a posteriori*. E, quando tão pouco é dito, ou escrito, que nos ofereça a imagem destruidora do artefato técnico, há que se perguntar até que ponto esta percepção não é datada, resultado de um século de guerras tecnológicas, e imposta mais à interpretação das documentações que revelada pelas mesmas.

Esta é uma questão que, no entanto, vai dissipar-se, pois a imprensa curitibana ainda iria conhecer outros motivos para cobrir a passagem da “Panther” pelo sul do Brasil. Motivos que se revelariam somente depois do navio deixar as águas paranaenses.

A imagem contestada

No dia 5 do mês de dezembro, os jornais do Rio de Janeiro registravam a saída da canhoneira do porto de Florianópolis, aparentemente sem incidentes, um fato como sempre digno de nota, mesmo para constar em periódicos da distante capital federal:

A canhoneira “Panther” zarpou hoje às 8 horas.

Hontem, na residência do consul, houve banquete comparecendo o governador.

O comandante e officiaes assistiram ao concerto e baile no theatro, promovido pelo gremio Violeta, manifestando-se agradavelmente impressionados pela agradável festa.

[...]

O médico da “Panther” visitou os hospitaes militar e de caridade fazendo elogiosas referencias...³⁷

37 PARTIDA da “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 05 dez. 1905.

Com isso parecia encerrar-se mais uma passagem festiva e, até então, considerada tranqüila.³⁸ Ninguém poderia, por meio deste fragmento, antecipar o que viria a ser noticiado dois dias depois no “Jornal do Comercio”,³⁹ chegando imediatamente, como sempre via telégrafo, até os leitores de periódicos curitibanos e

comunicando que os officiaes e marinheiros da canhoneira “Panther”... ora fundeada no porto de Itajahy, prenderão [sic.] Frederiko Steinoff, de origem allemã, sob o pretexto de Ter auxiliado a deserção de um dos tripulantes do navio... Frederiko Steinoff foi seqüestrado pelos marinheiros allemães. O governador de Sancta Catharina reclamou... ao Sr. Barão do Rio Branco.⁴⁰

Os telegramas enviados de Florianópolis descrevem que o seqüestrado, aqui denominado Fritz Steinhoff... “... foi espancado por um grupo de officiaes e marinheiros, que tinham andado em correrias pelas chácaras... os officiaes eram em número de 3 e eram acompanhados de 12 marinheiros... não estavam fardados...”⁴¹ E, ecoando inadvertidamente as suspeitas levantadas pelo articulista do “Diario da Tarde” alguns dias antes, o periódico carioca afirma que: “Parece averiguado que... a prisão de Steinhoff teve por motivo forçal-o a prestar o serviço militar à Allemanha, a que é obrigado como subtido [sic.] que é do Imperador Guilherme II”.⁴² E os detalhes vão acumulando-se, com a descrição da invasão de propriedades e violências praticadas contra cidadãos brasileiros, seguindo-se a publicação do discurso de Barboza Lima, que inicia a sua campanha na Câmara para obter uma enérgica resposta do governo brasileiro: “... aconteceu... em um paiz soberano e independente como é o Brazil [algo que] ... só poderia passar nas regiões submetidas ao regimen das capitulações

38 Vale insistir: não se trata de uma cobertura extemporânea. Apenas durante este mesmo mês do ano de 1905, pode-se acompanhar as peripécias de uma outra canhoneira, a já citada “Patria”, do cruzador italiano “Fieramosca” e o retorno do cruzador “Benjamim Constant”, navio-escola, da sua viagem pelos portos europeus, sendo que este ainda iria ter um lugar garantido nos atos seguintes desta improvável encenação.

39 DESACATO ao Brazil. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 dez. 1905.

40 DESACATO ao Brazil. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 2, 07 dez. 1905.

41 CASO “Panther”, inqueritos e providências, discurso na câmara. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 08 dez. 1905.

42 *Ibid.*

do Oriente...”.⁴³ Este parlamentar opositorista será o grande responsável pelo registro da indignação causada pelo incidente, e seus discursos veementes encontrarão eco nos editoriais do “Diário da Tarde”, que apressa-se em esquecer seus elogios à “germanidade”: “Exercendo actos de *imperium* em uma cidade brasileira, os officiaes da “Panther” mostraram... desconhecer os mais comesinhos principios do Direito Internacional, dando testemunho da sua cultura...”.⁴⁴

A máquina, ainda há pouco um testemunho de uma “terra do Saber e da Industria”, de uma nação cujo crescimento era a própria “propagação da luz”, de um “Sol sem manchas”, de um povo que era “o mais philosophico da Terra”... agora converte-se em instrumento de revelação de uma verdadeira natureza oculta do mesmo... A sensibilidade que, a princípio, velara quaisquer sinais de uma percepção menos positiva de um objeto criado para a guerra, agora vingava-se. E mais ainda, o editorial, em certo momento, conservou o fôlego para aludir a uma possibilidade que parece soar descabida...

No proprio gabinete de Berlin deve estar archivada a nota com que... o então ministro dos estrangeiros, respondeu a uma reclamação descortez do glorioso Bismark, fazendo ver que a guerra entre os dous paizes poderia ser comparada à luta do cordeiro com o leão, mas nem por isso, nos nossos portos, ficariam calados os nossos canhões...

[...]

Armemo-nos pois... já que o estado belicoso é o unico caminho que conduz ao ideal supremo dos povos... armemo-nos, fazendo dos nossos navios e das nossas legiões não um meio para levar a guerra... mas o caminho capaz e recto que conduz á suprema aspiração – a Paz! ⁴⁵

Com o que, então, o caminho belicoso é o único a conduzir à paz (!). Seria esta uma bravata simplória, advinda de um jornal provinciano? Não é o que parece quando, no dia seguinte, “O Paiz” anuncia que...

43 *Ibid.*

44 INCIDENTE em Itajahy. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 1, 09 dez. 1905.

45 *Ibid.*

O Sr. Ministro da marinha recebeu telegramas do... capitão do porto do Rio Grande, confirmação da chegada da famosa canhoneira...

O almirante... conservou-se em sua secretaria... ordenando... medidas para a mobilização da esquadra. Os cruzadores Barrozo, Tamandaré e Benjamin Constant receberam ordens de aprestar-se... O Barrozo partiu hontem, cerca de meia noite, para o sul. O Tamandaré e o Benjamin... à noite estavam abarrotando as carvoeiras. O couraçado Floriano deixará hoje o dique da Saúde, para onde entrará o Deodoro.⁴⁶

Tão-somente uma força-tarefa (!) composta de nada menos que três cruzadores e, pelo menos, um couraçado, com mais um sendo mandado para reformas em dique seco, para juntar-se à flotilha, como é declarado em nota do dia 10. Assim, enquanto se registra que os representantes do governo pedem prudência, na mesma página o público leitor fica sabendo da mobilização geral da armada, incluindo a retirada do “Benjamin Constant”, cuja presença constante nas publicações periódicas fá-lo-ia necessariamente conhecido, da posição de navio-escola para uma inconcebível linha de frente.

Já então o caso ultrapassou fronteiras, com notas no “Paiz” dando conta do apoio unânime das nações da América Latina ao Brasil, bem como o do Secretário de Estado Americano, Elihu Rool (sic.), representando o governo Roosevelt, que teria sido informado pelo próprio embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco, sobre a gravidade do incidente.⁴⁷ O crescimento da tensão favorece o aparecimento de críticas que já começam a estender-se para além da questão com a própria Alemanha... “Nós sabemos que, não de agora, há entre as grandes potencias conquistadoras o veso de considerarem as nações da America do Sul como nações debeis, cuja independencia é... uma mercê da força...”⁴⁸

A indignação, a esta altura, já atingira dimensões suficientes para influenciar mesmo jornais que, no início, procuram manter os ânimos sob controle. No periódico curitibano “A Republica”, que noticiara o incidente de forma apenas sumária, aparece no dia 12 a transcrição de telegramas de apoio dos países vizinhos, incluindo um, enviado de Buenos Aires, com texto extraído do editorial do jornal “La Nación”: “... deve

46 CASO “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 09 dez. 1905.

47 CASO “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 dez. 1905.

48 CASO “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 dez. 1905.

existir uma sorte de direito para as potências de muitos canhões e exércitos poderosos, e outra para as republiquetas doentias e semi-selvagens. Estas... devem esperar do sabre europeu o ensinamento secreto da civilização e as lições de progresso de que necessitam...”.⁴⁹

Um telegrama de explicações enviado pelo comandante da canhoneira, internada no porto do Rio Grande, expõe novos detalhes aos leitores, informando-os que o objetivo das agressões teria sido o de recuperar um tripulante desertor, para o que teria se oferecido voluntariamente o sr. Steinhoff, de cujo paradeiro o oficial alemão negava ter conhecimento. Mas tais esforços de apaziguamento mostram-se infrutíferos, tanto mais quando, ainda no dia 12, a dimensão da crise aumenta com a revelação de que, além do caso de Steinhoff, a tripulação da “Panther” teria também invadido a casa de um colono, Jacob Zimmerman, e forçado o filho deste, Julio, a acompanhá-los, sob ameaças, na referida busca do seu desertor. Pouco ajuda a nota advinda do porto do Rio Grande, na qual se registram desordens entre os marinheiros da “Panther” e os do cruzador “Barrozo”, o primeiro da flotilha a chegar na região.

Também nas notas internacionais o incidente ganha destaque, como a reação da Inglaterra, extraída do editorial do *Morning Post*, no qual afirmava-se que a postura brasileira caracterizava uma aceitação tácita da “Doutrina de Monroe”, portanto inaceitável, e que conduziria ao seu isolamento em relação às nações européias. De Berlin, telegramas publicados na íntegra pelos periódicos da capital federal descrevem os contatos entre o embaixador brasileiro Costa Motta e o ministro do Reich, Barão Von Richtofen,⁵⁰ para os quais teriam também sido chamados o Almirante Von Tirpitz, ministro da marinha, e o comandante geral da Esquadra de Alto Mar, Almirante Buckshel.

Surpreendentemente, somente a esta altura é que são definitivamente canceladas as festividades organizadas no porto do Rio Grande para recepcionar a canhoneira.⁵¹

Os jornais da capital continuam a dar destaque para a reação veemente do parlamentar Barboza Lima, que repudia a aceitação, pelo governo brasileiro, de qualquer apoio americano. Suas exigências de uma maior firmeza por parte do governo e do Itamaraty deram margem a inú-

49 “PANTHER”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 dez. 1905. p. 1

50 Vale esclarecer: não se trata do famoso Manfred Von Richtofen, o “Barão Vermelho”, “ás” alemão da Primeira Guerra Mundial, detentor do maior escore de vitórias aéreas da Primeira Guerra Mundial.

51 CASO da “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 dez. 1905.

meras discussões com o líder da Câmara, Deputado Carlos Peixoto, culminando com o pedido da formação de uma comissão de inquérito para apurar "... a respeito do incidente internacional de Itajahy"⁵² e das movimentações da esquadra que, segundo outras notas publicadas no mesmo dia, constituiriam "... exercícios nos mares do sul..." para "... comemorar a batalha do Riachuelo".⁵³

No dia 15, uma nota traz fragmentos de um editorial do "El Heraldo" do Chile, no qual se afirma a crença na integridade das respostas alemãs, declarando que "... o contrario seria pedir por uma aliança defensiva sul-americana".⁵⁴ Essa última idéia, que chega a aventar a possibilidade de um acordo militar entre nações rivais, é rapidamente descartada em uma resposta do ministério argentino, logo no dia seguinte.⁵⁵ Mas são respostas como esta, e como as movimentações entre os embaixadores e ministros de vários estados, todas estas vindas de setores governamentais e não apenas da mídia, que nos oferecem uma percepção da extensão com a qual incidentes envolvendo navios de guerra podem ver-se representados no imaginário do período.

O caso do "Potemkin" é exemplar, mas um outro talvez seja muito mais representativo: o do couraçado americano "U.S.S. Maine". O episódio em questão, transformado em estopim da guerra hispano-americana de 1898 através de uma campanha promovida pelos jornais de William Hearst, começou com uma explosão, atualmente creditada a um acidente em suas caldeiras, que, na época, foi atribuída a uma mina espanhola. O que começou com elogios ao pronto socorro das autoridades do porto de Havana, em Cuba, onde o navio se achava ancorado, terminou com uma guerra de dimensões planetárias, culminando com a derrota da Espanha e o fim do seu império, tanto nas Américas quanto na Ásia.⁵⁶ Só muito recentemente a arqueologia submarina está sendo capaz de revelar deta-

52 CASO "Panther". *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 dez. 1905.

53 MOVIMENTO da esquadra. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 dez. 1905.

54 CASO "Panther". *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 dez. 1905.

55 CASO "Panther". *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 dez. 1905.

56 Travada em três oceanos, esta guerra que foi a primeira afirmação dos Estados Unidos como grande potência, confrontando a recentemente modernizada marinha americana com a grande, mas obsoleta frota espanhola. Ao fim de poucos meses de conflito, depois do bombardeio de Santiago, Havana e Manila, um tratado garantia aos Estados Unidos as Filipinas, Porto Rico e o direito de manter uma base militar na ilha de Cuba (Guantânomo, uma das maiores bases militares americanas fora dos EUA, incluindo a cidade de mesmo nome, e que permanece lá até hoje, a despeito da Revolução Cubana). Ver a este respeito: ALLEN, Thomas B. *Remember the Maine? In: NATIONAL GEOGRAPHIC*, vol. 193, n. 2, 1998.

lhes, como a provável origem interna da explosão, o que esvaziaria o grito de guerra americano... “Remember the Maine – To Hell with Spain!” (“Lembrem-se do Maine – ao Inferno com a Espanha!”),⁵⁷ usado por Hearst como frase símbolo de sua campanha pela guerra.

O alerta de episódios então recentes como este, explica os esforços do governo brasileiro para baixar o tom dos protestos, tentando com isso evitar tornar-se um observador atônito de uma escalada de eventos que lhe escapasse do controle e que o pusesse diante de uma indesejável confrontação, a qual apenas a presença do vizinho norte-americano poderia evitar. Ainda que o Brasil fosse uma potência naval regional, a sua marinha, em 1905, constituía mais um assunto apto a decorar as páginas dos relatórios de orçamento e projetos do ministério (ambos detalhadamente discutidos em matérias nos jornais do período),⁵⁸ do que a produzir o temor das potências européias. Quaisquer pretensões de auto-suficiência, neste contexto, seriam mera ficção. E no entanto, já tendo se manifestado desde o dia 11 daquele mês pela aplicação imediata da “doutrina de Monroe”, o governo Roosevelt era, ele próprio, alvo de críticas ferozes tanto da parte dos parlamentares quanto da mídia...

A intervenção espontânea dos Estados Unidos... não se legitima. [...] Tal conducta importa um protectorado que o povo brasileiro, cioso da sua independência, naturalmente agradece, dispensando.

Queremos solver os nossos litigios... de igual para igual, promovendo a reparação dos desacatos feitos á soberania nacional sem que uma potencia estranha venha interpor-se entre os dous governos... consideramo-nos potencia igual aos Estados Unidos...⁵⁹

No dia 17, as primeiras notas conciliadoras vêm não do Itamaraty, mas de Washington, onde o embaixador alemão “... acaba de participar ao Sr. Elihu Root que o incidente da canhoneira “Panther”, em Itajahy, foi resolvido de forma amistosa...”.⁶⁰ Tratava-se da exposição, por parte

57 Uma citação que remete a outra guerra americana, aquela que culminou com a formação do Texas: “Remember the Alamo” (“Lembrem-se do Álamo”).

58 COURAÇADOS brasileiros. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 3, 08 dez. 1905.

59 “PANTHER” e o Monroeismo. *Diario da Tarde*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 dez. 1905.

60 CASO da “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 dez. 1905.

do embaixador alemão, ao secretário americano do conteúdo do relatório recebido do comandante da “Panther”, no qual o mesmo afirmava que, tendo se esgotado a licença concedida ao marinheiro Hasmann

autorizara alguns officiaes, vestidos á paizana, e 12 inferiores em uniforme de passeio, a desembarcarem a procura do desertor... [que] ... por elles não fora praticado nenhum acto de caracter militar... [que] ... muitos moradores ... [incluindo] Steinhoff, juntaram-se aos marinheiros, auxiliando-os... [que] ... Hasmann voltara de molu proprio e sem constrangimento... [e que] ... nem Steinhoff fora preso, nem maltratado, nem levado para bordo da “Panther”.⁶¹

A apresentação desta versão chegou ao ministério do exterior brasileiro apenas um dia antes dos dois volumes que compunham o inquérito feito em Itajahy, no qual se reafirmava a caracterização de desacato à soberania nacional.⁶² De resto, ela é pretexto para mais acusações: “O telegrama do conde de Saurna é uma confirmação directa dos sucessos, pois confessa que 12 inferiores e officiaes a paizana exerceram actos de policia n’uma cidade brasileira...”⁶³

Mas, se o desmentido alemão não faz nada para satisfazer a imprensa brasileira, ele é mais que suficiente para encerrar o que já se configurava como um constrangimento maior para o governo brasileiro que para o alemão, pois aquele havia se colocado entre dois “imperialismos”, o americano e o alemão, igualmente indesejáveis à sua mídia e denunciados em seu legislativo, mas contra os quais não poderia reagir senão por meio de desconfortáveis protestos.

Os jornais da capital federal do dia 21 já se mostram menos exaltados, o mesmo acontecendo com o periódico local “A Republica”, ironicamente descrita como “... aquelle organ governamental...” pelo “Diario da Tarde”, que dá continuidade à sua indignação agora trazendo à luz toda a sorte de descortesias que teriam sido praticadas pela “Panther”, logo a partir de sua entrada no porto de Paranaguá “... quando deixou de saudar a fortaleza de Paranaguá, como determina o cerimonial maritmo e

61 *Ibid.*

62 CASO da “Panther”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 dez. 1905.

63 “PANTHER”. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 2, 20 dez. 1905.

preceitos claríssimos do Direito Internacional”.⁶⁴ Além disso, mesmo quando, em alguns momentos, o conteúdo dos depoimentos do inquérito de Itajahy aparece de forma ambígua, permitindo interpretações que viessem confirmar certas partes das declarações do comandante alemão, o “Diário da Tarde” dá ênfase às descrições de ameaças de arrombamentos, surras e prisões, efetuadas em desafio às autoridades locais.

Em resposta, a “Republica” oferece longas matérias, incluindo o depoimento do comandante do distrito militar, o general Bormann. Com isso, o jornal pretende declarar-se neutro, chegando a afirmar não ter tomado a defesa da “... estúpida marinhagem da ‘Panther’”.⁶⁵

Eis que os tripulantes, cuja cortesia e elegância haviam sido a tônica de inúmeras descrições passadas, reduzem-se a um bando de “estúpidos”, mesmo sob a pena de um articulista que procura dar por encerrada a questão. Quanto à civilização criadora deste prodígio tecnológico, tal como ela havia sido descrita há apenas alguns dias...

Eis ahi... a tão esperada satisfação com a qual o governo germanico pretende resolver **honrosamente** a questão provocada pelos seus indisciplinados officiaes e marinheiros. ... o governo allemão... sinceramente lamentou o incidente... E o povo brasileiro... ante o ignominioso insulto que lhe foi assacado pelo quixotesco conde de Saurna, que se considere demasiadamente satisfeito até, só com o facto altamente honroso de ser lamentado pelo poderoso **Kaiser**, o qual é muito provavel tivesse mesmo derramado sobre o succedido copiosas lagrimas de... crocodillo!⁶⁶

Assim, o “Diário da Tarde” dava por encerrada a sua cobertura diária do “caso”, agora relegado a segundo plano devido à lentidão inevitável das leituras processuais, bem como à aproximação do fim do ano. Talvez, não mantendo mais relações imediatas com o objeto que o deflagrou, cujas dimensões imaginárias muito superavam as reais, o assunto houvesse adquirido a aridez da leitura despida da imaginação.

64 “PANTHER” e a Republica. *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1, 21 dez. 1905.

65 “DIARIO” e a “Panther”. *A Republica*, Curitiba, p. 1, 22 dez. 1905.

66 REPAROS... *Diario da Tarde*, Curitiba, p. 1, 21 dez. 1905.

A imagem incompleta

No caso da “Panther”, parece haver uma conexão entre um entendimento dos valores da civilização, representados pela Alemanha, e um entendimento diferenciado da mesma nação, pleno de referências, como a imagem do navio alemão que veio buscar soldados para “lutar na guerra” (uma guerra que sequer é especificada). A germanidade, representando a civilização, deixa de ser motivo de elogios, convertendo-se de foco do olhar que procura cunhar heróis, para outro, que deseja nomear vilões. A tecnologia agora é motivo de uma crítica que revela o quanto é fina a camada construída no imaginário entre percepções aparentemente opostas, no mesmo discurso. O verniz esmaeceu, as cores vivas que decoravam o casco do navio de guerra (e que em 1914 seriam substituídas pelo cinza) perderam sua capacidade de encantar os olhares da mídia, mesmo que não por muito tempo.⁶⁷ Não há coerência aparente de sentido no olhar que reconhece o caráter triunfante da realização tecnológica e naquele que denuncia sua dimensão destruidora. Os dois parecem separados por um desapontamento... um desencanto. Mas as diferenças são enganadoras, pois ambos advém dos mesmos observadores, sendo, portanto, coexistentes nestes. Como Virilio, talvez seja necessário reconhecer que são olhares equidistantes, análogos, oferecendo expressões distintas do mesmo rosto... a face polimórfica do fenômeno tecnológico.

O registro buscado pode não representar senão um fragmento, visto que não revela outros olhares e sensibilidades que não as expressas por aqueles que tem o poder de informar, silenciando sobre os demais. Se, no entanto, como Virilio, renunciamos a tentar aprender tudo em torno de uma questão. E, se “...apenas existem perspectivas sucessivas”,⁶⁸ então reconhecemos que, longe de constituir um elemento à parte, o texto jornalístico aparece como aquele que oferece ao observador distante o seu único contato, por parcial que seja, e, embora não seja a realidade em dimensões absolutas, é a sua perspectiva da colagem de elementos que lhe descrevem sua contemporaneidade, sob a forma de simulacro... de decupagem.

67 No caso da “Panther” seriam as cores tradicionais da maioria das marinhas do mundo, no período: casco branco (até a altura do convés) e chaminés amarelas (os ingleses conservavam a cor das chaminés, mas pintavam os cascos de preto). Ver a esse respeito: GALUPPINI, *op. cit.*, 1986.

68 VIRILIO, *op. cit.*, p. 46.

...nossa consciência... ...é um efeito de montagem. Não existe consciência contínua, existem apenas composições de consciência... voluntárias e involuntárias.

[...]

É uma colagem. Há apenas colagem, decupagem...

[...]

Estamos na era das micronarrativas, a arte do fragmento.⁶⁹

Tal como o olhar dos leitores de então, contemporâneos do que para nós é passado, procurava decifrar o enigma de seu presente, construindo o mesmo por intermédio de retalhos esparçamente colhidos, assim também o olhar daquele que se volta para trás recolhe fragmentos para responder aos diferentes enigmas que o passado lhe apresenta. Responder ao enigma da tecnologia é a necessidade afirmada por Virílio, um enigma que ele considera tanto mais importante pois “A ciência e a tecnologia vêm do questionamento do homem sobre a natureza. A partir do... enigma da natureza é que a tecnologia foi produzida... o enigma da ciência e da tecnologia tende a substituir o enigma da natureza... [a tecnologia] é a nossa natureza.”⁷⁰

Logo, seria preciso “... tomar o enigma da tecnologia e pô-lo sobre a mesa, como os filósofos e cientistas antigos puseram... o enigma da natureza, uma vez que os dois se sobrepõem.”⁷¹ Uma sobreposição que se dá, pois o próprio pensar operaria em uma dimensão tecnológica, fazendo do elemento técnico a interface pela qual relaciona-se com a natureza. Esta já não se opõe ao homem, pois é ele quem a nomeia, distingue e delimita, visto que não pode conhecê-la fora de si, excluindo-se da equação para olhá-la como que pela primeira vez.

O que muda a partir do XIX não é a tomada da tecnologia como credo, mas a alteração de sua direção. Até o século XIX a sociedade que Virílio nos descreve estava fundada no freio... sua tecnologia construía obstáculos e linhas de ligação entre os mesmos – da parede à muralha, da morada à cidade... obstáculos ao seu movimento.⁷² É um mundo em que

69 VIRILIO, *op. cit.*, p. 43.

70 *Ibid.*, p. 29.

71 *Ibid.*, p. 36.

72 Talvez fosse mais adequado pensar em um contexto mais amplo, que envolvesse todo esse período histórico convencionalmente denominado de “Modernidade”, cujas balizas tradicionais não poderiam ser mais características desse modelo de interpretação “viriliana”: a ruptura de um obstáculo ícone (as muralhas de Constantinopla) e o início de um movimento (as navegações).

não havia produção de velocidade: “E então, repentinamente, há a grande revolução... eu a chamo de revolução *dromocrática*”,⁷³ que inaugura a era onde a velocidade é a medida do mundo. Menos que um estudo do fenômeno da tecnologia, é esta sua especificidade que reclama entendimento, a busca da desrealização do espaço em sua extensão temporal... “A história como extensibilidade do tempo... está desaparecendo em prol do instante, como se o fim da história fosse o fim da duração em prol da instantaneidade e... da ubiqüidade.”⁷⁴

O que liga os 22 mil navios a vapor que, segundo Hobsbawn, navegavam em 1882,⁷⁵ às suas adversárias tecnológicas, as locomotivas, ou aos automóveis e todos os seus descendentes, é menos sua natureza mecânica que a função à qual se destinaram, cada qual em seu momento... atravessar uma ou mais dimensões do espaço.

Urbanista, teórico da tecnologia e da guerra, Virílio é comumente confundido com um admirador de ambas, mas não sem distinções. A guerra em sua obra aparece como a derradeira sobrevivente de uma era de criação de obstáculos, o limite final que opera como estímulo para o avanço técnico e como direcionador de suas conquistas – gerador de fronteiras físicas para as abstrações políticas dos estados-nação e de regras cujo rompimento invoca a ameaça de destruição.

Não fica claro até que ponto Virílio julga possível superar este obstáculo limite pois, em sua obra, ele por vezes ignora quaisquer resistências. Mas talvez seja perigoso fazê-lo. Assim como o séc. XX assistiu no seu decorrer a muitos deslumbramentos tecnológicos que não tinham caráter explicitamente destrutivo, também do seu início pode-se dizer o mesmo. Nas mesmas páginas que seguiam de perto os movimentos do cruzador Benjamin Constant, vistosa estrela da marinha de guerra brasileira, em seu retorno da incursão ao sul, causada (ou não) pela “Panther”, notas similares acompanhavam os feitos de outras máquinas e seus criadores, como esta, datada de Paris, no dia 06 de janeiro de 1906: “O aeronauta brasileiro Santos Dumont vae realizar em Neuilbj, brevemente, ensaios com o seu novo aparelho... afim de concorrer ao prêmio do mais pesado que o ar...”⁷⁶

Esse fragmento, vindo à luz no mesmo dia em que o último artigo sobre a canhoneira “Panther” é publicado no jornal que mais veemente-

73 VIRILIO, *op. cit.*, p. 50.

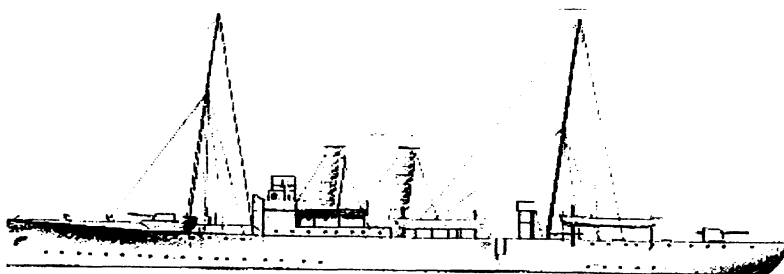
74 *Ibid.*, p. 52.

75 HOBSBAWN, *op. cit.*, p. 48.

76 SANTOS Dumont. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 2, 06 jan. 1906.

mente cobriu a sua atribulada visita, não constitui um exemplo isolado, mas sim uma constante que revela um olhar dirigido a outro objeto tecnológico.⁷⁷ E embora o mesmo também vá ser militarizado, sua imagem produz um espanto que não parece decorrer de respeito por seu potencial. Talvez ambos, olhar e imagem, estejam igualmente prisioneiros da lógica de substituição da natureza e do tempo, apontados por Virilio, mas já não se encontram necessariamente imersos em uma mecânica escatológica. Em todo o caso, o “enigma tecnológico”, assim como o “Caso da Panther”, não apresenta soluções satisfatórias... há nele, ainda, muito a se conhecer.

⁷⁷ A esse respeito ver: COSTA, Vidal A. A. *Visões ascendentes, fragmentos do olhar curitibano ao mais leve que o ar*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.

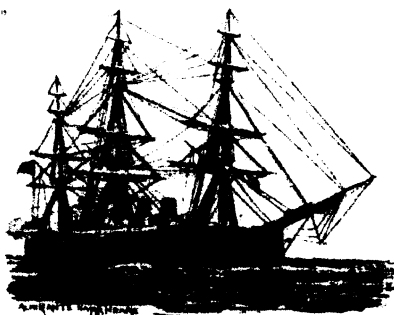
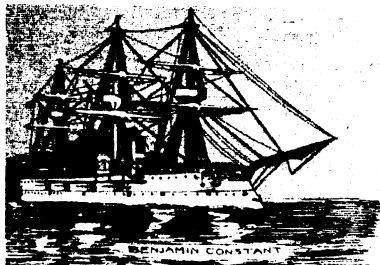
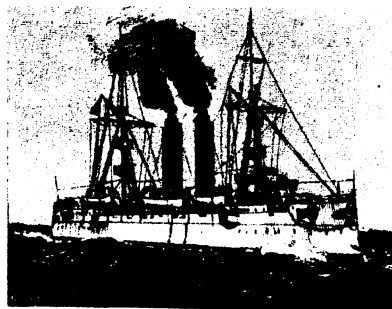


NAVIOS E VELEIROS. São Paulo: Planeta, 1998.

Acima, a canhoneira alemã “Eber”, uma das seis unidades da mesma classe, projetadas para o serviço em águas coloniais. Lançada em 1901, com tonelagem e dimensões semelhantes à “Panther”; a “Eber” é um exemplar representativo das linhas clássicas do desenho da canhoneira. Seu armamento constituía-se de dois canhões de 105 mm. Armados à vante e à ré. Os mastros já não transportavam velas, sendo a propulsão unicamente obtida pelo vapor. Embora sua velocidade máxima fosse inferior à dos cruzadores mais modernos do período, as canhoneiras ainda desempenhavam um importante papel tático e estratégico nas marinhas do início do século XX. Somente após a I Guerra Mundial elas foram definitivamente substituídas, primeiro pelos *destroyers* e, posteriormente, pelas modernas corvetas e fragatas. Ver a esse respeito: *Navios e Veleiros*. São Paulo: Planeta, 1998.

Em sentido horário, os cruzadores “Tamandaré”, “Barroso” e, abaixo, o “Benjamin Constant”, que formaram a flotilha inicial enviada para a região do “Incidente de Itajahy”. Construídos no final do século XIX, os três constituíam ainda respeitáveis belonaves, embora já estivessem obsoletas, principalmente após o lançamento, na Inglaterra, do H.M.S. *Drednaught*, cujo nome tornar-se-ia sinônimo de navio de guerra durante o século XX, já completamente despidos de mastros tradicionais e armado apenas com canhões de grosso calibre em torres.

Não obstante, permaneciam os cruzadores e couraçados brasileiros como assunto cotidiano dos periódicos brasileiros. Ver a esse respeito: LYON, Hugh. *The encyclopedia of the world's warships*. London: Salamander, 1978.

JANE, Fred. *T. Jane's all the world's fighting ships* (1898). New York: Arco Publishing Co., 1969.JANE, op. cit., *ibid.*JANE, op. cit., *ibid.*

Referências Bibliográficas

- A REPUBLICA. Curitiba, 1904-1906.
- BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: *Obras Escolhidas*. v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BROWN, D.K. RCNC. *Before the Ironclad*. London: Conway Maritime Press, 1990.
- BURKE, James. *Connections*. Boston: Little Brown & Co., 1995.
- COSTA, Vidal A.A. Costa. *Visões ascendentes, fragmentos do olhar curitibano aos mais leve que o ar*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
- DIARIO da Tarde. Curitiba, 1904-1906.
- FOCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GALUPPINI, Gino. *Warships of the world*. New York: Military Press, 1986.
- HAWLS, Duncan. *Los buques y el mar: revision cronologica*. Madrid: Centropress, 1978.
- HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOUGH, Richard. *A history of fighting ships*. Hong Kong: Mandarin, 1975.
- HUMBLE, Richard. *A marinha do Japão*. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.
- JANE, Fred T. *Jane's all the worlds fighting ships (1898)*. New York: Arco Publishing Co., 1969.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LYON, Hugh. *The encyclopedia of the world's warships*. London: Salamander, 1978.
- MARINETTI, F.T. Fundação e manifesto do futurismo. In: BERNARDINI, Aurora F. (Org.). *O futurismo italiano*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- O PAIZ. Rio de Janeiro, 1904-1905.
- OSBON, G. A. *The Crimean gunboats Parts 1 & 2*. Massachusetts: The Mariner's Mirror, 1995.
- PRESTON, A.; MAJOR, John. *Send a gunboat*. Britain: Longmanns, Green & Co., 1967.
- _____. *Encouraçados*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1983.
- PHILIP, Mark. Michel Foucault. In: SKINNER, Quentin. *As ciências humanas e seus pensadores*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- VIRÍLIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *Guerra e cinema*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- _____. *Guerra pura, a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Resenha

IMPOSTURES INTELLECTUELLES

Helenice Rodrigues da Silva*

SOKAL, Alain; BRICMONT, Jean. *Impostures intellectuelles*.
Paris: Odile Jacob, 1997.

Num primeiro momento, tudo não passou de uma farsa, ou melhor, de uma pura mistificação. Em abril de 1996, a revista americana de estudos culturais – *Social Text* – publicou um artigo de Alain Sokal, professor de Física da Universidade de New York, intitulado “Transgredir as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica”.¹ Nesse texto, redigido na linha do chamado “relativismo pós-moderno”, o autor sustentava que a realidade física – aquela observada pelos cientistas – longe de ser objetiva, é fundamentalmente uma construção lingüística e social.

A demonstração de uma tal asserção fundamentava-se em alguns estudos recentes na área das ciências sociais americana (Aronowitz, Ross), nos escritos teóricos de pensadores franceses dos anos 70 (Derrida, Deleuze, Serre, Lacan, Irigary etc) e nos avanços ocorridos, nos últimos tempos, no domínio da física quântica.

Em junho do mesmo ano, Sokal revelava, na revista americana *Língua Franca*, que esse primeiro artigo era, na verdade, um pastiche, ou seja, uma pseudo-análise, intencionalmente absurda, fabricada através de um emaranhado de citações verídicas (de pensadores contemporâneos) mas cientificamente errôneas.

Nessa mesma paródia, onde se lia que a “realidade não existe” e que a “gravitação quântica tem profundas implicações políticas, evidentemente progressistas”, o autor visava diretamente a corrente dos “estudos culturais”, em voga, desde os anos 80, nos departamentos de Letras das universidades americanas. Voltada para o estudo das culturas minoritárias e feministas, essa área “pós-moderna” da sociologia – fortemente inspirada pelos pensadores franceses – exprimiria “sem o menor constrangimento” uma visão relativista do saber científico.

* Professora do Departamento de História da UFPR.

Além do mais, o autor pretendia implicitamente criticar a revista *Social Text* que, publicando esse artigo farsa, demonstrava falta de seriedade e indulgência ideológica por parte de seus editores, mais preocupados em preservar o capital de notoriedade dos autores nele mencionados do que em divulgar a verdade científica.

Pretendendo demonstrar a “gangrena” do relativismo radical na área das ciências humanas americana, esse pastiche tinha por objetivo denunciar, desse modo, o jargão obscuro empregado por essa corrente pós-moderna. Erigido em argumento de autoridade, ele se exprimia através da utilização de conceitos científicos mal apreendidos.

As reações a esse artigo-paródia não tardaram a se manifestar, repercutindo, via imprensa americana e européia, para além mesmo dos meios universitários.²

Num segundo momento desse “affaire”, Sokal, em parceria com um professor de Física da Universidade de Louvain (Bélgica) — Jean Bricmont — publica, em língua francesa, em Paris (setembro de 1997), um livro intitulado *Impostures intellectuelles*.

Desta vez, o alvo das críticas se dirigia contra um certo número de pensadores franceses, acusados de empregar, de maneira abusiva, teorias e conceitos das ciências exatas sem o devido domínio dos mesmos. Lacan, Kristeva, Irigaray, Latour, Baudrillard, Virilio, Deleuze e Guattari são objetos, em capítulos distintos, de uma revisão de suas “imposturas”.

A utilização metafórica de termos emprestados às ciências matemáticas e à física, sem a devida compreensão de seus significados, seria, portanto, o ponto comum que uniria esses diferentes intelectuais, catalogados como “pós-modernos”. Assim, a “topologia” (área que se refere às propriedades das superfícies) utilizada em grande escala por Lacan, nunca teria merecido a menor justificativa empírica ou conceitual. “As matemáticas de Lacan são tão fantasiosas que acabam não desempenhando nenhum papel fecundo na análise psicológica”, afirmam os autores.³

Partindo da análise de alguns fragmentos isolados (citações teóricas referentes às ciências exatas), os dois cientistas apontam os abusos cometidos por parte desses intelectuais, cujas obras teriam por pretensão exibir uma certa “cientificidade”. “Certamente eles pensam poder se servir do prestígio das ciências exatas para dar um verniz a seus discursos. [...] Nosso objetivo é justamente dizer que o rei está nu”.⁴

Na qualidade, pois, de especialistas do saber científico, Sokal e Bricmont denunciam: Julia Kristeva e “sua pretensão a elaborar um sistema formal fundado na teoria dos conjuntos”; Bruno Latour e “suas confusões sobre as regras do método, vertente de um relativismo cognitivo”;

Luce Irigaray e “sua ignorância sobre a mecânica dos fluidos”; Jean Baudrillard e suas “elucubrações sobre noções matemáticas e físicas” (teoria do caos, por exemplo); Gilles Deleuze e Félix Guattari e suas “erudições vastas mas fortemente superficiais”; enfim, Paul Virilio e sua “verbiagem pseudocientífica”...

Deixando propositalmente de lado o julgamento da totalidade das respectivas obras, os dois autores se limitam ao exame de alguns extratos teóricos que envolvem as ciências exatas. Alternando capítulos voltados ao relativismo cognitivo, à teoria do caos, ao teorema de Gödel e à teoria dos conjuntos, os dois cientistas questionam a legitimidade do uso, pelas ciências humanas, de metáforas e analogias de conceitos científicos.

Embora bem fundamentadas, as denúncias levantadas por esse livro, em razão mesmo do moralismo subjacente a um certo cientificismo, inerente aos seus autores, invalidam a pertinência das mesmas. Manifestamente polêmico, esse livro, imediatamente designado pela *intelligentsia* francesa como panfleto, longe de representar um reflexo salutar, deu margens a uma série de diatribes de ambas as partes.

Num terceiro momento desse “affaire Sokal”, as indignações quase unânimes por parte da classe intelectual francesa voltam-se, pois, contra o “moralismo intelectual” desses cientistas, que estariam abusando de um “cientificamente correto”.

O moralismo que se funda no rigor científico é mais perigoso que os procedimentos provocados pelas incertezas semânticas. Ele impõe um controle das idéias e uma distribuição das representações aceitáveis. Organizada em nome de uma verdade científica, contida nos termos empregados, a caça à irracionalidade e às inépcias que ela propaga pode resultar em excesso de esoterismo.⁵

Por trás da polêmica que envolve acusações de francofobia, os intelectuais franceses evitam criticar concretamente os postulados do livro, limitando-se a denunciar os aspectos deontológicos e epistemológicos dessa obra. Para além das acusações que denunciam os censores do pensamento, a crítica francesa questiona, principalmente, esse neocientificismo que tende a ditar normas e modelos epistemológicos. O que autorizaria as ciências ditas “duras” a apontar o que é lícito e ilícito em ciências humanas?

Ao contrário do pastiche cujos objetivos pareciam ser legítimos, uma vez aplicados ao contexto americano, as “imposturas intelectuais”, por

sua parte, assemelhariam-se mais a um acerto de contas retroativo. A francofilia, em moda junto à *intelligentsia* americana desde os anos 80, estaria se transformando em francofobia? – indaga, legitimamente, Julia Kristeva.⁶

Segundo Sokal e Bricmont, o objetivo mesmo desse ensaio seria a formulação de uma crítica da “nebulose pós-moderna” através da apreensão de certas “confusões mentais” difundidas nos escritos de filósofos, sociólogos, psicanalistas e críticos literários.

Defendendo-se contra objeções possíveis às suas teses, os dois autores declaram que, embora conscientes do caráter marginal das citações apresentadas e do papel das metáforas no emprego dos conceitos científicos, as referências à física e às ciências matemáticas nessas citações serviriam somente de argumento de autoridade. A esse propósito, esses cientistas tentam entender o porquê de tais derivas relativistas por parte de um certo pensamento francês que tanto influenciou os *cultural studies* americanos.⁷ Questão tão intelectual como política que obriga Sokal – intelectual de esquerda acusado de fazer o jogo da direita –, a denunciar o abandono, por parte da esquerda americana, dos valores racionalistas.

Combater o relativismo dominante nos *campi* americanos e, ao mesmo tempo, condenar a deriva anti-racionalista do pensamento “pós-moderno” na França, tal é a trama ambígua desse livro. Pode-se falar, com efeito, em pensamento pós-moderno francês, amalgamando obras eminentemente diversas sob essa mesma etiqueta?

Por discurso “pós-moderno”, Sokal e Bricmont entendem, notadamente, um “jargão obscuro”, um “rejeito implícito do pensamento racional”, o “uso intempestivo da ciência como metáfora”.

Com relação ao “relativismo cognitivo” (que professa que a verdade de uma proposição é sempre relativa a um indivíduo e a uma coletividade humana, num determinado momento de sua história), os autores sustentam que, sem a menor dúvida, essa forma de pensamento impregnou “certos setores das ciências humanas e da filosofia” contemporânea. Esse relativismo, na opinião de Sokal e Bricmont, seria incompatível com a idéia mesma do conhecimento científico.

No entanto, sabemos que o relativismo não constitui uma doutrina unificada, tal como levam a crer esses dois físicos, e que diversas variações desse pensamento, embora atestem um ceticismo necessário a toda obra do conhecimento, não rejeitam o valor da ciência nem os fatos empíricos.

Na opinião de Bruno Latour, “o relativismo do ‘*nada é verdadeiro*’ é somente uma doença de juventude dos *cultural studies* nos Estados Unidos, sem relação com os autores que Sokal e Bricmont criticam”.⁸

Um ano após a publicação desse livro, os debates, transformados em troca de acusações entre os autores e os pensadores em questão, tendem a se perpetuar na França. Livros,⁹ resenhas e artigos se sucedem, questionando, sobretudo, a legitimidade das ciências exatas: sua primazia e modelo que, nesse “affaire”, parecem determinar o único critério de uma atividade intelectual.

As ciências exatas, interrogam os pensadores franceses, teriam o monopólio da verdade? As ciências ditas “duras” seriam as únicas a merecer o *status* de ciências?

Notas de Referência

¹ SOKAL, Alain. Transgressing the boundaries: toward a transformative hermeneutics of quantum gravity, *Social Text*, n. 46-47, p. 217-252, Spring/Summer 1996.

² *New York Times*, *Herald Tribune*, *Observer* e *Le Monde* (a partir do mês de dezembro de 1996) consagram a primeira página a esse “affaire”.

³ SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Impostures intellectuelles*. Paris: Odile Jacob, 1997, p. 38.

⁴ *Idem*, p. 14.

⁵ JEUDY, Henri-Pierre. Requiem pour un moralisme scientifique. *Le Monde*, 12 dez. 1997.

⁶ *Le Monde*, 30 set. 1997.

⁷ Segundo os autores, a origem histórica das “confusões científicas” dos “autores pós-modernos” franceses pode ser detectada na obra filosófica de Bergson, *Durée et simultanéité* (1922), na qual esse último debate com Einstein a teoria da relatividade.

⁸ JOURNET, Nicolas. Les enjeux de l’affaire Sokal. *Sciences Humaines*, n. 80, février 1998.

⁹ JURDANT, Baudoin. *Impostures scientifiques: les malentendus de l’affaire Sokal*. La Découverte/Alliage, 1998.

JEANNERET, Yves. L’affaire Sokal ou la querelle des impostures, PUF, *Science, histoire et société*, 1998.

RETOUR sur l’affaire Sokal. *Les Temps Modernes*, n.600, juillet-septembre 1998.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e os cursos de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação preocupada com a História enquanto conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui.

A revista é organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições de fontes comentadas.

Todos os trabalhos enviados são submetidos a dois pareceristas; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é submetido a um terceiro parecerista. Os editores, após a aprovação no Conselho Editorial da revista, reservam-se o direito de convidar autores ou traduzir artigos considerados relevantes.

O Conselho Editorial somente aprecia trabalhos que obedeçam os critérios relacionados abaixo.

1. Extensão: os artigos devem ter cerca de 30 páginas e as resenhas, em torno de oito páginas.
2. Os trabalhos devem ser apresentados em quatro vias impressas e em disquete devidamente identificado, com o texto digitado em Word for Windows.
3. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1½.
4. Resumo e palavras-chave: os artigos devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (Abstract), e conter três palavras-chave, com tradução para o inglês (key-words).
5. Abaixo do nome do autor deverá constar as instituições a que pertence, seu grau acadêmico e seu endereço para contato (telefone, fax, e-mail). Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada.

6. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor e do texto original com referência bibliográfica completa.
7. Notas de referência: devem ser apresentadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e no final do texto.
8. Referências bibliográficas: devem seguir as normas da ABNT e estar no final do texto. A bibliografia (se houver) não será publicada, servindo apenas para apreciação dos pareceristas.
9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em folha (e arquivo) à parte, devidamente numerados, com títulos e legendas. Devem estar indicados no texto os locais das respectivas inserções.

Aos autores serão enviados cinco exemplares do número da revista que trouxer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

Toda correspondência referente à revista *História: Questões & Debates* deve ser encaminhada ao seguinte endereço:

História: Questões & Debates
R. General Carneiro, 460 - 6.º andar
80060-150 Curitiba – PR
ribeiro@coruja.humanas.ufpr.br



APAH - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA
PGHIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPR
